

MESTRADO EM FILOSOFIA - FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Abordagem Heurística à Fenomenologia do Espírito

Raul Dias Vasques

M

2017



Raul Dias Vasques

**Abordagem Heurística à Fenomenologia do Espírito e ao Sistema
Hegeliano**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia orientada pelo Professor Doutor
Paulo Tunhas

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2017

Abordagem Heurística à Fenomenologia do Espírito e ao Sistema Hegeliano

Raul Dias Vasques

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia orientada pelo Professor Doutor
Paulo Tunhas

Membros do Júri

Professora Doutora Sofia Gabriela Assis de Morais Miguens
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professor Doutor Rui Bertrand Baldaque Romão
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professor Doutor Paulo Jorge Delgado Pereira Tunhas
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

*“Toda a filosofia não é outra coisa senão uma impugnação, uma refutação e uma
anulação do seu começo.”*

— Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Sumário

Introdução: A exigência da prática Filosófica e o projeto hegeliano	10
Desenvolvimento: Modelos, nexos e tópicos de processo	
Tópico #1 O primeiro princípio, o argumento da complementaridade e a perfeição como totalidade	17
Tópico#2 A genuína observância	24
Tópico #3 As caracterizações do movimento e da determinação: padrões da lógica ontológica	46
Tópico #4 Conservação, Integração e Âmbito	57
Tópico #5 Adaptabilidade	68
Tópico #6 Fundamentação-explicação e o esgotar do procedimento conceptual filosófico: figuras gerais de expressão e ocorrência	75
Tópico #7 O Sistema Vivo e Independente ou a Realidade da Construção filosófica / Transição para a heurística geral	87
2ª Parte do Desenvolvimento	
Indagação heurística: a dúvida acerca da bizarraria de tal projeto	97
Heurística enquanto abordagem filosófica acerca da filosofia	103
Heurística como abordagem ou distinção entre abordagem e método	106
A Manipulação de contextos operacionais	109
A amplitude de contexto do instanciar filosófico – conceito como instrumento	118
A Filosofia e as suas tendências	123
A Filosofia como ciência da contingência enquanto tal	130
A auto-propedêutica	136
Conclusão: O manual de instruções ambulante	144

Resumo

O propósito do trabalho aqui apresentado é fazer uma exposição de preceitos funcionais acerca de teses hegelianas desenvolvidas na Fenomenologia do Espírito através de um modelo heurístico de interpretação tensional. A razão para tal é dupla: por um lado, tentar encapsular em descrições gerais e através destes analisar especificidades da maneira como a conceitualidade hegeliana funciona; e por outro - por necessidade para conseguir realizar a análise proposta - desenvolver e explicitar o procedimento utilizado como base, nomeadamente a abordagem heurística. A conclusão geral envolve e conjuga estes dois elementos expostos de tal maneira que:

- a) A apresentação da conceitualidade hegeliana permite a compreensão de particularidades funcionais e aplicativas da mesma pela utilização de propostas da abordagem heurística;
- b) Através desta apresentação progressivamente se expõe e determina o porquê da utilização de tal abordagem e quais as suas propostas e projeto – nomeadamente, na exposição mínima dos preceitos constituintes da abordagem heurística geral.

Palavras-chave/ Keywords:

Uso enquanto Uso

Função

Heurística

Hegel

Abstract

The purpose of the work herefore presented is to make a presentation of functional precepts pertaining to hegelian thesis developed in the Phenomenology of Spirit through a heuristic model of tentional interpretation. The reason for such a recourse is twofold: on the one hand, to attempt to encapsulate in general descriptions and through these analyze specificities of the way hegelian conceptuality works; and on the other hand - and due to its necessity to achieve the proposed analysis - to develop and make explicit the basis procedure that was utilized, namely the heuristic approach. The general conclusion involves and associates these two elements in such a way that:

- a) The presentation of hegelian conceptuality allows the comprehension of functional and applicative particularities of said conceptuality through the usage of proposals from the heuristic approach;
- b) Through this presentation, the why of the use of said approach is progressively given and determined, along with its proposals and general project – namely, in the minimal characterization of the constituent precepts of the general heuristic approach

Keywords:

Heuristics

Use as use

Function

Hegel

Introdução: A exigência da prática Filosófica e o projeto hegeliano

O Sistema da Ciência exposto por Hegel apresenta desafios substantivos à sua interpretação: por um lado, como que subjuga a consideração alheia que seja minimamente distinta das suas aceções à força própria do Sistema; e, por outro lado, condena o intérprete ou ao seu movimento de pensamento e a necessidade de como este prossegue de si mesmo, ou a contradizer o próprio Sistema, o que este já pressupõe responsabilmente nos seus mecanismos¹. Devido à ambição da sua proposta filosófica de efetivar e resolver a Filosofia, que não é senão a Filosofia tornando-se o que genuinamente é pela integração da sua definição e do seu desenvolvimento na sua composição e conceção de si, a mera questão de como ler Hegel é já uma peça embutida no seu Sistema.

Este aspeto provoca a questão: o que tem a sua proposta de tão singular que tenhamos que nos ver forçados à submissão às suas “regras do jogo”? Responder a esta questão implica expor como o projeto hegeliano de esgotar a Filosofia obrigou-o à construção de um “monstro” de natureza altamente particular, um que envolve por si os termos de resposta possível, as razões de resposta possível e assim adiante, numa constante asserção de tudo quanto o filósofo possa fazer face à Filosofia realizada. É na tensão de depararmo-nos com tamanha criatura e como esta se sublima para lá da mera tese ou proposta ou argumento, que me aparece adequado que, no lugar de perguntarmos como interpretar Hegel, devemos perguntar: que tipo de “coisa”² foi aqui criada?

A grande particularidade da proposta hegeliana deve-se a como a matriz de execução das suas propostas é o explicitar da Totalidade: nas teses hegelianas esgotam-se todas as configurações possíveis do desenvolver e o próprio desenvolver, enquanto construção filosófica, concretiza toda a possibilidade de conceção concetual. O seu Sistema não é mera explicação de fenómenos, mas a efetivação fenoménica para lá de si de conteúdo-

¹ Ao longo do trabalho, o conceito de mecânica irá ser pontualmente utilizado, mas refere-se a uma mentalidade heurística daquilo a que corresponde a utilização e prática de filosofia na sua construção de conceitos; caso se refira ao próprio tratamento hegeliano da Mecânica, tal será especificado.

² O tratamento de Hegel proposto e desenvolvido no decurso do trabalho pretende caracterizar e tratar heurísticamente a filosofia hegeliana – avaliar o seu estatuto de construção particular, de como se constitui enquanto “coisa” filosófica de dado tipo funcionalmente.

forma e figuração, em que a força construtiva de conceitos “encarna” o dar-se de coisas, infiltra-se na processão do real. O conceito e o seu movimento plenifica a vida na sua completude daquilo que aborda, pois o que aborda dá-se relacional e necessariamente com o próprio abordar como realização mútua. Quando tomamos estes elementos na sua conjunção final, o Sistema ganhou um carácter novo: nem coerência de teses, nem sequer sistema orgânico, mas sim Sistema Vivo.

O Sistema hegeliano é o Sistema Vivo pois o seu operar dá-se como o Sistema movente e adaptativo – ou seja, um construir filosófico que enfoca a construtividade³ de fazer filosofia como elemento relevante próprio à atividade e também ele a completar/finalizar/vivificar. É este carácter tão específico e extraordinário que pretendo expor neste trabalho (e por este expor, entenda-se, o isolamento descritivo das características e forças particulares da sua força e poder enquanto construção filosófica).

Voltando à dúvida anterior: como interpretar Hegel e como lidar com a sua intromissão na minha capacidade de formulação do que se encontra no seu Sistema? Se o meu desejo fulcral é descrever o que conceptualmente o torna tão distintivo e único, como posso fazê-lo sem claramente acabar prostrado na mera alusão e explicação das suas teses? Poderia colocar-se a questão: não é assim com toda a leitura de todos os filósofos? Não é esta uma tensão hermenêutica elementar e em nada exclusiva de Hegel? Por um lado, sem dúvida: caso estivesse meramente a assumir um papel de intérprete, iria aquiescer à generalidade da problemática do como ler algo e então nada no ler Hegel seria particularmente distinto de encarar qualquer outro texto filosófico⁴. Todavia, não estou a pretender aqui apresentar um conjunto ou um elencar de apontamentos acerca das teses hegelianas; o que quero é isolar, tanto quanto possível, como o Sistema hegeliano consegue dar-se como se dá, qual a especificidade do seu esforço, a particularidade do seu uso de conceitos, vertendo essa especificidade em termos heurísticos. Nesse sentido, responder à minha assunção da especificidade da

³³ Termo heurístico, que refere a construção de teses filosóficas à sua dimensão prática de “construção de algo que assume essa construção como fator do que cria”, ou seja, a importância de conceber o gerar de teses filosóficas como manipulação de meios e recursos conceituais.

⁴ O que motivaria ainda outra questão: em que sentido é que um texto filosófico, dada a especificidade de construção das suas teses assumida por ela mesma, deve impor-nos a sua regra e preceito de abordagem? A resposta a tal questão foge aos objetivos do trabalho e a heurística aqui exposta não pretende lidar com o problema, pois é-lhe irrelevante fora de instanciação – mas deflete tal preocupação pelo seu tratamento da contingência, pela qual equaciona este problema não como regra de leitura, mas construção e instanciação de tese particular.

leitura de Hegel implica, neste caso, evitar o interpretar hegeliano estrito, mas antes recorrer a uma tentativa de caracterização funcional dos seus preceitos, ou seja, descrever o específico que assumo, e deter-me nessa descrição para a sua compreensão.

Nessa pretensão, tenho que admitir o cariz do meu esforço e o papel de Hegel para com esse esforço como fator construtivo; contudo, ao assumir propriamente a distinção criada, consigo também ter uma base comparativa desse esforço. Neste contexto, não pretendo reduzir Hegel à minha teorização, mas assumi-lo como fator desse teorizar, pois o seu interpretar apenas me alude, por constrição das suas exigências, a replicá-lo de certa maneira – mas o que eu quero é perceber as suas funções específicas. Ao abordar Hegel por valência⁵ própria, admitirei um contacto pontual e mesmo sobreposição das suas teses sobre como exponho as minhas, e uma cisão entre ambas, como elemento sincrético da exposição. Ao tentar precisar a particularidade da construção hegeliana, reverto-o ao que é considerado como apresentação relativa a essa consideração e estabeleço uma unidade ou contusão das teses geradas consoante o proposto se aproximar ou distanciar do próprio Hegel. Porque a minha pretensão é não o controlo das dificuldades de interpretação, mas a sua admissão interna como fator construtivo, desenha-se uma tensão própria ao esforço encetado entre o interpretar Hegel e forçar Hegel a algo outro, que é simultaneamente a sua aceitação e problematização tomada como algo interior e exterior às teses hegelianas, que nos permite mesurar o poder do que a sua filosofia admite especificamente.

Assim, jogamos uma pretensão que admite esta tensão como construtivamente útil: na atenção à especificidade do modelo hegeliano, compreendemo-la como que obrigando a pontual “queda” no que este assume como verdadeiro⁶. O que vamos gerando são modelos⁷ que caracterizam essa especificidade fora da mesma e preocupando-se

⁵ Termo da heurística, que implica uma positividade de ativação de uma construção concetual em que a sua construção é um fator próprio em que o seu funcionamento relaciona-se, de dada maneira, com o seu ser usado e criado de dada maneira.

⁶ O que não quer dizer que a admitamos como verdadeira ou até que esta apresentação corresponda a um comprovar do que propõe – é uma admissão dinâmica e temporária das suas propostas enquanto tal, tanto quanto possível. Pode-se sugerir que isto em nada reflete e concretiza tal especificidade, mas são meros apontamentos removidos e contextuais acerca do mesmo – ora, mais adiante, isto será precisado como próprio à heurística e, de fato, parte integrante da sua força aplicativa.

⁷ O modelo é a construção geral da heurística, como apontamento de funcionamento e características do que construímos no decurso da sua utilização.

primariamente com o que criou – por golpe de mão, evitamos o uso instrumental de Hegel, mas também o usamos pontualmente nesse sentido.

Esse compromisso pontual para com os propósitos hegelianos prende-se a três outras questões centrais que nascem com a exposição das suas teses, nomeadamente:

1. Como se constitui a exigência própria da prática filosófica?
2. Qual a especificidade do domínio, objeto e execução da Filosofia?
3. Como devemos construir teses filosóficas?

A centralidade destes problemas na filosofia hegeliana legitima, de certa maneira, a sua caracterização, pelo menos preliminar, como “Filosofia acerca da Filosofia”, embora numa aceção altamente particular. Esta caracterização não é separável do Sistema – é o seu elemento mais importante, pois o seu esgotar da Filosofia corresponde ao esforço da realização do que esta é devidamente. O “padrão de verdade” inerente a este esforço são, nessa efetivação, as condições, possibilidades e processos que a Filosofia gerou e que são-lhe constituintes e surgem com relações e estruturas próprias que lhe conferem não um mero padrão de como fazer algo, mas a constituição genuína do que é. A sua prossecução filosoficamente expositiva corresponde a como, nesse constituir, é na assunção filosófica desse constituir que ela mesma torna-se o algo que necessariamente deve ser - e na totalidade desses ocorreres em suas relações e posicionamentos expostos, o que se tornou. É essa atenção a como o ocorrido a compôs que é a marca da observação da sua verdade, e a realização e presença da mesma a marca da mútua e sucedânea expressão do seu ser nessa e por essa verdade. É por isso que a Filosofia de Hegel é a caracterização genuína desta como Ciência da Verdade e do tudo que ela aborda como composta nessa e por essa verdade – e a marca própria desse esforço é a realização do Espírito.

A obra com que me preocupei centralmente foi a *Fenomenologia do Espírito*, em que a especificidade deste trabalho é a preparação do elemento adequado para a exposição e efetivação total da Filosofia e, por conseguinte, do próprio Sistema. Na interação entre a consciência, objeto e saber que sabe da consciência face a esse objeto, prepara-se o plano atualizado da subjetividade enquanto mediação/negação pela sua descoberta e apercebimento – e para tal, apresenta as condições de inter-relação de tudo o que irá figurar na *Enciclopédia das Ciências em Epítome*. A questão própria de Hegel que nos

ocupará é, então, a *Fenomenologia* como efetivação da fundamentação-explicação – o esforço de fundamentar intrinsecamente à efetivação do algo abordado. Nesse esforço, tem de partir da contingência da aparência fenoménica e, analisando esta no seu efetivar-se próprio, elevá-la à sua superação, que parte de como esta propriamente se constitui nesse desenvolvimento. A observância à contingência tal como dada na sua determinidade expositiva confere à *Fenomenologia* o estatuto da obra que ilustra certos procedimentos concetuais típicos de Hegel; compreender as múltiplas facetas da sua aplicação é a especificidade própria trabalho delineada anteriormente. A explicitação de características funcionais da obra hegeliana faz-se descrevendo, acima de tudo, a mentalidade ou o propósito sistemático-construtivo que pretende incorporar através desses procedimentos para a realização do Sistema.

Basicamente, ao precisar como Hegel aplica teses neste contexto, conseguimos uma imagem geral do seu projeto e que características assume essa imagem geral face ao Sistema. Se a *Fenomenologia* não é ainda o Sistema, é, contudo, a realização do elemento próprio do Sistema e nisso reúne pelo menos a sua mentalidade geral (o seu propósito propedêutico). A exposição através da tensão interpretativa é, então, a explicitação de como e segundo que princípios são construídos os seus conceitos face a si mesmo, ou na dinâmica de realização da Fenomenologia; e, ao mesmo tempo, entre a analítica heurística e o próprio texto abordado, como descrição da sua construção e funcionamento.

O que nos obriga a falar então da analítica usada para responder à tensão de abordagem: nomeadamente, a heurística, e como irá ser utilizada no decurso deste esforço de compreensão e criação de construções conceptuais expressivas e não-literais⁸ de usos de conceitos. A exposição exemplificativa da heurística e da sua possível utilidade será dada concorrentemente com a exposição relativa a Hegel. Nessa exposição concretiza-se de dada maneira (a heurística), até que se possa precisar como possui afinidade com esse expor descritivo especificamente e depois em considerações gerais acerca de como é aplicada e como isso caracteriza o seu ser projeto. Conjuntamente com a

⁸ A heurística admite uma valência própria de alteração e recontextualização do que aborda, pelo que a sua atenção à especificidade daquilo com que lida é ela mesma um construir seu, uma ação própria e de modificação. Todavia, face ao modelo tensional que será utilizado, esta reconfiguração que detém será limitada e regrada, a fim de se poder abordar o problema interpretativo em questão de maneira mais restrita.

caracterização, vai demarcando na sua aplicação o projeto de precisão da especificidade da filosofia, nomeadamente no seu tratamento do uso de conceitos e a prática da filosofia como se dá enquanto atividade. Contudo, isso é algo a expor no trabalho: a sua exemplificação e aplicação corresponde à sua definição primária e esta dar-se-á consoante a sua tensão face ao sistema hegeliano.

Essas construções heurísticas gerais serão precisadas como utensílios de caracterização da leitura encetada enquanto atividade particular, e com a capacidade de remoção independente do seu “*bundle*” de características quando necessário⁹. Tomados apenas por si, constituem a componente de construção mais evidente da heurística, embora, a fim de precisão, todo o processo da sua instanciação, quer o seu gerar, quer o seu aplicar posterior, é tomado como relevante – a heurística preocupa-se tanto com o que produz, como com o processo que levou a produzir algo de dada maneira, ou a prática filosófica restrita e contingente que esteve envolvida no seu criar algo.

A distinção entre a heurística e teses hegelianas dá-se como parte integrante da atenção apropriada conferida à tensão de leitura aludida previamente e detém a sua força precisamente no facto de não a resolver – seria uma faceta possível da sua aplicação, mas no caso em questão irá utilizar os contrastes e relações como fator de análise. Desse contraste, surge a determinação de contextos de uso e circunstâncias de prática; destas são os modelos criados, que são positados como um outro fator de precisão da atividade; na sua atenção enquanto utensílios da heurística, ganham uma precisão própria, na qual é descrita a sua aplicação e é precisado o funcionamento das teses hegelianas como construção de características. O resultado próprio desta atividade? Os modelos e o processo tomado enquanto modelo¹⁰. Porque as teses hegelianas e a heurística são comparáveis, pelo menos neste contexto específico, e as suas semelhanças e distinções relevantes para a precisão do projeto heurístico (e este permite criar modelos descritivos de procedimentos hegelianos), este esforço é justificado como jogo da sua incompatibilidade enquanto precisão simultânea de ambas.

⁹ O tornar os modelos descritos independentes do contexto em que foram gerados é o produto que sintetiza as descrições geradas, no decurso da sua aplicação, como meios para outros esforços e aplicações futuras da heurística.

¹⁰ É através da manipulação de fatores e a precisão do contexto usados como fatores de construção que a heurística pode, ao mesmo tempo, construir uma tese e assumi-la concetualmente enquanto tese criada – pois a sua preocupação central é a prática da filosofia, o uso de conceitos enquanto uso.

Após a exposição, os modelos são precisados na aceção da heurística geral – e esta pode, por fim, ser caracterizada enquanto abordagem particular, neste modelo assumido. Na sua aplicação em que se vai caracterizando, constroem-se modelos de descrição do sistema movencial e da fundamentação-explicação hegelianas que podem ser úteis¹¹ à Filosofia. Assim, a tensão explicitada revela-se como é genuinamente: uma construção heurística positada como ferramenta para lidar com outros conceitos; e a base de receção hermenêutica usada é igualmente precisada enquanto modelo e analisada posteriormente. Será, portanto, tomada como caso heurístico e a descrição da relevância desse propósito aproveitada para construir conceitos.

Prossegue-se, então, ao desenvolvimento da proposta, que nos permite executar enquanto atividade a filosofia hegeliana.

¹¹ A sua utilidade é também um determinar do seu projeto – os seus modelos têm o carácter particular de constituírem-se como instrumentos a usar conforme seja tal uso afirmado prático por quem quer que seja. Todavia, o modelo tensional usado é uma versão limitada deste poder de aplicação – na exposição, será igualmente precisada a sua diferença inerente face à heurística geral que possibilitou a sua criação.

Desenvolvimento: Modelos, nexos e tópicos de processo

Tópico #1 – O princípio, o argumento da complementaridade e a perfeição como totalidade

O Sistema pleno tem que ser alicerçado em princípios que consigam lidar com a totalidade do que é – não como “exposição linear”¹² do que tal conceito possa implicar, mas uma realização estrita desse conceito, o seu determinar e efetivar pleno. Esta “exposição linear” não seria senão a mera apresentação do que esse sistema implica e de que maneira estaria estabelecida a sua estrutura enquanto mero “esqueleto”, ou seja, uma modelação abstrata¹³ dos seus propósitos, e com uma resposta face a outro sistema enquanto oposição de teorias. Mas esse sistema não realiza a plenitude e não consegue esgotar devidamente o objeto que assume como o seu propósito explícito porque, na sua construção, instaura já diversos erros que mutilam a execução do que pretende. Esses múltiplos erros embebem a teoria gerada¹⁴, e, instaurando nos seus preceitos o lacunar e falível¹⁵, o mutilado é a única coisa que será criada – essa falência, contudo, indica igualmente a razão da sua construção deficitária, a saber, os seus princípios e conceção filosófica. Devemos encará-la, para que possamos compreender como o que lhe é superior, ou seja, a formatação devida e exigida pelo propósito enunciado do pleno.

Essa exposição linear não é senão a assunção primária e costumeira de como praticar filosofia, posta na planificação geral de como conhecimento se relaciona face a si mesmo na sua diversidade, incongruência e incompatibilidade: a estrutura e hierarquia

¹² O termo aqui referido é metafórico, mas alude a uma contraposição entre uma maneira usual de prática e uso de conceitos filosóficos, e a hegeliana, em que a imagem e alusão ao círculo/espiral, à repetição enquanto expansão, ao retorno a um imediato que incorpora a diferença de como se deu e a ideia geral de que o fim de algo corresponde igualmente à sua preservação enquanto processo num algo novo que o reúne e supera.

¹³ O abstrato é um termo com uma conotação pejorativa em Hegel, pois alude à ausência de vitalidade na exposição, construção e execução do proceder filosófico em causa e naquilo que produz.

¹⁴ Note-se que os erros aqui mencionados, no contexto da teoria hegeliana, não são erros porque são apenas falsos, isto é, destituídos de verdade; também não são errados porque a sua maneira de construção seja alheia à filosofia, ou, enquanto erro, como que algo lhe exterior ou não-filosófico. Antes, são erros porque carecem da elevação ao patamar adequado e próprio da filosofia enquanto Filosofia, que explica o seu défice face ao processo de realização da Filosofia e do Espírito.

¹⁵ A lacuna e falibilidade aqui descritas não são o problema, ou seja, o carácter de défice que compromete teses usuais em filosofia acerca de princípios e organização e justificação de conhecimento – o problema é que não atendemos realmente ao que constitui o ser deficitário ou falível, enquanto processo e enquanto momento desse processo de realização.

são colocadas abstratamente¹⁶ no material e conteúdo teórico, e este extraído sem vida. Esta organização, não derivando genuinamente da atividade do princípio, e porque o seu próprio princípio é enunciado e apresentado como simples congregador dessa composição, e não enquanto elemento ativo na sua exposição, é um organizar morto¹⁷. A estrutura, posta nesta relação para com a sua própria realização, é uma mera coerência de fatores, mas não decorre nem explicita a necessidade através de um processo constituinte e apropriado, ou seja, em que o desenvolvimento da estrutura seja implicado e demonstrado como efetivação ou dada a si mesma.

Quanto à justificação e à argumentação que as alicerça - são a face óbvia dessa abstração, pois comprometem o efetivar devido e o ceder, na sua organização, à atividade própria e decorrente dos preceitos, em nome de um jogo de argumentação que empobrece o propósito e acaba comprometendo sequer perceber o que este exige por si. Os termos, a própria marca e força do conceito, são subalternizados enquanto algo que decorre e determina em nome de uma definição estanque de elementos e características. Postos nesta relação, de súbito justificar a tese é argumentar a favor da manutenção da tese, o argumentar é a apresentação de motivos de credibilidade da tese, ou seja, a extensão da definição de termos e seu posicionamento relacional em nome de uma força de tese, o que em nada corresponde ao efetivá-la (em que a exposição é a indesmentível realização da sua natureza e composição apropriada) – e neste processo desvirtuamos o que constitui fundamentar genuinamente.

O cume definitivo desta mentalidade é a relação entre a diversidade e multiplicidade de teses e seus argumentos-justificação; de súbito apresentados fora do conforto da mera definição, relação e organização de si, esta tensão não-dinâmica como que força ao

¹⁶ O proceder teórico que apenas associa a algo um método e regra de avaliação, sem tomar na composição desse método o devir, acaba relacionando-se para com o que aborda estritamente como um regrador externo que não desenvolveu adequadamente o considerado no seu determinar e no seu ser determinado, ou o princípio que expressa a contusão entre ser e saber.

¹⁷ A crítica mais severa que Hegel pode fazer a uma criação filosófica é julga-la de morta – isto porque, para Hegel, a efetivação e determinação que se dão no curso do seu proceder não são apenas teses descritivas do mundo e seu funcionamento. Antes, a sua exposição, e a filosofia reposta enquanto ciência da verdade, correspondem à vivificação daquilo que abordam, pois a vida do conceito e a sua efetivação não são senão a própria realidade tornando-se realidade que se concebe a si mesma e realiza-se a si mesma (Espírito).

colapso esta consideração acerca da filosofia e sua determinação¹⁸. A oposição ou dificuldade de coerência entre os princípios dados ou é subsumida numa espécie de assentimento mútuo entre teorias e teses, que é a derrota de ambas tornada um problema adiado, ou numa férrea assunção da falsidade da outra face a si mesma, configurando a prática da ciência enquanto a vitória de teorias e a oposição simples entre teses. Isto desconfigura o que esta relação entre teorias distintas nos diz propriamente acerca do processo que as gerou e como essa oposição é uma das marcas distintivas deste processo de desenvolvimento.

Todas estas dificuldades derivam, em certa instância, de uma consideração deficitária e lacunar dos princípios das quais derivam - os princípios utilizados filosoficamente encarnam já a falsidade ou verdade possível do que destes decorra. E, retornando à questão do Sistema pleno – este nunca poderia ser realizado seguindo estas maneiras de consideração e resolução de questões, pois assentam numa consideração deficitária do princípio, correspondendo eventualmente a uma consideração deficitária da Ciência e, por conseguinte, do que é o total, o pleno, o verdadeiro. O princípio genuíno é já, de certa maneira, o prenúncio da realização do Sistema pleno. Como pode um princípio ser capaz de tal façanha? Em que é que fracassaram os princípios estabelecidos por filósofos anteriores? Há que considerar, para constituir o primeiro princípio genuíno, que compreender como o próprio dar-se em teses acerca do princípio em Filosofia indicia e anuncia a necessidade da tese hegeliana.

Ora, após esta contextualização, falta indicar o que é esse princípio e em que se sustenta: nomeadamente, a contusão unitiva de substância e sujeito, compreendidos como “forças de devir”, em que a grande novidade hegeliana seria, precisamente, a compreensão devida da negatividade-mediação inerente à subjetividade como processo do real. Esse ser sujeito, enquanto processo e atividade, deve ser integrado devidamente na produção do princípio, capacitando-lhe o alcance do determinar-se pleno e devido de si. Ao tomarmos em conta o estatuto mediante-negativo e de devir dessa subjetividade como sendo e dando-se distintamente enquanto e na substância, todo o processo filosófico em geral ganha uma nova capacidade de considerar genuinamente a mutação

¹⁸ Ou seja: dificuldades múltiplas sobre como se relacionam teorias e como se opõem ou confirmam derivam desta consideração deficitária de conceitos-chave como oposição, determinação, método, primeiro princípio, etc...

como parte inerente do que é. Implementando esse devir já não enquanto alternância, ou algo alheio ao determinar enquanto tal, ou enquanto mero falso, mas processo de determinação co-implementado com o ser-substância, alteramos radicalmente o que determinar e efetivar¹⁹ significam. Esse processo de determinação integrado na atividade do princípio detém o cariz expressivo de uma negação não-tradicional, mas em que esta desempenha ela mesma uma atividade expressiva e de reunião, enquanto o dar-se face a outro numa co-relação expressiva, ou enquanto mediação. Citando Thomas E. Wartenberg: *“Hegel’s reconceptualization of development thus involves the replacement of temporal terms with which we normally describe developmental processes with a set of logical terms based upon the concept of negation. The idea of the teleological development of the plant is then conceptualized as describable by means of the concept of negation and its associated concepts. Hegel holds that the plant, in order to develop, has to embody a series of incompatible aspects as necessary for its development. In so doing, Hegel conceives of negation and its associated concepts as explicating the logic by means of which developmental processes take place. (...) The kernel of this logical understanding of the development is the use of “negation” to conceptualize the mechanism by means of which development takes place.”*²⁰. A negação, ou o estatuto de mediação, cisão e desenvolvimento próprio desta subjetividade compreendida no real e enquanto preceito e processo filosófico, torna-se um *“mechanism by means of which development takes place”*, em que a sua diferenciação e mediação relacional e atualizante ganha uma aceção de *“processualidade do real”*. O incorporar de características incompatíveis, mas necessárias para o seu desenvolvimento (que Wartenberg descreve) constitui exatamente esse caráter de processão e devir dessa capacitação unitiva, mas que admite propriamente a diferença e oposição, do princípio, ou a substância tomada na sua força subjetiva. A processão existencial e fenoménico dá-se por esta negação para a consciência; a negação não é uma imputação indevida nossa à temporalidade do real, mas este dando-se para nós e constituindo-se também a si por nós. A mediação é a espiritualização do

¹⁹ A determinação revelando-se enquanto a realização construindo-se enquanto algo e a realização tornando-se o processo desse determinar constituir o seu dar-se e tornar-se o que – logo, a determinação e a efetivação acabam identificam-se enquanto o dar-se do processo por si e na sua própria atividade alternante.

²⁰*The Cambridge companion to Hegel* / edited by Frederick C. Beiser, Cambridge University Press, Cambridge, 1993. *Hegel’s idealism: The logic of conceptuality*, Thomas E. Wartenberg, Pág. 112

real e o real é o Espírito – é o mesmo processo de autoconsciência e autorealização que está aqui a ser executado.

Hegel utiliza vários exemplos na Fenomenologia para ilustrar o estatuto primacial da mediação-negação como princípio elementar da existência genuína das coisas e todas as suas determinações. Tomemos em conta o da criança-adulto-idoso²¹: a criança, ao nascer, ainda não está efetivamente desenvolvida, detendo características potenciais a desenvolver e realizar como parte do que é, mas permanece ainda num estado deficitário imediato, é ainda um mero começo – e esse começo, dada a sua determinação particular, detém um certo compromisso de ser e ser-á face a esse determinar particular e expreso. Contudo, essas características deficitárias são já uma condição característica do que irá ser aquando realizada, pelo que, em certa medida, mesmo neste estágio inicial envolve já o fim que lhe é próprio. A passagem para adulto não é uma mera linearidade²², mas um processo de desenvolvimento e devir como variada mediação, até que, no integral da sua determinação, tornou-se uma criatura drasticamente distinta. Igualmente, o fim, enquanto efetivação própria e superior do que é, enuncia-se já nas características desse começo, pois é já um posicionar face a e rumo a esse fim e o anúncio terminal da de como se irá dar, de que maneira e para quê – o sentido próprio do seu dar-se. Contudo, uma continuidade presenciou esta desenvoltura e reteve o que no devir foi mudança – e esse reter constantemente envolve cada parte renovada do processo, e reconfigura e muta a sua relação face a esse preservado. O adulto é já uma efetivação do que na criança era mera característica incipiente, sendo que essa efetividade corresponde à determinação posta em atualização pela negação face ao imediato abstrato que era. O idoso é o fim próprio de todo este processo, sendo que aqui fim não é um mero apontamento teleológico do término de desenvolvimento de algo,

²¹ A tripartição destes exemplos, juntamente com a caracterização geral do em-si, para-si e do em-si-e-para-si pode levar a que interpretemos a dialética como redutível a estes três estágios, ou seja, enquanto tese, antítese e síntese. Contudo, esta é uma simplificação e descaracterização tremenda do processo na sua complexidade e propósito, pois o seu cariz expressivo faz com que mesmo esta forma geral seja ela mesma adaptável. Igualmente, não exprime adequadamente o suprimir-superar e o seu papel nesta atividade, e torna a reunião, conservação e integração quase que anedoticamente simplistas, assimilando o seu papel a uma espécie de conservação e preservação substancialista costumeira. Além do mais, há que tomar em conta que, aquando da exposição da dialética do movimento, iremos apenas ter como enfoque a Fenomenologia e a sua “lógica ontológica”, ou seja, a preparação da Lógica e do movimento puro, ou a Filosofia Especulativa, como parte do Sistema realizado.

²² É antes uma circularidade-espiral, em que cada ponto é uma instância de pressuposição do anterior e do posterior e o seu começo e o seu fim envolvem-se mutuamente.

mas a associação dessa determinação final como “reinstanciação” e retorno ao princípio de onde partiu, que reúne o processo que o gerou integralmente e, nesse sentido, no seu término não é senão a realização genuína, autêntica, verdadeira, desse seu começo. O conservar e preservar são então igualmente características revistas e reimplementadas no decurso do processo, e detêm um papel ativo de formação e, posteriormente, quando assimilados e fundamentados devidamente no curso que os formou, são integrantes do gerado.

Este exemplo aponta como a mediação ou a subjetividade geral, quando implementada como fator de atividade desta maneira, acarreta uma caracterização mais ampla quer dos seus propósitos, quer dos preceitos gerais utilizados. Igualmente, apontamos algumas das características peculiares da teleologia hegeliana – descrevamo-la um pouco. A Teleologia é aqui uma reunião total de processo; ou seja, a marca própria do fim é a sua caracterização como término de determinação em que o determinar total é a efetivação do próprio do algo desenvolvido, ou o seu ser posto a desenvolver-se. A heurística procurará reter a particularidade da teleologia hegeliana, e explicitar quão distinta é de uma proposta teleológica normal, tendo como ênfase três características suas bastante distintas:

- 1) Relação circular-espiral, por oposição a linear, de início e fim – ou seja, há uma pressuposição de envolvimento do efetivar entre o seu imediato e o seu estágio realizado, mas em que essa realização é também a marca da sua diferença, ou seja, a reconfiguração do imediato em nova circunstância expositiva;
- 2) Envolve a específica e geral de todo o processo face ao gerado e a si mesmo;
- 3) O fim de algo é a sua realização própria e adequada posta na sua relação com a sua própria natureza intrínseca, ou seja, “(...) o fim é o imediato, o-que-está-em-repouso, o imóvel que é ele mesmo motor e que assim é sujeito ou a negatividade pura. Sua força motriz, tomada abstratamente, é o ser-para-si ou a negatividade pura. Portanto, o resultado é somente o mesmo que o começo, porque o começo é fim; ou o efetivo só é o mesmo que o seu conceito, porque o imediato como fim tem nele mesmo o Si, ou a efetividade pura.²³”. A teleologia faz-nos recompreender a subjetividade, ou a negatividade pura como a envolvimento do Si no seu dar-se processualmente, ou seja,

²³ **Hegel, Friedrich 1770-1831**, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002, Prefácio, pág. 37

uma “força motriz” de negatividade pura que, enquanto processo, leva ao Si identificar-se com o que produz e gera como o fim próprio do seu processo. O Si atualiza-se e retorna a si na atualização – e este devir não é senão ele a realizar-e devidamente, ou seja, “a efetividade pura”.

A Teleologia é, assim, a identidade de princípio e fim como efetivação mútua do Si, positando-se a si mesmo face a algo como o seu próprio desenvolver-se por e nesse algo. Quanto ao princípio: este dá-se, portanto, primeiro como um imediato abstrato, que se põe em desenvolvimento-devir, sendo que o processo de sujeição a esse devir é a sua exposição à negatividade, à constrição de como se dá, em geral, ao ser mediado face a algo. Contudo, essa atualização do que é não é senão a própria expressão e reunião do processo lhe inerente inicialmente pelo princípio que expressa por ser como é e que é como é para o expressar, pelo que o seu fim é a identidade do princípio com o fim gerado – ou seja, a mediação de algo é integrada neste como o algo e o Si identificando-se na sua diferença. A assunção geral deste padrão é o modelo geral do movimento do projeto hegeliano; contudo, será precisado mais adiante em que sentido este movimento é, intrinsecamente, incapaz de ser tomado como um modelo estanque (ou como este movimento, na Fenomenologia, dá-se expressivamente e por adaptação, enquanto lógica ontológica).

(Consideração apenas Heurística)

Ao longo do até aqui escrito do desenvolvimento, a tese hegeliana tem sido reconstruída através de descrições heurísticas, que aludem ao seu proceder sem incorrer propriamente contra as teses – pois, até agora, não assumimos ainda a sua exposição enquanto problema, ou seja, não posicionámos devidamente a abordagem assente na tensão de teses que referimos na introdução. Contudo, ao lidarmos com o movimento e no esforço para a sua caracterização, deparamo-nos com um fulcro da teoria hegeliana que, de súbito, se volta para o que já fomos criando e nos exige atenção à sua especificidade para poder ser caracterizada. O modelo do contexto de interpretação enquanto tensão é-nos agora útil de assumir, pois permite justificar o esforço até agora realizado e lidar com o possível problema de não termos colocado devidamente o criado nesse contexto.

A particularidade do movimento detém face ao projeto heurístico uma distinção, que adaptamos enquanto foco de tensão no contexto assumido. O conceito e o seu móbil construtivo implementam-se numa atividade dada e gerada por si, ou seja, remove o papel aplicativo geral da construção filosófica e, quando reportada a uma tese ou sistema mais vasto, toma esses termos não como meramente descritivos de algo, mas já engajados e dados nesse e por esse algo de certa maneira. Isto faz com que seja criada uma tensão entre a matriz hegeliana do movimento e a descrição estrutural do modelo tensional que, porque a tensão é o seu uso próprio da sua função constituinte, é exatamente o recurso ao próprio modelo para potenciar a descrição. Contudo, assumamos então o modelo contextual da tensão; reparamos que a passagem anterior assenta em duas dificuldades expositivas de como as partes e meios utilizados estão a ser colocados em relação, face às nossas pretensões descritivas e à ideia de prática e uso que o modelo assume:

a) A força e especificidade do movimento como conceito é precisamente comprometer esta ideia de prática e construção da heurística, em nome de uma execução que reporta esse executar a um proceder derivado de dado princípio imbuído nesse movimento – ou seja, não há prática contingente no processo hegeliano. O conceito e a sua aplicação são colocados num contexto que não admite a sua precisão como mero uso e função, dificultando a consideração do modelo heurístico;

b) O seu automatismo é uma das marcas da sua força concetual, pois substitui o uso em nome da aplicação subjugada a uma relação por um algo, com maior ou menor decorrência por si (ou seja, o dar-se por si do processo inerente à lógica ontológica), mas em que o fator de “eu fiz algo” é integrado no fazer e no feito – invés do “eu fiz algo”, o processo hegeliano opera segundo a assunção de “algo decorreu necessariamente, e a minha execução individual é universal e integrada nessa decorrência”. Na Fenomenologia, esta assunção corresponde à ideia de que a sua contemplação ativa sobre a aparência para a consciência corresponde a figuras próprias desta, e um processo do indivíduo universal – ou seja, de que o fazer é da consciência universal elevando-se por sua própria necessidade, e que o fazer do próprio Hegel é nele depositado. Muitas teses filosóficas derivam a sua força de remover o praticar da sua prática de um executante, em nome de uma execução, ou um impessoal geral e universalizável.

Ora, face a esta dificuldade, pode a heurística neste lidar manter a tensão do contexto? Deve tentar subsumir o seu processo a este funcionamento hegeliano e procurar executá-lo ou subsumir antes o conceito, como meio, e a tese que este prescreve, a um recriar pelo meio do seu funcionamento, ou o usar da descrição para reconfigurar a tese? Repare-se como já nos atrapalhámos na apresentação destas opções – este curso de ação é uma simplificação não justificada face à tensão; os únicos fatores assumidos como adequados e próprios em responsividade são a coesão analógica ou a identidade com a primazia de um dos fatores para, por assim dizer, ficar satisfeito o lado predileto. E o que nos está a exigir essa analogia enquanto preceito? Que o fator descritivo que temos até agora utilizado para detetar e descrever a tese em questão seja abandonado, em nome do replicar mesmo desse movimento enquanto tese, ou seja, que descaracterizemos a sua conceção como uso. A tensão apresentada não é a heurística a proceder ilegitimamente no seu descrever, mas o movimento, enquanto monólito, a exigir de nós o que afirma de si mesmo apenas em virtude da descrição contextualizar a sua construção enquanto gerada e construída – ou seja, nós a confundirmos descrever com adesão ao descrito. O modelo da tensão serve-nos então também para isto: detetar as armadilhas do interpretar face a algo como excessiva aderência ou separação daquilo que é interpretado, e assumir estas armadilhas não apenas como as contingências do nosso estar face ao interpretado (o que é legítimo), mas igualmente o que é que o que estamos a abordar nos quer fazer comprar. Assim, esta tensão não decorre da nossa caracterização comprometer a particularidade de características do termo e suas consequências, mas porque a sua criação não nos quer deixar fazer o que fazemos pelo que diz que é e não por não determos justificação em incorrer doutra maneira.

Podemos antes utilizar a tensão para expormos melhor a nossa interpretação ao que está aqui a acontecer e porque é que a nossa caracterização parece incorrer contra a legitimidade de aderência ao termo. Vejamos, então, em que sentido os pontos anteriores provocam esta tensão enquanto exigência e porquê:

1) O compromisso da prática ocorre porque o conceito de movimento volta-se para nós e exige “Diz-me porque haveria de querer ser prática restrita e particularizada quando posso ser algo mais”, enquanto o contextualiza-la na prática tensional diz “Mas eu quero perceber-te enquanto uso, pois como podes negar que, em certa medida, o és?”. Ora, esta tensão é irrelevante, pois se o movimento não se muta por nós, mutamo-nos pelo

movimento e servimos os nossos propósitos enquanto evitando a sua exigência (esta agora compreendida como um critério da sua aplicação geral que exige a aderência à sua determinação, embora tal exigência não possa ser justificada de fora dessa determinação) – basta modificarmos o uso e a prática para que não atentem contra a sua exigência de querer ser uma decorrência por si e não deposta em uso. Para tal, a descrição não é uma precisão da sua estrutura, mas do seu funcionamento ou da sua valência enquanto preceito;

2) O “automatismo” é o fulcro pelo qual este se remove do ser feito por alguém para o ser dado por si e num outro face a si mesmo e é também uma falsa tensão – pois o que nos exige é que nos cinjamos ao movimento sem a pretensão da preeminência de um alguém que o faz ou cria de dada maneira. A heurística pode facilmente contornar este falso problema ao indicar, no seu proceder e no produto que decorra desse esforço, esta característica como um fator particular à sua execução – ou seja, vertendo o nosso usar no funcionamento descrito.

Então sincretizemos o contexto de abordagem ao movimento, na assunção da tensão presidindo ao mesmo:

1) A referência ao uso e à prática deve ser colocado em favor do movimento – ou seja, será uma precisão das suas características enquanto termo e função. Contudo, a pretensão de que é a descrição que incorre em tensão, e não antes que é o uso como contextualização que o faz, é uma exigência ilegítima, pois apenas reúne características e precisões de como procede na sua própria referência à sua caracterização;

2) Uso e funcionamento terão a assunção de funcionamento por si – visto que a prática pode ser precisada para ter enfoque apenas no que foi criado enquanto tal, de novo esta tensão não é senão a pretensão de exigência demarcando-se como determinação a descrever.

E assim utilizámos esta tensão-contexto para criar o como lidar com algo de certa maneira, admitindo características a considerar heurísticamente – obviamente que com este proceder desmascarámos que nunca pretendíamos resolver essa tensão, mas apenas procurar responder-lhe de dada maneira maximizando o que podemos extrair deste esforço.

Façamos então aqui um apontamento breve dos parâmetros e características que delineamos para nós:

1) O movimento como aqui configurado é uma assunção geral do termo que podemos associar com múltiplas características posteriormente precisadas para especificar (e recriar) o seu tratamento hegeliano;

2) A tensão é aqui um modelo contextual estritamente reportado à utilidade, e a resposta à sua configuração específica favorece (e não resolve) o como estamos a lidar com algo;

3) Uso e prática são fatores manipuláveis como tensão-descrição, pelo que com eles vamos reproduzir padrões e configurações do conceito com que lidamos para favorecer a sua exigência construtiva. O cariz da tensão-descrição é a apontada anteriormente: a recriação descritiva de funções e preceitos de Hegel que vertemos para a abordagem e manipulação do próprio descrito;

4) Os fatores foram todos manipulados para favorecer a autonomia e o dar-se por si da nossa caracterização do movimento – mas fizemo-lo para servir um propósito construtivo face a essa sua exigência, nomeadamente a descrição de preceitos como funcionamento. Logo, não seguimos exigências hegelianas, mas convertemo-las descritivamente, para mostrar o porquê da especificidade desse seu exigir;

5) Este movimento é uma designação estritamente geral da abordagem a Hegel – se aplicável a outros filósofos é algo a averiguar. Mas o seu propósito primário também não é a aplicação direta dos modelos que cria: é antes usar esses modelos para aprimorar o que estamos a fazer ao sequer havermos criado a sua heurística;

Fim deste apontamento heurístico)

Entretanto, atentemos ao que é aqui usar estes conceitos enquanto atividade – o que expõem da pretensão hegeliana? A construção de um princípio que permita envolver e conservar a totalidade do que é possível quando tomamos em consideração a sua exposição abstrata. A sua pretensão central é de que não é um mero componente que Hegel criou para conseguir resolver todas as questões filosóficas antes criadas²⁴, mas

²⁴ Demarcando-nos temporariamente através da heurística, pode-se afirmar que tudo aponta para que seja também isto – ou melhor, que uma das suas pretensões é essa resolução das questões anteriores da filosofia. Fomos delineando uma tese de como esta resolução se daria, nomeadamente a sua reinserção no

está já imbuída no seu projeto enquanto resolução do que a Filosofia é e deriva de uma solução-resolução de dificuldades de conceção da subjetividade e substância em Filosofia. Ou seja: dificuldades em conceber o princípio ou processo definitivo de como se pode conceber e realizar plenamente a ligação entre ser e saber, sujeito e mundo.

O primeiro princípio hegeliano é gerado por uma espécie de *self-awareness*²⁵ absoluta dos requisitos da construção filosófica transata e é a marca do suprimir-superar de teses anteriores. Esta *self-awareness* alicerça esse apercebimento da abordagem histórica enquanto disciplina e face ao que Hegel usa desse para a sua construção filosófica, colocando a constituição que decorre deste aperceber como o “problema e solução universais” – ou seja, confunde-se o que é uma exigência ou pretensão do próprio Hegel com a necessidade de propósitos e decorrência do seu processo a dar-se por si.

A particularidade do princípio é que tem já que deter por si o modelo geral de como a exposição do Sistema se poderá dar, pois a sua totalidade deriva da variabilidade da sua aplicação, mas também de como se capacita já para a construção total da sua variabilidade mesmo nesta pequena apresentação – e a exigência dessa totalidade assenta num critério da perfeição como complemento. Hegel colocou um preceito de geração de movimento como a base funcional do seu projeto e reconfigurou toda a tradição escolástica, histórica e cultural anterior a ser, aquando de submetida a tal mecânica²⁶, uma sua expressão para si, uma nova determinação que brota das anteriores como sua realização própria, o sentido autêntico de como são. Contudo, é na atividade desse movimento, na sua mobilização de desenvolvimento e construção daquilo a que é aplicado, que a especificidade marcante deste tipo de movimento decorrente do princípio se dá.

Tese Central #1 – Movimento em relação com o princípio como função de processo de termos e teses

Um princípio pode, invés de ser uma base fundacional de justificação de uma tese, ser antes uma organização do processo geral de construção de conceitos e as suas relações

fulcro do processo da fundamentação do processo geral e na sua realização, no Sistema. O movimento conseguiria replicar a especificidade destas teses na sua determinação e elevá-las-ia ao reino do fundamentado.

²⁵ Preceito descritivo da heurística.

²⁶ Termo heurístico.

que se confere a razão de como se dá e nisso reside a sua fundamentação – ou seja, esse movimento e o que dele decorre tem uma ênfase no que produziu e os mecanismos desse produzir como faceta essencial. Dada esta univocidade de construção entre o princípio assumido e o que dele deriva, processos como construção de argumentos ou a resposta a teses contrárias são subordinados a um mecanismo geral de como conceitos podem ser mutados face a certos casos – e em que esse subordinar é igualmente tomado como a mera realização do princípio, pois os casos dão-se já nos termos desse mecanismo. Logo, a padronização de procedimentos e determinações de conceitos é concebido como uma unidade de construção em que a própria regra de funcionamento, na sua construção, deve ser subordinada a um critério, ou seja, dar-se a sua própria lei de funcionamento e precisando-se e identificando-se com a sua atualização; nisso detém a sua autenticidade e verdade próprias. O conceito de movimento pode ser separado do princípio e o princípio do de movimento, mas quando associados nestes termos, e segundo a prevalência de variantes imanentistas ou expressivas da sua aplicação, estas características estão como que implicadas na sua associação. Quanto a esse movimento gerado, procede, na sua organização, do princípio sendo dado no desenvolvimento como efetivação do Si; contudo, este fator de reprodução não é o mero recriar idêntico, mas um que toma e considera a diferença do que decorre desse produzir face ao produto como algo próprio. Neste sentido, esse reproduzir não é, por exemplo, apenas mimético, ou conduz a algo apenas diferente e distinto, mas capacita-se de uma assunção expressiva fulcral, que é a própria adaptação ontológica do princípio como efetivação relativa a si. Esta expressão produz uma continuidade no processo total; mas essa continuidade reúne ela mesma a distinção e particularidade do que é produzido e atualizado. Igualmente, a sua própria construção capacita a expressão relacionar-se com esse algo enquanto algo, pelo que a sua efetivação é genuinamente sua e não apenas o instilar de atividade alheia sobre a sua configuração; e o próprio movimento, nesse dar-se de si e face à particularidade desse algo em que se inscreve, pressupõe que o padrão responda à particularidade desse dar-se da atividade no e pelo que produz. Por isso, o princípio é expressivo na sua construção.

Tese Central # 2 – Padrões de movimento

Esse movimento que deriva do princípio segue a expressão ontológica em que se dá – e essa expressão não é estanque, mas reúne na sua construção a amplitude do dar-se do

movimento. Por conseguinte, o movimento aqui exposto subscreve a caracterização heurística do termo na sua generalidade, mas uma das precisões necessárias é a alusão a como essa mesma decorrência inscreve-se como uma variabilidade da sua configuração. Neste sentido, tal como o princípio, o movimento não é unívoco na sua configuração, mas é melhor descrito e precisado segundo a mentalidade do dar-se enquanto dar-se ou a lógica ontológica – estes são o mesmo proceder e constância, certo, mas porque esse proceder pressupõe o carácter expressivo da produção, são construtivamente variáveis no seu dar-se enquanto movimento.

Tese Central #3 – A circularidade-espiral

Quando à circularidade, é aqui posta mais explicitamente na heurística enquanto característica, ou seja, não a assume na completa especificidade hegeliana, mas apenas como reunião de características postas na prática. Nessa relação com a prática, estabelece a ideia de que a execução e utilização concetual, ela própria, detém uma relação temporal com a contingência contextual da sua execução, claro, mas o que é mais raro, o seu elencar e expor é ele mesmo presidido por uma mentalidade temporal, em que a nossa correlação de conceitos e construção de teses assume tendencialmente a sua construção linear como dada. Citando: *“O desenrolar-se da filosofia pode, assim, ser encarado como uma tarefa permanent de autofundamentação e todo o progresso como fundação regressiva, como o retorno a um verdadeiro imediato só agora reconhecido pela mediação do desenvolvimento que originou e que o justifica, ou como uma imediatez imediatizada. A imagem do círculo impõe-se na descrição deste movimento; o percurso que vai do começo à sua total negação no resultado, a cadeia das mediações necessárias, é o retorno a si como negação da negação, mas este retorno não é uma repetição morta e o círculo uma figura estática, mas uma totalidade aberta (...) a espiral seria mais adequada (...) a dialética não reenvia fastidiosamente ao mesmo, tem um sentido ascendente e é matriz do novo, é ação livre.”*²⁷ Ou seja: a imagem do círculo permite-nos explicar bem a ideia do constante “retorno a um imediato” como a produção de um novo âmbito de consideração e posição da configuração pelo princípio geral hegeliano; igualmente, esclarece a nossa caracterização da sua mentalidade temporal do fazer filosofia como não-linear, mas de envolvimento do produzido no

²⁷ Hegel, Friedrich 1770-1831, *Prefácios / G. W. F. Hegel* ; tradução, introdução e notas de Manuel J. Carmo Ferreira, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1989. Pág. 23, introdução.

produzido anterior como reinstanciar deste. Todavia, esta última parte não indica bem o “sentido ascendente” que é “matriz do novo”, ou seja, como o novo imediato criado, mesmo incorporando a sua produção anterior, é também ele um estágio ou grau radicalmente novo do dar-se do processo. Para tal, segue-se a admoestação hegeliana e esta descrição segue também a ideia de espiral.

Mas quanto a como esta altera a mentalidade linear da execução da nossa prática filosófica: esta é a indicação de que a nossa prática dá-se tendencialmente em sequência linear, mas que podemos reconfigurá-la e reconstituí-la para que sirva outras dimensões de relação e proceder no nosso uso – ou seja, que tomemos a organização temporal do esforço e como este se repercute no produzido como fator de construção (para a heurística).

Crítérios de construção

1. A complementaridade

O princípio é construído como uma estrutura capaz de envolver e lidar com toda a variabilidade e possibilidade de conceitualidade filosófica através da sua reconversão a si capacitada como o cingir-se ao dar-se enquanto dar-se de algo. Além disso, enquanto sequência temporal de conceitos, instancia a integração contínua do devir e mediação considerados, permitindo uma sobreposição de eventos que toma essa sequência por relação com o retorno ao já ocorrido, pois é preservado enquanto memória. Devido a esta plenitude face à possibilidade e ao que gerou no seu processo, toda a abordagem aos objetos filosóficos tradicionais podem ser reduzidos a padrões do movimento e, após a realização plena da Filosofia, a construções do Sistema, pois este envolve, pelo princípio que assume, a capacidade de considerar e então a reduzi-los a conteúdo do Sistema que revela a sua força explicativa. O critério primeiro de construção reporta-se ao complemento histórico de características: porque o Sistema pressupõe como parte integrante a explicação-fundamentação de toda a história da Filosofia, na sua preparação (a que corresponde a *Fenomenologia do Espírito*, enquanto figuras da consciência) tem que deter nessa mesma exposição todas as figuras características da mesma para poder subsumi-las e integrá-las como componentes do próprio Sistema – e dessa maneira superando-as na sua designação costumeira, pois ganham o elemento e fundamentação que permitem a sua compreensão genuína no processo da Totalidade.

2. Perfeição como totalidade

A realização final de algo é a sua determinação enquanto o que é de facto, pois o que é envolve tanto a identificação realizada entre princípio e fim como a descoberta da sua inter-relação e pressuposição no processo ocorrido, que não é senão este dando-se enquanto o que é (e, na Fenomenologia, elevando-se ao equiparar entre a sua essência e conceito) – e porque realizou a necessidade intrínseca ao que é, esse algo considerado alcançou a sua perfeição. O critério da perfeição tem então duas partes integrantes:

1. O processo total do devir de algo realiza esse algo devidamente, pelo qual este alcança a sua composição maximamente perfeita;
2. O maximamente perfeito é a expressão efetiva de algo na admissão e acarretar da sua determinidade geral e determinação particular, pelo que a perfeição de algo é a reunião total do seu processo e integração na Totalidade (o Sistema), em que se descobre enquanto o que é e o que é o seu processo total como o facto do que ocorreu. A perfeição identifica-se assim, no fim desse devir, com tudo o que foi instanciado nesse devir.

Isto, claro, aplica-se também à própria Filosofia, que ao preparar-se no seu elemento próprio de Ciência da Verdade, percebe a necessidade do ocorrido para chegar ao seu término próprio e acaba por se identificar por completo com tudo o que ocorreu para tal. Neste sentido, o movimento acaba por se subsumir ele mesmo com o que está a abordar e organizar como meramente integração efetiva do ser enquanto o que é e da exposição filosófica como especificamente distinta, mas co-efectivante com esse processo. Na Fenomenologia, este proceder é a característica expressiva da lógica ontológica.

3. A associação dos critérios na *self-awareness* da consideração do problema

Os critérios 1 e 2 atrás mencionados apenas ganham a sua aceção definitiva se percebermos porque avalia como avalia Hegel a perfeição e o complementar, ou seja, como sequer surgem os padrões de realização destes critérios. A resposta foi já desenvolvida anteriormente: a avaliação de dificuldades historicamente dadas de, por exemplo, na Filosofia, e reapropria o motivo dessa dificuldade como uma lacuna que exprime devidamente o porquê de ter surgido e se dar de múltiplas maneiras no decurso da histórica, ao mesmo tempo que, através da apresentação do porquê dessa dificuldade

ou solução ser deficitária, verte essa lacuna no seu próprio processo como uma determinação a realizar e compreender devidamente. Esse dar-se é a realização do processo na sua execução da necessidade, que se identifica, eventualmente, com a avaliação que Hegel dá do que seria o complemento e perfeição da superação – e após o efetivar total, identifica-se eventualmente com a relação entre os fatores de realização dessa pretensão e a determinação que o próprio processo confere. Porque, para Hegel, esse sentido da História não é a sua própria pretensão, mas esta revelar como se posiciona rumo à sua realização devida ou fim, a associação destes critérios acaba justificada no Sistema como a sua determinação necessária e um requisito expressivo, e não um desejo, pretensão ou exigência contingente e sem justificação.

Contudo, o princípio exposto apenas nos preparou para a mentalidade do projeto hegeliano; temos agora que descrever o processo enquanto tal. Para tal, há que destacar a sua execução na Fenomenologia como propedêutica, o que, em termos descritivos, corresponde à precisão de duas facetas do seu funcionamento: a genuína observância ou o processo hegeliano como a expressão devida da Coisa mesma pela identificação entre sujeito e objeto, dado na Fenomenologia como a efetivação da existência na aparência ou experiência da consciência; e o movimento, o padrão da lógica ontológica.

Tópico #2 - A genuína observância

A aplicação do princípio preside à operação geral da Fenomenologia enquanto a regra da sua operação. Contudo, não conseguiremos compreender a complexidade desse produzir na sua operação dada caso não especificuemos o construir que gera em associação com outras teses de complemento dessa atividade; estas outras teses ou norteiam o sentido próprio do que é o processo desse princípio e esclarecem o seu cariz de plenitude, ou particularizam a teoria na sua construção, mostrando-nos a especificidade da conceção de fazer filosofia de Hegel.

Uma das primeiras marcas de complexificação da abordagem é a particularidade do caso da Fenomenologia enquanto fulcro do processo a preparar-se o seu elemento próprio para a sua concretização em ciência – e a relação estabelecida entre o sujeito fenomenológico e a teoria geral da co-relação entre objeto e consciência enquanto experiência, constituindo-se como compreensão da Coisa mesma enquanto tal. Para percebermos adequadamente a realização plena e total que preside à pretensão hegeliana do seu fazer filosófico, há que destacar este papel da Fenomenologia na preparação do elemento e na realização da Filosofia – esclarecer isto é igualmente esclarecer como surge e opera o movimento enquanto a lógica ontológica da Fenomenologia. Nos tópicos seguintes, portanto, atenderemos à construção específica do dar-se do princípio como e enquanto movimento congregador da sua produção e de que maneira esse movimento é especificado na Fenomenologia. Após tal caracterização, deteremos os fatores próprios do seu padronizar concetual – e então uma exposição devida da força do primeiro princípio e do movimento, e perceberemos melhor a execução destes termos e teses²⁸.

Ao deparar-se com dado assunto, o filósofo que não assume o estatuto do princípio anteriormente delineado não consegue lidar com este genuinamente, pois não admite a “construtividade” filosófica da efetividade e nesta lacuna não consegue ceder e mergulhar genuinamente na Coisa mesma segundo os desígnios desta. O movimento é

²⁸ A reunião destes elementos permitirá a caracterização do Sistema como teoria viva, que constituirá uma espécie de conclusão ao esforço interpretativo, abrindo portas ao elencar heurístico do que foi gerando no seu esforço.

também a capacidade racional e conceptual da exposição²⁹ dessa cedência, de simultaneamente efetivar e expor a Coisa enquanto tal por nenhuma outra regra que a “mera atenção através da negatividade”³⁰. Atentemos com cuidado nesta ideia de cedência, o mergulhar na Coisa mesma segundo esta, por esta e com uma assunção de ação sobre ela que não a descaraterize – que particular tipo de lidar e dar com tal objeto é este?

Assumamos que estamos a lidar com a Coisa mesma na mentalidade hegeliana – porquê este preceito de cedência, do “deixar dar-se por si mesmo”? Ora, o instaurarmo-nos no meio próprio da Coisa mesma levanta a questão de se esse instaurar, como se tal intervenção e interação fosse neutra; o filósofo apercebe-se deste problema de interação de elementos e preceitos e questiona-se de que maneira pactua ou não com essa tal Coisa mesma. Talvez, ao tentarmos conhecer esta Coisa mesma na sua devida força, a alteremos e modifiquemos, estabelecendo um princípio ativo sobre ela e, por conseguinte, caracterizamos ou descaraterizamos esse tal estatuto enquanto Coisa mesma. A nossa intervenção identifica-se com esse alterar e esse alterar é concebido como ou indevido ou comprometedor do estrito acesso à Coisa mesma – logo, o nosso conhecimento desta ou é mediado pelo nosso conhecer enquanto conhecer de dada maneira ou esse tal conhecer de dada maneira não é relacionalmente dado nesse estabelecer acesso ou contato, mas compromete-o, enquanto falso ou limitado. Ou talvez o problema seja a maneira desse acesso, a nossa aceção desse acesso: talvez não seja racional, mas intuitivo; talvez tenhamos que caraterizar esse acesso e contusão para com a Coisa mesma como uma identificação com esta que supera as limitações da nossa estrutura cognitiva do entendimento, ou possa apenas ser feita através da alusão ao primado da diferença entre ambas e nessas constituir uma descrição³¹ – e reparemos como todas estas múltiplas posições deixaram-nos extremamente confusos sobre o que possa ser tal Coisa mesma ou sobre o que constitui conhecê-la. Pelo menos nesta

²⁹ Tenha-se sempre em mente que a exposição em Hegel é uma maneira de vivificação e realização do algo abordado, pelo que não é um mero expor de teses e preceitos, mas a sua concreção genuína e própria enquanto o que é, no seu ser próprio.

³⁰ Na Fenomenologia, a interação em causa é entre o objeto para a consciência e o saber que a consciência gera dessa interação como saber para si, ou a sua experiência.

³¹ Esta passagem contém referências a vários filósofos cujas abordagens e teses Hegel critica nos seus escritos da história da Filosofia, no Prefácio e Introdução da *Fenomenologia do Espírito*, e outros escritos: os exemplos mais notáveis dessa crítica são Schelling, Fichte, Novalis e Kant quanto ao idealismo alemão.

exposição restrita do problema, há dois grandes motivos para toda esta confusão e dificuldade:

1. Imprecisão do objeto a considerar – para falarmos da Coisa mesma, temos que saber o que ela é; mas apenas podemos saber o que ela é se precisarmos como a conhecemos; o como a conhecemos leva à questão da estruturação e natureza do nosso conhecer; a natureza do nosso conhecer cinde a questão. Na nossa consideração, convertemos este problema numa questão epistémica, em que o que discutimos verdadeiramente é a nossa própria construção cognitiva, com vários preconceitos associados, que depois acoplamos à consideração da Coisa mesma, cuja natureza própria ou subalternizámos ou fomos pressupondo. A discussão sobre o como conhecer esta dada coisa tornou-se antes numa discussão sobre o que é conhecer e como o nosso conhecer se relaciona com o conhecido e para conosco e a questão autonomizou-se. Devido a toda esta sequência, o objeto enquanto tal tornou-se imprecisável e a discussão tornou-se acerca do nosso precisar enquanto precisar e do estatuto da relação entre sujeito que conhece-objeto conhecido. É esta mesma estrutura de colocar o problema, unitária e nem sequer assumida como problemática, que acabará por levar a incorrer no erro, que se sustenta numa consideração indevida de como deve começar e dar-se a relação entre sujeito que conhece e o conhecido;

2. Tese do acesso – A dificuldade do estabelecimento de uma tese adequada da interação entre sujeito e objeto acaba por reconverter o conhecer enquanto tal, e a sua organização particular, numa questão acerca da maneira de contato do conhecer considerado – ou seja, a criação de uma tese do acesso a tal objeto. A maneira de relação entre a Coisa mesma e o conhecê-la³² é de árdua precisão e a razão para tal é de que a mera consideração do acesso já nos põe num jogo de consideração em que nenhum dos elementos está devidamente precisado e, como tal, vamos tentando colocar os meios à nossa disposição de variadas maneiras, mas sem nunca fugirmos à incerteza da contingência dos nossos critérios e exigências face ao objeto. A tese do acesso torna-

³² A tese de acesso é uma descrição heurística para aludir melhor à ideia de relação entre um dado objeto tomado como maximamente relevante (ser, coisa mesma, Deus, etc...) em que prevalece qualquer caracterização que afirme o seguinte: que os termos desta relação dão-se através de uma interação particular em tal contacto e tal relação é particularizada em termos de identidade, diferença, subsunção ou comunicação. O problema desta tese, face à abordagem hegeliana, é de que o acesso contamina já a consideração devida do primeiro princípio e o seu papel de integração do saber e ser como co-efetivação que reúne e compreende a sua diferença.

se sempre um jogo de cedência, e é por isso que a ideia que motivou estas observações é o fim próprio e insatisfatório da consideração desta questão: pois o que estamos aqui a fazer é organizar conceitos e teses em torno de um fulcro de “responsividade” ao problema que não esclarecemos na sua exigência.

(Consideração apenas heurística #2

A ideia de observância genuína é um fator descritivo da aderência ao processo pelo processo que Hegel detém, sendo esta fundamental para a preparação do elemento devido da Filosofia enquanto Ciência da verdade. Contudo, múltiplos termos foram utilizados para tal descrição que não se propositam propriamente numa base hegeliana – o que sugere que o modelo da tensão não foi aqui utilizado, pondo a questão da legitimidade da interpretação em causa. Todavia, esta é uma dimensão de registo do modelo; na sua exposição, voltou-se completamente contra a interpretação literal, em nome do favorecimento da construção de conceitos – nomeadamente, da apresentação básica das dificuldades de uma tese de acesso. Igualmente, no decurso desta apreciação, o tópico em questão toma como foco por completo a observância genuína, que, se de fato é um pormenor descritivo de Hegel, não é um termo explícito do mesmo. Em que sentido está aqui o modelo a ser aplicado? Ou será que foi abandonado?

Quanto à primeira questão, esta prende-se com o modelo de interpretação tensional ter sido criado pela heurística para si mesma para apresentação da mesma; ou seja, por oposição ao que seria a sua construção costumeira, este modelo foi positado sem estar submetido previamente, ou pelo menos com reparos devidos e consertados do que gerou, à heurística voltada face à prática enquanto prática, ou a heurística geral. Dado que o recurso à sua construção serve igualmente o propósito de levar a apresentar a heurística geral, a sua utilização cai em variadas dificuldades, em que a construção de conceitos parece incorrer contra o fulcro interpretativo, e em que a tensão varia entre consideração dupla de certas questões, consoante o abordar e o abordado e consoante a subsunção ou ignorar prevalente de um dos fatores na construção. Quanto à segunda questão: não, não foi abandonado; a sua limitação e restrição, precisada na resposta à primeira pergunta, é antes decorrente da própria maneira como está construído. Assim, a tensão como o fator de uso constringe o que podemos fazer com o modelo, e a sua interpretação é a descrição: esta é a razão pela qual parece que a heurística tensional

como que se funde com o que interpreta, pois a sua resolução imediata dessa tensão é reunir construtiva e descritivamente o que considera.

Ao longo do trabalho, a verdadeira natureza deste modelo face à heurística geral será precisado – e um dos fatores essenciais para esta precisão é a falsidade possível do modelo tensional. Ou seja: o modelo tensional é ele mesmo um enfoque para a construção de conceitos, e em que a sua precisão contextual, mesmo na sua falibilidade, é um fator considerável para a prática enquanto prática e para o favorecimento da sua execução. Com isto não se quer dizer que o modelo tensional e a sua interpretação-descrição é ilegítima – é tão falsa ou ilegítima quanto qualquer outra aceção hermenêutica que usemos sem estar completamente explicitada e esclarecida enquanto construção para uso. O modelo tensional é a heurística dando-se a si mesma uma constrição de contexto para atentar como pode usar certos conceitos e de que maneira e a tensão, como recurso, é a precisão descritiva do uso do que aborda, ao mesmo tempo que destaca que esse precisar é construtivo. Isto é também dizer a precisão de diferenças entre a heurística e o texto hegeliano mencionada na interpretação é um recurso para a função a ser descrita: o seu interpretar e a tensão face a x resolvem-se pela descrição em função, que não é nem apenas só ler o texto nem apenas usá-lo instrumentalmente para algo. Na heurística geral, as limitações do modelo são repostas num contexto em que são compreendidas como possíveis limitações do nosso próprio praticar filosófico – tendências e padrões a justificar.

Logo, uma das particularidades da abordagem geral é poder dar-se a si mesma um contexto com a assunção de falibilidade e, após executá-lo de dada maneira, registrar e verificar em que medida a prática encetada está comprometida. A modo de preparação da apresentação dos propósitos e preceitos da heurística geral, sendo que a primeira será dada na conclusão deste trabalho e a sua aplicação para si mesma noutra momento para tal oportuno, a heurística submete-se primeiro ao uso de um modelo que não submeteu ainda aos seus desígnios. Contudo, esta mesma faceta temporal é por ela compreendida e assumida como construção a favorecer os seus propósitos – a projeção e contextualização do tempo como fator para o que pretende realizar permite-lhe este pequeno excesso, para que no futuro possa submeter este mesmo esforço a ser avaliado enquanto esforço. Isto é o mesmo que dizer: a produção decorrente deste trabalho é ela

mesma um mero pôr a funcionar de conceitos e reparar como são instanciados e de que maneira.

Quanto à questão da aplicação do modelo propriamente dito: para esclarecer os seus propósitos tem que se precisar em que sentido está a capacitar a sua descrição para a construção concetual. Tomando como exemplo as observações acerca das teses de acesso: estas foram criadas para descrever e aludir a dificuldades de construção filosófica que o próprio Hegel refere e apropria-as de dada configuração elementar para que possam ser comparadas diretamente com a particularidade do que é realizar filosofia em Hegel. É igualmente com esta aceção e carga utilitária que a tese da observância genuína foi concebida: para conseguirmos explicar melhor em que sentido o processo preside de tal maneira ao fazer filosofia no decurso e no rumo ao Sistema, a observância genuína foi instanciada para favorecer a nossa compreensão do processo hegeliano (nomeadamente do papel da Fenomenologia nessa preparação). Esta vagueza do modelo tensional seria precisamente assumida para a heurística geral como um fator desta, em que se daria a necessidade de especificar quando interpreta pela descrição no sentido de apenas aludir a uma tese e quando a usa para encarnar um funcionamento – o que, fora da exigência da heurística geral, o modelo tensional não consegue autoavaliar. O problema é que, enquanto modelo configurado de dada maneira, mas removido da prática enquanto prática como objeto central, o modelo tensional apenas pode esclarecer esta questão utilizando o seu recurso de uso, a saber, a tensão.

Mas especificando então a natureza da tensão aqui dada: a descrição a que aqui se está a recorrer tem como ênfase uma mediação da configuração do criado enquanto prática e do criado enquanto tese hegeliana, sendo que a descrição acaba por assumir a própria construção como construção-descrição. A razão para tal é simples: o foco da tensão que aqui surgiria seria que a observância genuína não é uma tese explícita de Hegel e isso detém algum risco; mas o modelo tensional responde que esta precisão está implícita no seu tratamento do princípio e na associação deste à ideia de experiência na Fenomenologia. A tensão é aqui, então, modificada no contexto para favorecer a pretensão descritiva do modelo – o que, de novo, causa-lhe problemas quando a heurística geral a analisa, mas tal não está agora a ser feito e, mesmo assim, detém utilidade pois criou-se um dado proceder e utilizar de meios a abordar e questionar; e a sua configuração, mesmo que questionável, não é ilegítima.

E através da exposição desta dificuldade, podemos precisar a sua função descritiva primária como a construção de preceitos que aludam e esclareçam um dado enfoque de uso que tome por relevante, comprometendo possivelmente o recurso à tensão para favorecer a sua própria construção, o que não é um “truque” seu, mas um uso que assumiu do seu recurso primário. **(Fim deste apontamento heurístico)**

Hegel está completamente ciente dos trâmites desta questão – e, retornando à ideia do *self-awareness* como critério, imbuí precisamente a precisão desta dificuldade como dimensão própria da sua solução, ou seja, recontextualizar o dar-se do problema e conseguir cingir-se por esse e nesse dar-se como a precisão da resolução. É neste sentido que o verter o movimento sobre esta matéria, e reportá-la ao princípio, não é por Hegel compreendida como a apresentação de uma maneira de acesso ou conhecer, mas o nunca “Renunciar às próprias incursões no ritmo imanente dos conceitos; não interferir nele através de seu arbítrio e de sabedoria adquirida alhures – eis a discrição que é, ela mesma, um momento essencial da atenção ao conceito.”³³. A observância genuína é a mentalidade que preside a este “momento essencial de atenção ao conceito”, que procura nunca nos intrometermos na prossecução do movimento, ou, neste caso, na lógica ontológica da Fenomenologia.

A base de operação da Fenomenologia segue este procedimento, esta regra, no posicionar da tarefa em causa na obra: a relação co-efetivante entre consciência e objeto e o saber que a consciência tem dessa relação enquanto a experiência. Nessa relação, a consciência apercebe-se de que o seu saber desse objeto e da relação instituída possuem uma diferença construtiva; face a esta diferença, altera-se a própria relação, pois o saber do objeto pela consciência influi na aparência fenomenal que ela tem deste. Nesta relação, a consciência, o objeto e o saber que a consciência tem deste objeto alteram-se reciprocamente segundo os termos de modificação ou mediação dessa diferença – e o movimento gerado por ordem desse devir e alterar constitui a dialética. Citando Hegel: “Esse movimento dialético, que a consciência exercita em si mesma, tanto em seu saber como em seu objeto, enquanto dele surge o novo objeto verdadeiro para a consciência, é justamente o que se chama de experiência. (...) A consciência sabe algo: esse objeto é a essência ou o em-si. Mas é também o em-si para a consciência (...) a consciência tem

³³ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002, Pág. 61

para si dois objetos: um, o primeiro, o em-si; o segundo, o ser-para-ela desse em-si. (...) Só que (...) o primeiro objeto se altera ali para a consciência; deixa de ser o em-si e se torna para ela um objeto tal, que só para a consciência é o Em-si. Mas, sendo assim, o ser-para-ela desse em-si é o verdadeiro; o que significa, porém, que ele é a essência ou é seu objeto. Esse novo objeto contém o aniquilamento do primeiro; é a experiência feita sobre ele. (...) mostra-se o novo objeto como vindo-a-ser mediante uma reversão da consciência mesma.”³⁴ Ou seja: a inidentificação entre o saber do em-si do objeto e o seu dar-se para consciência enquanto esse saber, em relação com esta, enquanto o ser para a consciência desse em-si provoca a tensão própria desta relação. Mas nessa tensão, a mediação estabeleceu foi o que estabeleceu isso, ou seja, o objeto tornou-se algo para a consciência, o seu Em-si tornou-se para ela. Nestes termos, contudo, não é o Em-si que detém a verdade do objeto, mas o seu tornar-se para a consciência, o seu ser-para-ela do Em-si – e é nestes termos que se constitui como a essência desse Em-si, é esta a sua realidade efetiva, enquanto efetivado e experienciado, e demonstrando a identificação entre esse ser experienciado e ser ele próprio. Ou seja: a consciência e o objeto, na sua relação e mediação, e no processo-efetivação dessa relação, acabaram por especificar e identificar os termos da sua determinação mútua e a sua contusão própria de ambos, pela reconversão pela consciência. Citando: “It is no doubt evident that the method is supposed to capture the single underlying structure common to both our thought and the world of natural and spiritual phenomena that we think about.”³⁵ – esta contusão de ambos, ou a progressiva identificação de saber e objeto, corresponde precisamente à precisão dessa estrutura comum entre os fenômenos naturais e espirituais, pois, no seu fim próprio, equivalem-se enquanto compreendendo a sua diferença. Assim sendo, o teor do processo da Fenomenologia assenta no posicionar a experiência ao dar-se do reapropriar para o princípio e o seu produzir, pois nesta mesma este se especifica e ganha a sua concretude. Isto porque apenas o primeiro princípio hegeliano é genuíno e pode ser posto face à Coisa mesma não como mera tese, mas o reproduzir dialético de como se compõe devidamente segundo o seu próprio proceder. Completando a citação anterior de Hegel: “Quando descobre, portanto, a consciência em seu objeto que o seu

³⁴ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág. 79/80/81

³⁵ *The Cambridge companion to Hegel* / edited by Frederick C. Beiser, Cambridge University Press, Cambridge, 1993. *Hegel's dialectical method*, **Michael Forster**

saber não lhe corresponde, tampouco o objeto se mantém firme. Quer dizer, a medida do exame se modifica quando o objeto, cujo padrão deveria ser, fica reprovado no exame. O exame não é só um exame do saber, mas também desse seu padrão de medida. Esse movimento dialético, que a consciência exercita em si mesma, tanto em seu saber como em seu objeto, enquanto dele surge o novo objeto verdadeiro para a consciência, é justamente o que se chama de experiência.”³⁶ O seu próprio proceder referido, aquilo que caracteriza enquanto prática a observância genuína, é permitir que esse padrão de medida, decorrente do seguir e deixar dar-se do movimento dialético, da experiência, seja meramente gerado por si, ou que derive do processo enquanto tal apenas. Para tal, temos que nos precaver de intromissão indevida nesse processo: o dar-se enquanto dar-se é garantirmos que o dar-se específico e especificado desse padrão de medida corresponde meramente ao algo a realizar-se. O movimento dialético, a lógica ontológica, vai-se dando e formando por e nestes casos – é neutra, na medida em que a sua construção não é uma mera tese filosófica associada a esta questão, mas o brotar intrínseco e próprio desta inscrição imanente identificando-se com o que produz como o próprio produzir apropriado ao algo em questão. Cingirmo-nos a esse processo como o dar-se regra ou padrão de medida do nosso saber e do objeto relacionalmente se efetivando – nisto constitui a observância genuína.

Logo, o considerar da Coisa mesma não é senão a própria execução do princípio na sua atividade – pois é-lhe relativo enquanto produção que o distingue e reúne e expressa por si. A ênfase expressiva da atividade do primeiro princípio não é uma tese de acesso, mas de construção e produção do elemento de vivência expressivamente devida da Coisa mesma enquanto tal, que é gerado por esta na sua própria efetivação. O princípio é a interpenetração própria e verdadeira da Coisa e do Conhecimento, do objeto e do saber como um ser algo para e por esse objeto – e essa interpenetração assenta no deixá-la (a Coisa Mesma, ou objeto-consciência-saber de objeto como dado para a consciência) ser produzida e conhecida face a si mesma. Igualmente, essa produção é ela mesma o gerar do elemento próprio de vivência do produzido, ou pelo menos a construção e precisão desse brotar de si rumo à sua satisfação constituinte e final. A observância ganha o seu poder explicativo porque descompromete a dificuldade do acesso e conhecimento enquanto algo a responder devidamente: Ser e Saber vão-se identificando como relação

³⁶ Hegel, Friedrich 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág. 79/80

e construção e determinação de como são genuinamente. Ao procurar executar a sua exigência e necessidade pelos próprios preceitos do que é considerado enquanto tal, ou a observância genuína – assim pode encontrar a Coisa mesma o seu lar, que não é senão ela mesma precisando-se e determinando-se por produção própria.

A observância genuína é, então, a tese subjacente à descoberta do princípio no que norteia do esforço feito pelo filósofo em relação ao algo que considera, e esse descobrir identifica-se também com o princípio face ao sujeito e ser como produção para e pelo Espírito na efetivação e Auto compreensão de si. A razão da sua atividade caracteriza-a como a exigência desse próprio princípio para a sua efetivação enquanto a maneira verdadeira de atender às exigências da relação entre Ser-Sujeito-Conhecimento. Há que prestar atenção às exigências e à construção inerente em observar genuinamente algo, em garantir a observância autêntica.

A *Fenomenologia* é, face aos seus propósitos deste processo, uma propedêutica de realização do elemento próprio da Filosofia e a sua elevação a Ciência da Verdade: ela tem que elevar ao mesmo nível, por um lado, a consciência acerca do objeto e conhecimento para a consciência deste até à exposição e realização efetiva do que estes são, cada um, em si e para a consciência, ou seja, elevar a existência à Essência; por outro lado, tem que elevar a consciência ao apercebimento do seu saber ou do seu próprio conhecer acerca dos mesmos. Citando: “(...) a Essência tem de se fenomenalizar para desempenhar efetivamente o seu papel. A essência que se mostra é, na sua imediatidade, a existência; esta não é nem poderia ser o predicado absoluto daquela, mas sim a sua exteriorização absoluta (...) a existência é a própria coisa, tal como é em si. (...) O fenómeno existe antes de mais como coisa, como Ser mediatizado pela reflexão, definido pelo seus caracteres próprios (...) Mas a coisa (...) dissolve-se por si própria: revela-se como não sendo nada mais senão o feixe das suas propriedades. O “fenomenismo” tem razão. O fenómeno é a verdade da coisa, aquilo em que a existência mediatizada se dá mediatamente; não há “coisas” mas uma ordem de aparição, uma lei, isto é, uma regulação necessária.”³⁷ A existência de algo é como se manifesta em si, mas apenas no seu ser imediato – é na sua exteriorização, a sua efetivação, o seu

³⁷ **Châtelet, François** 1925-1985, *O pensamento de Hegel* / François Châtelet; tradução Lemos de Azevedo, Editorial Presença, Lisboa, 1985. Página 82/83

ser mediado, que realiza devidamente essa existência. Contudo, este ser mediado altera a sua concepção de coisa, pois depõe-na como experiência, e nisto revela como se constitui para a consciência, que é uma faceta do seu próprio ser, de como é verdadeiramente. Na execução do processo, esta efetivação mútua revela como o que antes é uma relação entre coisas distintas torna-se um mesmo processo comum de instanciação e desenvolvimento, ou seja, a mediação entre algo, e a consciência torna-se um mesmo dar-se unitivo que assume a sua diferença intrinsecamente.

Neste sentido, a Fenomenologia dá-se rumo à identificação entre saber e verdade, entre o real e o saber, entre a existência e essência, à autoconsciência do Espírito. Apenas após esse tornar efetivo pode o Sistema ser apresentado na sua “concretude” própria e não enquanto mera abstração e esquemática (que é o mesmo que dizer, falsa). A observância genuína, neste processo, é um compromisso de execução para com o levar a cabo esta tarefa, em que assumimos e prosseguimos até ao final as exigências e dificuldades do movimento consoante e apenas consoante a exigência do mesmo. Ela é, então, a marca própria da cedência ao processo de desenvolvimento do elemento próprio da Filosofia através da Filosofia e, ao mesmo tempo, tornando o próprio fazer filosófico, ou seja, a nossa própria compreensão do nosso esforço, parte integrante do processo, que se especifica face ao mesmo como algo lhe distinto, mas nele tornado o próprio processo.

Tese Central #2 – Observância genuína (em associação com a Tese Central #1)

A genuína consideração filosófica tem que admitir intrinsecamente na sua atividade o princípio que a gera e à qual se reporta como a estruturação e organização da atividade enquanto atividade – a prossecução do princípio assumido implica o esforço de integrar o que decorre do movimento por si estritamente.

A força da observância genuína prende-se com uma complexificação da ideia de automatismo anteriormente referida, mas agora aplicada por completo à concepção de processo como uma atividade atualizante. O movimento hegeliano é uma constante exposição à contradição/mediação, à autoafirmação e independência desse processo e execução; quando associados estes pormenores à sua dimensão expressiva, a caracterização de aderência ao movimento já não é adequada. Antes, o próprio processo requer o observador enquanto participante integrado (pelo menos no tratamento

fenomenológico da questão) e enquanto “precisador” do que se dá mediante esse processo relacionado para consigo – em Hegel, este compromisso é a completa cedência à reprodução do processo sendo dado. Assim, a observância genuína é a marca do engajamento ativo, mas constituinte, do filósofo-indivíduo universal na formação e prossecução desse processo como igualmente algo para si, e que para compreender deve tentar receber na sua aceção plena – deve fazer-se ele próprio uma dimensão que capacita o proceder.

A genuína observância é, então:

1. Exposição crítica face à aparente evidência do que é implicado no fazer filosófico, em que a mera relação para com a teoria e o afetado pela teoria enquanto agente e agido é renovada numa integração, de operação e operador, como meras constituições expressivas distintas de uma mesma necessidade efetivada;
2. Nortear da relação sujeito-objeto, tomando-a como característica integrante do processo filosófico encetado - tal relação tem que ser sujeita ao processo, para que se poda dar e determinar devidamente como um nexos associado de ambos no elemento próprio da sua efetivação mediada;
3. Juntamente com uma apreciação geral da tese do movimento, é o compromisso à absorção para com o princípio assumido na atividade executada. Assim sendo, o que antes era uma subsunção de teses a objetos pelo filósofo torna-se uma relação reprodutora e expressiva, em que o filósofo desempenha um papel relativo ao processo em curso.

Tópico #3 – As caracterizações do movimento e da determinação: padrões da lógica ontológica

Aquando da introdução da importância do conceito de movimento, referimos que uma das suas peculiaridades cimeiras era a sua descrição como detendo padrões expressivos em que se conjugava a determinação, o dar-se dessa determinação, e o processo integrativo geral desse padrão de concatenação e organização. Antes de conseguirmos aliar a atividade do processo ao seu plano-propósito pleno, temos de definir melhor o elemento primeiro desse determinar: a configuração dando-se e sendo dada recorrendo e encarnando tais padrões desse movimento como os padrões próprios do processo a dar-se.

O padrão do dar-se desse movimento na particularidade constitutiva considerada corresponde a uma especificação de determinação que, na sua efetivação, é a determinação própria de essências como se constituem enquanto o darem-se na mediação e no desenvolvimento de dada maneira. A tendência geral ao ler estas descrições é precisá-las em três estágios gerais: o em-si, o para-si e o em-si-e-para-si. Contudo, estes são apenas os estágios na sua assunção mais vaga – tendem a partir de uma confusão da Lógica do Sistema com a dialética lógico-ontológica da Fenomenologia, que é a preparação da primeira. Por conseguinte, as descrições das caracterizações de essências e a sua efetivação-determinação como padrões gerais do movimento ou estágios não é o atender à expressão efetiva dessa determinação. Este é um detalhe crucial para percebermos como Hegel e o seu esforço de decorrência lógica alicerça-se numa constante crítica ao formalismo e esquematismo vazio, incluindo dos padrões lógicos utilizados. Também eles têm que ser tomados na sua envolveria de determinação própria, que dá-se na descrição do movimento próprio da efetivação particular de algo. Tentemos agora a descrição de alguns destes padrões de desenvolvimento-efetivação na Fenomenologia.

O em-si, por exemplo, é a assunção primária dessa determinação como o maximamente abstrato e carente de conteúdo/forma realizada, o que corresponde a um grau de funcionamento em que a coisa dá-se apenas enquanto o que é incipientemente ou na abstração do que é tanto na sua composição, como na sua atividade. Contudo, este em-si não pode ser tomado como o movimento puro, dado o plano da Fenomenologia: antes,

“Só se poderá ir buscar um critério ao “em-si” daquilo que há a conhecer, o que presuppõe um conhecimento absoluto do mesmo.”³⁸ – assim, este em-si é uma fase que requer a efetivação para poder ser compreendido plenamente. Na Fenomenologia, corresponde a nada mais que a fase imediata do objeto como dado para a consciência.

Logo, é o dar-se primeiro da coisa considerada segundo a sua identidade consigo mesma, e em que a natureza própria da mediação ainda não foi nela instanciada, pelo que carece por completo de concretude. Todavia, mesmo neste estágio, possui já algo de construtivo nessa identidade consigo mesma³⁹, de coisa, que se dá para a consciência como o simples e imediato algo; a abstração é a sua lacuna⁴⁰ de mediação e exteriorização, própria de como se dá primariamente. Contudo, dá-se para algo, a saber, a consciência, que, contudo, é dele distinta, incorporando nela uma diferença aparentemente não-resolúvel; e o saber da consciência acerca do objeto, do em si que este é, torna-o algo imediatamente mediado para a consciência, enquanto saber da consciência acerca dele. Mas dada tal relação, estabelecendo-se face a este outro de dada maneira, o saber que a consciência tem deste em-si e o próprio em-si são distintos; e nesta relação, a obviedade da aparência do em-si cinde-se, assim como o nosso saber acerca deste, que o converte num ser para nós de dada maneira. A distinção e separação entre algo em-si e o nosso apercebimento simples desse algo em-si torna-o num ser em-si que é igualmente para nós; ora, esta contradição entre ser próprio e apenas internamente referido a si e ser algo também para um outro muda a nossa conceção e experiência deste drasticamente. A mediação exposta reconfigura aquilo com que lidamos, pois a negação de como se dá (em relação com o que é) espiritualiza o em-si; este proceder de análise por si do que aparece, do ser fenomenal, fá-lo mutar o que é por virtude da sua subjetificação. “Esse demorar-se é o poder mágico que converte o

³⁸ *Hartmann, Nicolai, A filosofia do idealismo alemão* / Nicolai Hartmann; tradução de José Gonçalves Belo, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983. Pág. 378

³⁹ Essa identidade simples consigo mesma configura-se como interioridade referencial de como se constitui e se dá – e nesse voltar-se e cingir-se primariamente ao si que é, ou o que é identificando-se com o que é, precisa-se a associação dos elos de atividade-determinação e realização consoante essa mesmidade voltada para si mesma.

⁴⁰ Lacuna aqui reúne várias significações, que referem variedades do mesmo preceito: um défice de completude e perfeição, ou seja, a lacuna face à posição e plano da sua realização devida; um défice de determinidade, própria do seu estado inicial e, como tal, maximamente abstração; e, défice na sua atividade e movimento consequente, própria da carência anterior considerada na associação entre determinidade e produção.

negativo em ser. Trata-se do mesmo poder que acima se denominou sujeito”⁴¹, ou seja, nesta modificação não fomos nós que sujeitamos o objeto à sua constrição, mas foi da relação inicial incorrer contra si mesma que se negou e modificou por si - e essa modificação decorreu da implementação de ser e subjetividade na sua relação posta em processo.

A inidentificação para consigo mesma do em-si é essa contradição inerente para consigo de ser o que é não apenas por si, mas por um outro. Essa tensão é a implementação composicional (lógica-determinação) da sua realização no plano do seu desenvolver, que envolve a sua contradição e dilatação referida a si por meio de um outro. A expressão própria desta alteração implica a aparente destruição do que possui de determinação abstrata e inócua; o projeto em causa é a expressão do que é enquanto efetivação e tornar-se o que é – é apelando a esta continuidade constitutiva que podemos compreender a execução sintética posterior do processo como concretização plena.

Assim sendo, este imediato está já exposto ao jogo próprio do que implica, em termos hegelianos, o prontificar à completude de definição de algo como o dar-se desse algo. Ora, a caracterização desse dar-se é a equivalência entre o movimento e a dialética efetiva e essa efetividade sendo não construtiva, mas expressiva, ou seja, identifica-se com a relação particular em causa do algo observado; a sua determinação e o movimento dialético dado equivalem-se enquanto processo. A execução do processo não é estanque e requer a sua própria modificação face ao estágio e instância da sua decorrência: o movimento dialético em causa varia consoante a especificidade relacional e atualizante do caso dado, pois o padrão do seu desenvolvimento são o mesmo dar-se e efetivar-se do algo enquanto tal.

Contudo, nesse seu ser para si, a imediatidade e identidade estritas envolveram já a sua lacuna, ou seja, a sua construção implicitamente desmancha-se na sua mediação ou negação de si, face ao que, na expressão do que era em si, tal mesmidade sujeitou-se a exteriorizar-se, a outrizar-se. Assim, a mediação para a consciência do que era em-si face a esse outro alterou o seu próprio ser algo, pois não é algo referente a si mesmo no seu dar-se, mas no seu ser é ser para um outro. Citando: “Em todo o saber, o objeto tem tanto um ser-em-si como um ser-para-nós. A verdade do saber consiste na coincidência

⁴¹ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág. 44

dum com o outro. Mas se se investiga o saber em relação à sua verdade, investiga-se o que ele mesmo – o saber – é em si. (...) à essência do saber corresponde o ser saber de si mesmo, o saber do saber e do não-saber.”⁴² O objeto e o seu ser-em-si dilatou-se, e apercebemo-nos de que este envolve igualmente um ser-para-nós, para a consciência e o saber que esta tem dele – ambos estão, neste positar, numa relação interdependente de efetivação mútua. O objeto e o saber estão unidos, sim, mas o processo tem que expressar e determinar a diferença imediata que se dá entres estes: a sujeição ao negativo, ao espiritual, complexificou o próprio dar-se dialético em questão, pois a determinação lhe correspondente igualmente complexificou-se. O objeto e o saber são agora seres para si, na medida em que são ainda algo, sim, mas a tensão inerente à exposição à negatividade impossibilitou-lhes o fechamento em si, a clausura na sua própria referência isolada: ou seja, incorporam agora no que são serem numa outridade em que não são meramente idênticos a si, mas em que o serem o que são pressupõe a sua diferenciação num outro. Esta dimensão de negação de si por um outro que igualmente negam no seu próprio fechamento corresponde à natureza própria do processo, e da subjetividade enquanto a mediação, outrização e negação como processos ativos de constituição; pois mesmo esta relação não é senão a sua realização, o seu desenvolvimento.

Mas lembremo-nos de dois fatores: o processo e a expressão. Tratemos do primeiro: este dilatar é próprio e intrínseco ao processo instanciado e à sua prossecução. Cito: “O que esta “Fenomenologia do Espírito apresenta é o vir-a-ser da ciência em geração ou do saber. O saber, como é essencialmente – ou o espírito imediato – é algo carente-de-espírito; a consciência sensível. Para tornar-se saber autêntico, ou produzir o elemento da ciência que é o seu conceito puro, o saber tem (...) um longo caminho. Em seu elemento, ser-aí à determinidade, suprassume a imediatez abstrata (...) portanto, o sujeito é a substância verdadeira, o ser ou a imediatez – que não tem fora de si a mediação, mas é a mediação mesma.”⁴³ Ou seja: o em-si anteriormente referido não é apenas do objeto – ou seja, não é um ser completamente separado da consciência e da subjetividade, mas está já nela implicado. Logo, o em-si em causa era igualmente o em-

⁴² **Hartmann, Nicolai**, *A filosofia do idealismo alemão* / Nicolai Hartmann; tradução de José Gonçalves Belo, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983. Pág. 378

⁴³ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág. 40

si do saber – porque estão implementados e relacionados mutuamente, mas ainda disso não se apercebeu a consciência, pelo que o seu saber ainda não se efetivou. O processo aqui em causa é da mútua realização de ser e saber acerca do ser como composição implicada e que se vai efetivando e concretizando no que é genuinamente; é por isso que este processo é o “vir-a-ser da ciência (...) ou do saber” – o elemento próprio à ciência, à Filosofia e ao saber é a verdade, que requer a mediação como a espiritualização e desenvolvimento. Através da prossecução deste desenvolver, o Espírito vai-se efetivando e percebendo enquanto Espírito, o que equivale igualmente à sua realização enquanto Espírito – sujeito e substância tornando-se o mesmo ou a efetivação do princípio. Logo, este caminho é o desenvolvimento de saber e ser como se co-implicando, eventualmente alcançado a verdade da sua identificação mediante e incorporadora da diferença. Este ponto tinha que ser precisado para que não nos confundamos e pensemos que o movimento aqui descrito é de um algo face à consciência a desenvolver-se, e não da própria consciência: apenas na sua realização mútua percebemos o verdadeiro propósito do princípio e como mesmo este se desenvolve na produção.

O outro fator em causa é a expressividade, ou seja, como a dialética ontológica hegeliana é a modificação relacional de casos de efetivação, e não tem uma forma estanque e abstrata e morta, mas define-se precisamente na efetivação desses casos. O seu fim próprio é dar-se no Sistema como Lógica, em que a expressão em causa converte-se em figuras vivificadas do total desse movimento; mas até lá, requer a sua constrição aos casos em cuja determinação assenta a fundamentação do seu papel na Lógica (ou razão especulativa). Como tal, o estatuto desta mediação é variável: o saber-ser em causa não segue um caminho estrito de ser-para-outro ou ser-por-um-outro, mas este procede do cariz da determinação do caso em causa, na sua especificidade. Por conseguinte, o que aqui apelidamos de padrões de movimento não é senão a regularidade do papel da mediação, mas não podemos reduzir a lógica ontológica a uma padronização, pois derivam do dar-se próprio do algo que se efetiva e determina nestes padrões de movimento, por necessidade própria. Esta faceta da dialética ontológica corresponde, para o modelo tensional da heurística, à sua descrição como expressiva: isto é, em que o seu configurar-se e a sua construção está dependente de uma aplicação em que o próprio aplicar, por resposta a um contexto particular, varia responsivamente

consoante o contexto de aplicação. Face a um outro, a relação positada ela mesma dinamicamente muda a construção assumida dos fatores; a assunção geral exprime os termos dessa relação como construção do âmbito de determinação de forma, conteúdo e construção de figuras que a mediação implica no devir. A mediação dá-se também como faceta construtiva, de precisão do constituir-se e na prossecução do que implica essa atividade: a construção gerada torna-se constituinte e a mediação específica consolida-se na diferenciação por um outro para a precisão da diferença a efetivar intrínseca ao que, no seu em si, requer a sujeição à sua mutilação. Logo, a absoluta diferença revelou-se como integração da própria identidade considerada e propriedade constituinte do mesmo a tornar por e para um outro.

Todavia, prosseguindo a mediação e a efetivação, eventualmente o fim próprio a que o movimento se dirige é alcançado: a outrização e exteriorização do objeto e do saber na sua interrelação constituinte alcança um momento em que a consciência se apercebe de que a negação a que foi exposta correspondeu à determinação do seu saber acerca de algo e do próprio algo que sabe. Ambos efetivaram-se e alcançaram uma instância em que a sua relação face a um outro é concebida como uma outridade própria ao que são em si, em que o ser-para-outro, a relação de interfedefinição mediada do que é o ser e o saber do que é, é integrado como o ser igualmente lhes relativo. A diferença entre o saber da consciência e o ser do objeto é incorporada como diferença própria e constituinte do que eles mesmos são, e em que esse incorporar é compreendido como o ser próprio do objeto e o saber da consciência acerca desse ser e do seu próprio saber que sabe. O produzido é reintegrado como algo desenvolvido e realizado, que foi acometido e acometeu de dada maneira a desenvolver e realizar; e a nível de composição dessa determinação, o processo que o motivou e gerou é integrado. A coisa, a aparência, dissolve-se e torna-se o imediato realizado, que é a essência; a consciência equiparou o seu saber à essência e apercebeu-se do seu saber como saber que sabe, ou a autoconsciência da determinação-saber que foi concretizada no processo.

E, contudo, desta mesma completude irrompe a continuidade do processo – o desenvolvimento, mesmo após reunir e integrar a sua efetivação, desde o seu em-si (do objeto) elementar até à incorporação constituinte da sua própria dilatação e paradoxo na alteridade de si, impele para fora do que produziu. A valência particular do movimento e do processo no em-si-e-para-si tem esta faceta: enquanto integração ativa da

determinação que o motivou e gerou, constitui a pressuposição e unificação de princípio e fim enquanto algo efetivado e realizado devidamente. Contudo, esta pressuposição é também da diferença e distinção entre esse princípio e o fim em que se tornou – o algo, no âmbito em que realiza, é também já uma atividade-constituição completamente distinta de como era em-si; a sua identificação consigo mesma incorpora a sua autodiferenciação. Ao dilatar-se e mediar-se, o saber-ser para a consciência integrou também a sua diferença face a si mesmo; e este integrar em nova composição como que o eleva face a si e destrói-se face a si, em virtude de ser identicamente e diferentemente o que é. Num golpe misterioso da lógica ontológica, suprime-supera o que é; integra o que gerou e modifica-se e reinstancia o processo. Logo, esta “conclusão” pressupõe igualmente o suprimir-superar do que foi produzido: este é integrado na sua autenticidade como algo que conserva a sua determinação no processo; e que se suprime num novo princípio de atividade devido à sua resolução – e assim continua, e distingue-se de novo, o processo face a outro algo decorrente e decorrido de si.

(Observação Estritamente Heurística #3

O movimento-padrão expressivo é um mecanismo complexo do tratamento do movimento dando-se no uso descritivo. Antes de precisar em que sentido o é, temos que colocar devidamente o modelo tensional face ao que foi o seu esforço neste tópico – nomeadamente, explicar a completa submissão do uso e da prática à ênfase do considerado.

O modelo tensional da heurística não lida com o tópico do movimento hegeliano, nesta configuração, senão descritivamente; porque foi criado e limitado a explanar a interação de propósitos interpretativos através do uso enquanto **fator já dado para o modelo**, procura apenas explicitar a particularidade da tese enquanto descrição criativa face à mesma. Introduziu conceitos como a configuração e o âmbito para favorecer o seu propósito descritivo, mas deste não pode voltar-se para a pretensão de como estes conceitos se dão criticamente face a outros conceitos que aborda, como diferença, identidade, determinação,... pois escapa à sua natureza de modelo. E fê-lo devido a, enquanto modelo, ter sido constituído propositadamente com um défice face à heurística geral: não pode questionar o uso enquanto uso, ou o que o uso nos reporta da utilização

enquanto utilização em Filosofia. Complementando a descrição da observação heurística que precedeu esta: esta é a descrição submetendo-se pela tensão ao que aborda, o que confere ao que cria uma ligação face à especificidade do caso que motivou o seu descrever. A tensão, como uso, tanto é a subsunção descritiva do que aborda como o seu criar, como a submissão mínima ao algo, para que a sua especificidade se verta no que cria. É neste sentido que a tensão é, como recurso, apenas o posicionamento da descrição face ao que concebe como legítimo descrever, tornando-se irresolúvel ou carente de problemas de maior consoante tal potencie a descrição.

A razão para este uso da tensão é simples: face ao querer maximizar a descrição-construção de preceitos hegelianos, a heurística geral removeu-lhe partes face à sua própria capacidade de execução do modelo enquanto modelo. Face ao criado, a heurística isolou-o como projeto heurístico e negou-lhe o poder assumir o uso enquanto uso, em nome de apenas poder considera-lo enquanto uso através dos seus preceitos próprios, ou seja, usando-se e contextualizando-se enquanto modelo em que o uso é assumido como tensão dos fatores em que se joga. Logo, a tensão redimensiona o seu contexto descritivo, consoante tal seja útil face ao caso.

Neste tópico, o modelo incorreu em dificuldades dadas a si mesmo por consideração, com o seu executante, da especificidade do tema em questão. No segundo tópico, a genuína observância e as teses de acesso modificaram como interpretar o interpretado, mas sempre relativamente ao que este pretendia executar; contudo, neste terceiro tópico, a descrição foi submetida por completo a descrever conjuntamente com o interpretado o que criou por si face a este – pois assumiu que outro curso de ação comprometeria a especificidade funcional em causa. Contudo, não pode agora voltar-se para o gerado e perguntar: o que é que isto me diz sobre o uso enquanto uso (pois parece-lhe a única maneira de conseguir interpretar fora do descrito certos termos)? Por conseguinte, pode apenas retornar ao descrito e procurar explicar a particularidade do que descreveu e porque é que face a tais termos o seu próprio limite tornou-se-lhe um problema de consideração – e não pode usá-lo para criar o que fuja à sua criação e ao contexto em que foi colocado e que instaura no ser o modelo que é. Se repararmos no uso anterior do modelo, pode-se atentar como recorreu às suas descrições para caracterizá-las melhor – mas nunca a consideração do descrito como prática enquanto e segundo a praticidade; apenas foi referido de que maneira o descrito pode aludir a outros aspetos funcionais. A

motivação geral deste problema é de que, face a conceitos usados para a descrição do movimento como diferença e negação e o outro, não consegue senão implementá-los na sua própria descrição enquanto uso de si, não podendo precisá-las senão nelas se inserindo descritivamente. Na relação entre a execução da sua tensão e o executante a executando, posita a si mesmo como necessário à sua compreensão devida, mesmo para a sua descrição enquanto mero uso, a sua expansão no uso enquanto uso; mas não pode instanciá-lo, e também modera essa tensão para consigo mesmo subsumindo a sua descrição e o descrito na mesma função criativa; e é neste novo contexto que se dá, pois o seu limite incorreu contra a expansão dos seus propósitos.

Poder-se-ia questionar se a submissão do uso face a este tópico, e não nos anteriores, é justificável; ora, face ao modelo, foi concebida como justificável porque o seu uso em dada altura e dado contexto por um dado alguém, face à particularidade desse próprio ser executada de dada maneira, motivou o feito e o seu critério tensional permitiu-lhe fazê-lo. A tensão é um recurso de resposta a casos na restrição e contingência do modelo, pelo que apenas pode ser usada como criação maximamente restrita e contingente a esta exposição particular. Se executada noutra altura, mudaria o recurso à tensão – o único problema para a heurística geral é carecer o modelo de autoavaliação que complementa esta sua absoluta constrição pelo momento particular de execução. A validação imediata deste modelo é a sua execução especificante e registada nessa especificação, ou na possibilidade do recurso como usado em instância particular, e nada mais – e nisto servimos os seus propósitos descritivos. Se tal é legítimo ou recomendável é uma questão fora de si – é uma pergunta que requer esclarecer o uso enquanto uso, ou a contingência do conceito enquanto construção.

Voltando então à questão da descrição do que foi observado acerca do movimento-padrão: este tratamento complexifica a consideração do termo ao aliar a sua mutabilidade a um padrão de determinação do seu dar-se nessa mutabilidade. Certos conceitos-chave para a particularidade deste tratamento (tal como reconvertido e reapropriado na descrição) são:

1. Padrão-medida ou critério de medida – na associação entre o movimento como configurador de procedimento de determinação e este, por sua vez, reportando-se à determinação do procedimento e questão motivando e justificando a sua execução como

o seu próprio padrão de medida, o próprio cariz do movimento é alternante. Contudo, a particularidade deste cariz alternante é dar-se consoante o algo que expressa e o princípio próprio que incorpora, enquanto o delinear do teor particular desse tipo de movimento: tendo em conta o algo considerado e o grau desse algo no processo total, o movimento muta de natureza consoante e segundo esse próprio princípio assumido. A razão para a consideração da particularidade desta explicação deve-se a esta modificação entre o abordado e a maneira de abordar e a produção consequente segundo um preceito comum – na pretensão de que esta, na sua execução, acaba sendo um propósito do deixar exprimir a própria coisa expressa por si. Nisto, alia a força do seu proceder variável com a decorrência própria e unitária do movimento que foi exposta anteriormente na sua aceção geral;

2.Âmbito – o plano configuracional da execução do padrão-medida ditado no encarar a algo, sendo este o plano da justificação geral da particularidade de movimento e abordagem dados face a algo, pois é gerado e decorre desse mesmo abordar e gerar – ou seja, cria a ideia de intrinsecalidade entre gerar e gerado, e reforça a tese de um plano de execução estruturalmente “constante” face à regularidade do dar-se expressivo do movimento.

3.Integração – o produzido e determinado são tomados enquanto um dado tipo de atividade e constituição que, face ao que produziram, motivam essa constituição produzida – e, como tal, unificam essas facetas numa composição específica que pressupõe um dado tipo de interligação e atividade dos seus componentes enquanto composição produtiva e com princípio-atividade correspondente.

Na associação destas características com a ideia da variabilidade do movimento, a expressão detém a pretensão de se cingir estritamente ao algo com que lida segundo os preceitos e configuração deste. É importante mencionarmos esta descrição pois, em associação com fatores derivados dos tópicos seguintes, começa a gerar a descrição possível da elevação do proceder filosófico e do que produz como criação vivente e aplicada ao real como sua extensão própria e realização distinta. **(Fim deste apontamento heurístico)**

Tese Central #4 – Variabilidade co-expressiva do movimento

O movimento é concebido através da sua especificação como relacionalmente expressivo com o estado de determinação-efetivação do algo sobre o qual opera e que constrói. Removendo a estrutura hegeliana, e tomando apenas esta constituição, o seu funcionamento geral dar-se-ia como a modificação permanentemente variável do dar-se desse movimento no padrão de execução dos seus preceitos e funcionamento, consoante a relação particular estabelecida através da sua aplicação. Reinserindo a sua execução no tratamento hegeliano, contudo, tal variabilidade é ditada na sequência do processo geral em que está inserido, consoante o momento de desenvolvimento desse processo considerado, e a sua determinação específica do dar-se. Esta tese, assumida na mera descrição, contudo, pode reconfigurar todos estes elementos do tipo de padrão em questão caso utilizados noutros contextos e termos.

Os “graus” gerais desse dar-se processual e lógico do movimento caracterizam o alicerçar da sua atividade, mas esta ganha um sentido expressivo particular através do constituir-se por e em um algo. Essa expressão é o princípio geral da sua efetivação enquanto o que é; o seu padrão de efetivação própria e determinação particular consequente variam consoante o estatuto composicional que foi gerado pela mera observância genuína de algo a gerar-se. Através deste balanço, há uma consonância entre variação de determinação e movimento expressivo – retida como memória e determinação reunida. Temos que precisar e relacionar estes graus, memória e determinação reunida, ou âmbito, conservação e integração.

Tópico #4 – Conservação, Integração e Médiu/m/Âmbito

1. Conservação

A conservação é o cerne da ideia de preservação da efetivação; o seu papel central é garantir a sustentação da atividade encetada e o seu incorporar no gerado por e para essa atividade enquanto tal. É o tópico fundamental da totalidade como ocorrência perpetuamente influente e integrante do desenvolvimento todo⁴⁴, em que o esforço tomado e o que neste é criado torna-se construtivamente próprio a essa prossecução.

A conservação dá-se primariamente enquanto memória, isto é, a preservação dos momentos de expressão e desenvolvimento do Espírito intrínseco ao mesmo. Os momentos correspondem à especificação de um dado grau de desenvolvimento, entretanto, no decurso do processo, suprimido-superado e retomado em termos distintos de atividade. Todavia, essa sua determinação é ainda relevante nesse novo imediato a efetivar e entre ambos ocorre uma cisão própria da superação, mas igualmente uma envolvência do superior ao inferior, readaptando-o e recompreendendo a sua lacuna superada como desenvolvimento necessário. Assim sendo, os momentos são preservados na sua singularidade e especificidade; a sua efetivação permanece relevante, pois dão-se relacionalmente no novo momento de desenvolvimento do Espírito e estão estruturalmente implicados neste. Citando: “(...)considerar a relação entre os diferentes graus. “No espírito, que a tudo mais é superior, a existência concreta, inferior, afunda-se, até se tornar um fator invisível (...) um vestígio”. Ingressou na nova forma, mas não foi aniquilada por ela, somente encoberta.”⁴⁵ Ou seja: os momentos são a marca própria da contingência de exposição e determinação do Espírito revelando-se no seu progresso como constituintes ao que este é genuinamente. Mesmo as mais diminutas e insignificantes partes são relevantes para a realização plena; não é um princípio de relevância, mas de superação e a sua preservação não é genérica, mas do processo e a sua determinação enquanto processo-determinação. O que isto implica é que a conservação é o reter da positividade-efetiva do conteúdo, forma, figuras e

⁴⁴ O princípio de conservação congrega em si tanto a ideia fundamental do processo enquanto retenção referente ao reunido, estabelecendo-se como a memória constitutiva da sua atividade.

⁴⁵ **Hartmann, Nicolai, *A filosofia do idealismo alemão* / Nicolai Hartmann;** tradução de José Gonçalves Belo, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983. Pág. 378

estrutura gerados em vários planos dessa positividade (que é relevante para o Sistema enquanto construção):

1. Na sua especificidade de atividade e efetivação próprios, ou seja, a sua atualização;
2. Os princípios formais particulares criados nesse desenvolvimento, ou seja, a construtividade concetual e temática gerada;
3. O processo de efetivação como se deu – logo, não apenas o produto da efetivação e do processo, mas o próprio dar-se desse processo, ou a sua atividade e movimento relativos à expressão particular dada;
4. A preservação dá-se como integração do gerado no que dele decorreu como envolvimento nesse novo gerado que dele decorreu.

Assim sendo, há quatro planos gerais em que o princípio de conservação atua, como uma particularidade do processo hegeliano que é essencial à realização-fim⁴⁶ do mesmo (da Fenomenologia ao Sistema) – é a face primeira do que implica a Totalidade como esgotamento de realização, na medida em que é a retenção total dessa realização como processo:

1. A preservação de momentos, ou seja, a aceção geral do que corresponde o conservar face ao projeto do Espírito;
2. A preservação da especificidade: Um objeto-saber, tomado na sua particularidade constitutiva e de atualização, dá-se e desenvolve-se na sua efetivação particular, que corresponde a um jogo dinâmico de fatores entre a sua particularidade ou ser-sujeito tornando-se o que é. O seu papel de distensão face ao que lhe é outro, exterior ou distinto, é princípio próprio dessa atualização de si; todo este desenvolvimento-processo é retido no como se deu consoante essa particularidade, ou na sua atualização geral – esta faceta é a preservação enquanto aplicada e referente ao propósito expressivo do processo;

⁴⁶ Pois a própria atividade e movimento dão a conservação, ou seja, não é um processo distinto destas darem-se enquanto tal, mas uma faceta de incorporação e auto-relação do que produzem enquanto relativo à execução da sua necessidade.

3. A preservação da valência desse processo: O gerado no decurso desse processo possui uma construtividade própria, que no suprimir-superar do objeto é retido na elevação do suprimir-superar, e nisto ganha um carácter de distinção própria face à especificidade em que se deu – esta faceta é a preservação como precisão da congregação e da atividade inerente a essa constituição;

4. O processo como projeto ou a Totalidade: Porque há uma preservação de todos estes planos de efetivação, a conservação possui a sua faceta genuína no projeto total do Sistema como a determinação do Espírito no seu dar-se – esta faceta é a preservação enquanto retenção e síntese do efetivado.

A conservação é, então, um princípio de máxima importância, pois proporciona a mediação apropriada entre a superação de planos de efetivação e garante que o devir não é um superar que abandona o que gerou. Igualmente, constitui-se como a possibilidade da plenitude ser detida enquanto uma concreção e determinação viva e efetiva, pois dá-se no processo enquanto retenção e síntese deste – e, na sua associação com a integração, corresponde ao “mecanismo” de referência viva do processo ao seu processado.

2. Integração

A relação entre determinação-movimento-configuração é o princípio da integração, isto é, a descrição heurística da implementação da constituição/composição gerada ao longo da atividade como um “plano” de definição e funcionamento. A integração é a vida própria do gerado nessa perpetuação e conservação, garantindo que o determinado se interrelaciona em múltiplas interações com o seu grau/posicionamento/âmbito:

1) Âmbitos decorrentes do suprimir-superar envolvem esse mesmo âmbito particular na sua atividade, organização, estrutura, conteúdo, figura, etc.... pelo que partilham capacidade produtiva, pois é coadunada entre si, e são a indicação da continuidade e cisão inerente à efetividade. Logo, o suprimir-superar é a integração de um espaço lógico-ontológico e determinado do processo dialético no que se lhe decorre como grau distinto, mas que *encompassa* a história do seu anterior que o gerou;

2) Âmbitos que não decorram estritamente uns dos outros a nível linear, mas que, por integração no Processo (Ex: A exposição da estrutura-fundamentação do Entendimento,

o estatuto e prossecução histórica da Religião ou a maneira como diferentes dimensões culturais se congregam e conciliam como momento e grau do Espírito), parecem que, na exposição, se perdeu a sua interrelação – mas a integração permitiu a sua envolvência e implicação enquanto graus de formação do Espírito no mesmo processo dialético.

Esta integração é dada na conservação como o já criado sendo posto como patamar inferior, mas próprio, do espírito na sua elevação; e igualmente, é dada na superação de graus (lembrar o suprimir-superar) com a composição como esta mesma se integrando no seu processo de efetivação e se elevando de si, pois, citando: “na sua relação com o objeto, o saber possui sempre a capacidade e tendência para se verificar a si mesmo. Fá-lo ultrapassar a respectiva forma fenoménica do objeto, ultrapassando assim, ao mesmo tempo, a sua própria forma fenoménica.”⁴⁷. Ou seja: a elevação mútua da forma do saber e da forma do objeto relaciona-se com a sua composição mutuamente dada ser integrada e nessa integração, por si mesma, irromper no que lhe é distinto. Citando: “É assim que o processo se desenvolve: quando o que se apresenta primeiro à consciência como objeto, para ela se rebaixa a saber do objeto – e o Em-si se torna um ser-para-a-consciência – esse é o novo objeto, e com ele surge também uma nova figura da consciência, para a qual a essência é algo outro do que era para a figura precedente. (...)”⁴⁸. Ou seja: o suprimir-superar e a superação de si por si do objeto-saber para a consciência equivale ao integrado processo de efetivação corresponder igualmente à composição integrada ter gerado um novo plano de interação do processo; um novo imediato a desenvolver, uma nova figura-objeto-saber para a consciência. Na sucessão de seres-para-a-consciência, o espírito espiritualiza o real face a si e apercebe-se de si na processão do real; e a elevação de âmbito é a elevação do integrado, do processo e para o processo, do que gerou como levando a um outro a gerar e integrar.

A integração e a composição são, portanto, as descrições heurísticas desta interdependência de determinação e efetivação entre saber, objeto e consciência que corresponde ao gerar de uma composição mútua de preceitos e processo na sua prossecução dialética. À instância do seu desenvolvimento, muta-se a composição

⁴⁷ **Hartmann, Nicolai**, *A filosofia do idealismo alemão* / Nicolai Hartmann; tradução de José Gonçalves Belo, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983. Pág. 378

⁴⁸ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág.81

relacional que estabelecem; a sua resolução processual integra-os nessa efetivação mútua, correspondendo-se e elevando-se para fora do desenvolvimento em que se deram.

A explicação da integração e do processo requer ainda explicitar como se consegue o atentar expressivo do movimento à fundamentação-determinação do algo particular que organiza-efetiva. Isto porque a primeira característica referida da integração de âmbitos apenas ganha a sua significação efetiva quando precisarmos em que consiste o proceder geral ao nível desse âmbito. Se a integração é, acima de tudo, a valência organizacional do processo de desenvolvimento conservada e co-implicando o total do seu fazer a sua composição como “instância geral do espírito”⁴⁹, o âmbito é o princípio funcional primário de como, na observância genuína a algo, conseguimos aliar o movimento à especificidade do observado: nomeadamente, como algo que consiga exprimir-se e regular-se consoante a sua própria exigência. Ou seja: este é o plano de construção do processo tal como agora delineado em que ocorre o efetivar, o conservar e a integração, ou o espaço lógico gerado pela dialética, como um grau geral do desenvolvimento do Espírito; caracterizá-lo-emos enquanto âmbito.

3. Âmbito⁵⁰ (o plano envolvência, autoexpressão e princípio próprio como padrão de medida)

1. O plano-envolvência

1) Envolvência é a reunião intrínseca e imanente de uma essência/conceito⁵¹ numa outra em que se implicam estruturalmente de dada maneira (enquanto a comunidade do que o processo gera). O tipo de implicação pode variar, mas a caracterização mínima da envolvência é: dada uma interação entre dois ou mais fatores considerados, e em que está subjacente um procedimento imanente em que tal interação decorra de um plano

⁴⁹ A integração é, então a descrição heurística da faceta de envolvência de tipos de atividade lógica-ontológica face à sua composição, como grandes momentos gerais e totais de desenvolvimento; é uma maneira do modelo tensional sintetizar a dependência que encontra, em Hegel, entre atividade do movimento e produção determinativa de algo pelo movimento como “construindo algo efetivado”.

⁵⁰ Termo descritivo da heurística, em que o modelo tensional se volta primariamente para a descrição e tenta encapsular os preceitos anteriormente abordados num conceito complexo. Enquanto termo, o âmbito subsume todos os preceitos e funcionamentos do processo enquanto descrição construtiva que tenta reunir todos estes preceitos e funções numa “mecânica” comum.

⁵¹ Ou melhor, de um objeto-saber e seu determinar rumo à sua concretização enquanto essência-conceito – nesta implicação mútua de realização e organização, cria-se um plano específico da sua interação consoante a execução desse mesmo dar-se dialético mutuamente implicado. A reunião do teor dessa interação, configuração e criação de um espaço lógico-ontológico próprio da sua realização, enquanto grau de desenvolvimento do espírito, é o âmbito.

comum do processo, o fator x está pressuposto no y e vice-versa⁵² (na descrição para Hegel, é a ligação entre composição e integração no processo do movimento);

2) O plano decorre, em termos gerais, em garantir a relação dos termos gerados e efetivados no processo, tomando como fator principal de determinação o dar-se expressivo relevante no caso considerado. Pela sua associação ao compreender e conceber como realizar, alia a consideração filosófica e o real enquanto efetivação, ou a mutualidade de realização de ambas, ao produzido geral, em que este se relaciona e implica;

3) Particularidade em Hegel desta caracterização: A assunção da mediação enquanto fator de realização, em simultaneidade com o plano lógico-ontológico que é gerado, tornam o plano considerado como a envolvimento do processo e do que produziu. Isto altera a envolvimento e o plano na caracterização: o plano muda-se consoante a exposição e interação dos fatores em causa, readaptando-se em consonância com a sublevação dos fatores a outro estágio organizacional. A envolvimento, seguindo esta organização, permite a caracterização relacional da produção do processo como relativa à determinação lógico-ontológica do que produziu. Igualmente, é um proceder em que o plano e o que o compõe dão-se dinamicamente e por interação, mas sempre como expressão própria do que é constituído.

2. Autoexpressão

Neste ponto, iremos reiterar e explicar melhor a ideia de autoexpressão, nomeadamente, como esta é o próprio da atividade dando-se como expressão-determinação:

1) O modelo que autoexprime corresponde à descrição de como o movimento dialético subsume-se como construtiva distensão dos fatores envolvidos, para a mediação e expansão dos mesmos, em que o desenvolvido reúne-se e dá-se nele como construção intrínseca. Neste sentido, a sua configuração dá-se positivamente como reconstrução que adota os fatores em jogo; mas negativamente, como subsunção de si à precisão de efetivação do objeto-saber considerado, ou a sua distensão e contradição relacional ditada por estes a darem-se no e pelo movimento. Por isso, a sua constituição genuína é o deixar constituir-se do algo que gerou o seu capacitar como intrínseco à composição

⁵² Obviamente, tal interação não se resume a dois fatores, mas a um nexo de fatores, variáveis consoante o algo considerado e expresso; esta é só uma simplificação pelo modelo tensional na descrição.

que foi gerando dialeticamente, a sua autoexpressão de si considerada no seu atualizar-se. É uma outra faceta de como o princípio e a observância genuína estão interligados no que constitui a autêntica compreensão de algo – dado que a apreciação do que constitui tal observância genuína em processo é precisamente esta capacidade de conferir a autoexpressão nos seus próprios termos.

2) A especificidade, então, é construtivamente própria, e o seu expor acaba por ser o expor de si e, no término desta, identificar-se com a sua exposição, ou seja, com o plano plenamente determinado em que se deu – ela deu-se o seu próprio padrão de medida. O que constituiu o padrão de medida? A assunção construtiva gerada no plano por si para se poder desenvolver, isto é, a nossa exposição; dando-se assim a reunião e necessidade de exposição com o exposto. Nisso, exprimiu-se assim própria pela sua própria configuração intrínseca, segundo a especificidade do padrão considerado.

3. O padrão de medida e o âmbito

Assim sendo, o movimento garante intrinsecamente a autoexpressão do algo considerado, referindo-o a si, a outros, ao universal e projeto, garantindo as condições de expressão do saber-objeto e da consciência face a si mesma, encarnando o conflito desta consigo mesma, ou o seu padrão de medida dialético da sua efetivação. Isto porque o âmbito é o grau particular de efetivação em que este movimento se dá para realizar devidamente o que é, e assim vai construindo esse grau em que se insere e em que detém a sua fundamentação-determinação, ou seja, o sentido ditado pelo seu efetivar-se e dar-se como o desenvolvimento do espírito rumo à autoconsciência. Consoante o âmbito ou grau, os termos do movimento especificam-se face a esse grau, ou seja, a imanência própria da dialética que estabeleceu o determinar é ditada pelo efetivar que o movimento pressupõe enquanto composição. O âmbito é o plano geral da inscrição específica da fundamentação-efetivação que foi gerada no processo, o que implica igualmente o espaço lógico e ontológico particular que possibilitou tal desenvolvimento ao identificar-se com esse vir-a-ser ou com o vir-a-ser próprio do algo a ser dado. A envolvimento descrita é a co-implicação da hierarquia destes âmbitos no processo de desenvolvimento – ou a relação do desenvolvimento do espírito face à sua produção de si. Ou seja: é uma aceção da relação funcional de conservação, integração e

efetivação do processo num gerar particular seu, que é envolvido ou pressuposto na formação do que lhe é posterior.

Quanto ao padrão de medida, ou o critério ditado no desenvolver particular de dado saber-objeto-consciência: é mutado consoante o algo expresso se percebe à medida que se realiza. Citando: “A consciência é, portanto, capaz de proporcionar o seu próprio critério de exame, porque compreende ambos os membros da relação: o conhecimento e o que é, o conceito e o objeto; e nestes também encontramos de novo o seu próprio ser-para-outro e o seu ser-em-si. (...) Em geral, a origem de tal critério está, para o saber fenomenal, na sua aplicação; mas o saber filosófico não necessita de tratar dele. Mas o critério revela a sua variabilidade, ao avançar através dos graus do processo.”⁵³

O critério de exame da consciência e, conseqüentemente, dada a co-efetivação entre o ser e o saber, “o conceito e o objeto”, o próprio movimento dialético que se inscreve no seu dar-se para a consciência e na efetivação correspondente, é então, no saber fenomenal, variável consoante o caso de efetivação. É neste sentido que o movimento é expressivo: o padrão de medida do exame quivale-se ao desenvolver do algo por si, no contexto da sua exposição-determinação. A lógica ontológica subjacente inscreve o dar-se do saber para o ser e o ser para o saber como a inscrição imanente e processual de uma mesma “lógica” adaptável; a variedade de âmbitos deriva desta adaptação do dar-se dialético consoante os termos especificantes desse mover. E o que constitui todo este processo, senão a autocompreensão do Espírito, alcançado e tornada viva e real na sua efetivação? Igualmente, o âmbito, como plano total deste processo num grau de consideração específica, é a expressão do padrão de medida lógica dessa configuração gerada. E porque se alicerça nesta assunção de algo a dar-se por si, no contexto fenomenal, a expressão dialética da Fenomenologia ruma para a autoexpressão do Espírito, em que esta especificação e mutação derivada do algo posto em movimento converte-se no movimento puro, o automovimento do conceito, ou a Razão Especulativa. Mas esta congrega as figuras da preparação do seu elemento e a força lógica dessa composição, do âmbito, que é a fundamentação da constituição e formação do grau de desenvolvimento, a sua readequação como momento de desenvolvimento do Espírito, envolvida de maneira estruturada no que se lhe decorre.

⁵³ **Hartmann, Nicolai**, *A filosofia do idealismo alemão* / Nicolai Hartmann; tradução de José Gonçalves Belo, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983. Pág. 379

A descrição desta mentalidade de como resumir e sintetizar este processo expressivo e dinâmico enquanto mutualmente envolvendo a produção e produzido, rumo ao seu elemento próprio do Espírito se autocompreendendo na sua autoprodução obriga-nos a precisar a “mecânica” final desta dialética. Isto é dizer: a matriz e função final de como a dialética se dá enquanto construtividade-expressão, para a heurística, é apelar a como se muda o processo consoante o processado como a relação mútua deste variar: há que esclarecer, então, em que sentido o seu princípio fulcral, enquanto estrita ativação concetual, é a adaptabilidade.

(Observação Estritamente Heurística #4

Tomemos os conceitos centrais do tópico: integração, conservação e âmbito. Tratemos enquanto essas descrições e características isoláveis, ou seja, precisando a sua função geral ou o subsumir temporário da tensão para tentarmos fazer descrições gerais dos termos que usámos:

Integração – um conceito com ênfase na ideia de que certos fatores de composição em causa numa dada tese detêm uma relação particular com essa composição determinada. Face a tais assunções, a integração corresponde ao isolamento e reunião de todos estes fatores num só nexos de estabelecimento desse interagir, e em que a interação, por assim dizer, é “vertida” face ao agregado dessas determinações. Esse integrar é, então, a correspondência dessa associação de determinações e o dado fator que a sua interação e inserção executa como correspondente a um certo tipo de atividade decorrente dessa estruturação interligada – a integração permite a compreensão desses fatores como correspondendo a dada valência. Contudo, não é uma mera relação de partes com o todo pois, na integração, a precisão de partes e de todo confundem-se numa mesma entidade enquanto atividade executada e consonante com esse tal espaço comum de procedência⁵⁴.

Conservação – Assimilação de um princípio de continuidade a um dado conteúdo apropriado face a essa continuidade como lhe própria. Igualmente, tal conservação

⁵⁴ A integração aqui apresentada (e conservação e âmbito) diferem da mera descrição hegeliana, pois é a síntese desses fatores descritivos numa função para a heurística; a heurística tensional pode fazer este processo isoladamente, mas a heurística geral requer uma maior especificação e exigência desta síntese de características, para controlar o fator criativo da construção concetual.

detém uma associação de sentido à memória, ou o reter e preservar próprio de algo face a algo, estabelecendo uma associação entre algo ser preservado por constituição em dado meio próprio – é uma função geral de preservação e retenção de informação numa tese filosófica.

Âmbito – plano de imanência em que os fatores nele instanciados e que nele se dão são a configuração que determina o padrão de execução e regra lógica ou concetual em causa no seu gerarem-se – ele próprio sendo criado e derivado dessa interação dos fatores, pelo que a sua inscrição nestes é igualmente a inscrição destes naquele. A assunção que alicerça a sua construção é a pressuposição de que a figura deste espaço, quer seja um conceito, ou diversos objetos, pode ser delineada através desta inserção de fatores e do precisar, através da sua interação, as próprias condições de execução e concatenação do espaço em que se configuram. Logo, enquanto característica ou fator, pode ser inserido em qualquer tese que assuma a sua exigência imanente, e derive a sua força aplicativa precisamente na qualidade de precisão da interação em causa como fatores de constrição de forças e determinação mútuas num “espaço” lógico.

Desta aplicação do modelo tensional, começa a sua dimensão enquanto modelo porque apenas gerado pela heurística geral, ou seja, por ela criada e cuja crítica requer a sua inserção nesse contexto de aplicação e segundo as assunções dessa abordagem. Isto porque estas características, embora sem dúvida instanciáveis e possivelmente úteis em aplicação, são demasiadamente incipientes porque carecem da exposição ao uso enquanto uso – ou seja, carece de casos e exposição. Poder-se-ia perguntar porque não se aplicou diretamente a heurística geral a este trabalho, mas tal questão ignora duas dimensões do modelo: em primeiro lugar, de que foi criado por referência à heurística geral, pelo que lhe não é algo estranho ou distante; e, em segundo lugar, pois a heurística geral acabaria por converter o trabalho numa análise ampla e desconexa do uso enquanto uso, o que comprometeria a sua compreensão adequada. Antes, há que apresentá-la e, no decurso da aplicação deste modelo, a sua referência à heurística geral vai sendo reconvertida também na crítica e oposição face a tal modelo por comparação; e neste propósito, é já um alicerce possível para a apresentação da própria heurística geral.) **(Fim deste apontamento heurístico).**

Tese Central #5 – A autoexpressão

A associação do movimento com uma capacidade expressiva e adaptativa cria a ideia da execução do processo como autoexpressão: na consideração de dado algo e na execução da sua atividade, a matriz ou regra de interpretação e determinação usada medeia a sua configuração através do movimento que, dando-se expressivamente, é adaptativo na sua execução consoante a natureza do algo considerado. Nessa interação, um dado âmbito correspondente à efetivação e determinação em causa gera-se enquanto plano lógico e ontológico, que norteia o dar-se desses fatores na sua especificidade própria. Logo, a sua mera atividade confunde-se no seu dar com o próprio algo determinando-se e concatenando-se pelos seus próprios princípios: parece que a coisa se efetiva e desenvolve apenas por si. É esta replicação e reprodução expressiva que constitui a particularidade dessa atividade como genuína observância da coisa enquanto o que é, mesmo segundo um dado princípio construtivo próprio e que é assumido no gerar: a autoexpressão, um princípio e processo que inculcam a sua atividade particular num algo em que a sua própria atividade comunga e conjuga a realização própria e apropriada desse algo.

Tópico #5 (e Tese Central) – Adaptabilidade

Ao longo dos tópicos anteriores fomos prefigurando a apresentação da tese do princípio de adaptabilidade – por fim, tal descrição pode ser dada e interligada com os conceitos e descrições anteriores. Enumeremos e explicitemos, então, algumas das facetas desta adaptabilidade e como é um princípio de construção bastante singular, servindo como descrição de todos os critérios fulcrais (perfeição, observância genuína ...) que fomos usando:

1. Condição para a genuína observância: A genuína observância implica, na assunção construtiva da teoria hegeliana, a capacidade de reconfiguração necessária de conceitos e abordagens para a expressão genuinamente efetiva do algo considerado⁵⁵, em que a sua determinação e realização dá-se como parte integrante da sua determinação. Ou seja: para podermos estabelecer uma relação interdependente entre a genuína observância e o processo em que se sustenta, temos que garantir a execução do propósito expressivo a que preside. Ora, tal autoexpressão, quando considerada como faceta do movimento, configura-se segundo uma adaptabilidade expressiva do seu dar-se e operar - a capacidade de assumir nessa construção e prossecução a cedência ao algo considerado dando-se por si é a marca dessa adaptabilidade expressiva. A adaptabilidade, aplicada nos conceitos e teses referidos até agora, enquanto princípio geral de funcionamento, fundamentação e construção de como estes se dão e são aplicados, é precisamente a capacitação dos termos e preceitos usados de constantemente modificarem a sua estrutura e operacionalidade segundo a sua construção intrínseca (em Hegel, através do capacitar do movimento), nas instâncias consideradas. Logo, o dar-se da adaptabilidade como elemento construtivo central à assunção processual do movimento é a aderência à observação genuína, através da sua adoção do algo operando e expressando-se como algo, pois este é a adaptação do processo geral;

2. A estruturação e força própria do critério de complemento: A adaptabilidade é a força vital própria da complementaridade e reunião total que corresponde ao esgotar da possibilidade de algo como a sua determinação. Possibilitando a exposição particular da

⁵⁵ Por relação particular entre a tese ou a exposição filosófica e a determinação ou realização – neste sentido, a adaptação aqui descrita preside a ambas na sua interação aplicativa e processual.

coisa, o seu dar-se por e segundo o que está a ser dado corresponde ao seu esgotamento e ao esgotamento total do que desta pode decorrer necessariamente. Igualmente, todo e qualquer processo da figura gerada é readaptado fora dessa singularidade por ela mesma e resumida/readequada nos termos lógicos, ontológicos e conceituais que estão em jogo; estes atendem à especificidade do saber fenomenal e da consciência (subjetividade). O complemento, na sua faceta adaptativa, é então a totalização do algo abordado, do conceber do algo, da expressão do algo ... plenifica todas as suas dimensões.

3. Adaptabilidade como própria ao movimento: O movimento é a expressão conceitual da adaptabilidade como função capaz de assumir-se na sua adaptação enquanto adaptação. Em termos gerais: o movimento é o esgotar da possibilidade lógica e ontológica de tudo quanto é nos seus fundamentos e construção geral; mas no seu dar-se, co-exprime-se com o algo considerado, mesmo se é, de fato, o primado da atividade em questão enquanto razão de ser dessa atividade. Nesta cedência ao algo se dar nos seus próprios termos de expressão, é igualmente a expressão genuína, e essa cedência dá-se porque no seu delinear esgota toda a determinação possível. É nesta dimensão de dar-se por consideração para e com o algo em que se dá/que dá a dar-se, que a sua característica adaptativa se revela como a genuína adaptabilidade: de si, do algo e do âmbito em que se dão, em estrutura, conteúdo e figuração, em determinação e concretude;

4. Adaptabilidade como a execução do padrão de medida: A cedência ao caso particular estende-se ao padrão de medida, que é ditado pelo exame da consciência mas estabelece-se em conjunção com essa especificidade de determinação-conhecimento e a sua execução é completamente presidida pelo atender a como esse padrão de medida dita a sua atividade. Assim, esta é a adaptabilidade na sua assunção de função como produção de construção pelos seus parâmetros enquanto particularização auto-constitutiva da matriz funcional que executa;

5. Adaptabilidade enquanto função⁵⁶: Tomado em aceção heurística, a adaptabilidade é uma função particularmente móvel e vasta; todavia, em termos gerais, posita um dado valor de construção em que a estrutura e determinação assumidas são capazes de modificação em consonância segundo um padrão geral de interação assumido, pelo que

⁵⁶ Tanto este ponto como o seguinte referem-se à adaptabilidade enquanto característica descritiva do modelo tensional e da heurística.

a sua aplicação não detém uma construção absolutamente determinada, mas em que os fatores relevantes da sua instanciação estão dependentes em absoluto do contexto e em que a sua configuração como função e funcionalidade decorre por completo de como, reactivamente, se configura por resposta ao fator que a informa.

6. Adaptabilidade enquanto funcionamento⁵⁷: Enquanto estrutura, o funcionamento da adaptabilidade como função geral reporta-se estritamente à sua variação ser relativa igualmente a si mesma, enquanto configuração e componente - de tal maneira que os termos e conteúdos que refere e decorrem, na sua aplicação, como o atuar próprio dessa organização, é ela mesmo, referencialmente, padronizando e mutando-se consoante o contexto de aplicação, em relação simbiótica de definição. A grande particularidade desta definição é a seguinte: enquanto característica e princípio geral, a caracterização do modelo adaptável dá-se apenas na sua vagueza e lacunar determinação, pois todas as suas valências dependem estritamente da sua referência aplicativa. Em geral, a sua descrição, em termos de funcionamento, depende em absoluto de atentar na sua aplicação estrita, pois apenas nesta é dotada da caracterização apropriada em que o seu modelo se dá autenticamente, pois a sua valência própria é exatamente o modificar-se em absoluto na sua construção consoante a mutação contextual dos princípios que lhe dão a assumir e responder como a sua funcionalidade;

7. A adaptabilidade como construção independente – Se assumirmos a descrição de função e funcionalidade, como podemos suscitar a prática e aplicação, na generalidade, deste tipo de modelo, dado que pressupõe intrinsecamente a contextualidade para a sua determinação efetiva? Ora, atendendo à aplicação particular e como se configura, ou seja, tentar descrevê-la não como prática, mas procedimento. Mas mesmo esta tentativa de descrição depara-se com a tremenda dificuldade de apenas poder descrever a regra impressa por meio do contexto que recebe e replica construtivamente de dada maneira; mesmo a sua generalização não esclarece particularmente como se dá fora da especificidade, pois parece que apenas detém algo de próprio nessa instanciação. É nessa dificuldade que percebemos como descrever a sua generalidade, pois tal regularidade confere-lhe certas características de como se dá enquanto dar, ou seja, os

⁵⁷ Todas as alíneas deste tópico são a sua descrição enquanto tese central e característica fulcral tanto à descrição-interpretação de Hegel, como igualmente da própria descrição no isolamento de um dos fatores descritos, nomeadamente um dos mais relevantes: a adaptação enquanto procedimento variável no processo em curso.

maneirismos do que pressupõe executar-se fora da configuração em si. Neste sentido, diferencia-se da vasta maioria de conceitos tomados na sua funcionalidade, pois tentar generalizar descritivamente o seu esforço pode ser feito apenas segundo o que provocaria tal estrutura se de facto instanciada desta maneira fora da consideração do uso do conceito enquanto utensílio⁵⁸. Antes, há que atentar como a execução das suas características se dá como gerar de algo enquanto processo abstraído do que gera. Ora, por mais paradoxal que aparenta, a vida própria do conceito como execução é a sua independência geral: confere-se a própria regra de subsumir-se na regra alheia e nessa submissão nada faz senão afirmar-se plenamente.

8. Adaptabilidade como o conceito da “conceptualidade viva”: Caso, na exposição de uma tese, esta capacidade do conceito tomado como adaptativo realizar a sua funcionalidade e aplicação como um princípio próprio que norteia tal tese e lhe confere⁵⁹, de certa maneira, a como a tese opera nos seus próprios termos e mecanismos, um tipo distinto de conceptualidade está em jogo. Pois, neste sentido, a exposição e apresentação da tese nos seus princípios e fundamentos (e agora voltando-nos de novo para a particularidade descritiva do caso hegeliano) não é uma mera descrição conceptual na conceção mais costumeira do que o constitui e para que serve, mas comporta uma realização e vivência próprias – o conceito está vivo. Quando refiro que está vivo, obviamente que não é num sentido literal: o que a descrição alude é de que a tese em questão está construída para prosseguir e decorrer e ser capaz de assimilar a modificação por passagem de tempo, resposta e crítica por outros filósofos, aplicações distintas – ou seja, pressupõe como elemento fundamental do que construiu o poder abordar e lidar com a novidade por si mesmo (pois a conclusão da dialética ontológica na Lógica é o complementar e perfeição da razão especulativa, ou seja, o seu esgotamento do total concebível e abordável logicamente). O produzir e o filosofar congregam-se numa inserção e absorção da vida pelo princípio subjacente á vida enquanto tal. O propósito pode variar, mas esta readequação de fatores e considerações

⁵⁸ A particularidade descritiva da adaptação aqui em causa deve-se a como a sua inserção em dado contexto varia a função e operação em causa que consideramos como sua, de tal maneira que o seu carácter adaptativo é demasiado vasto em casos possíveis para ser devidamente considerado pelo modelo tensional aqui em causa, apenas encontrando o lugar próprio da sua análise na heurística geral, pois esta consegue exprimir e assumir a contingência do conceito filosófico para encarar devidamente o que constitui a sua resposta constitutiva ao contexto de inserção.

⁵⁹ Como, claro está, no processo hegeliano que motivou o trabalho aqui encetado e é a fonte da ênfase descritiva aqui em causa.

é uma parte integrante do que implica, para tal tese, ter sido criada como foi e encarnar nessa mutação a sua verdade de construção, o seu modelo próprio. Pressupõe, por isso, a sua modificação, a adição de elementos, a sua contradição através dos seus meios: em suma, introduz por si mesma enquanto particularidade de construção a sua expansão de meios como o próprio mecanismo que instanciou a ser executado e a perpetuar-se para lá do seu delinear primário, ativando-se para além de si como base própria de como se determina e configura. Outras teses sem este componente são confirmadas, ou usadas, ou contraditas, ou substituídas, ou modificadas para complementar as suas falhas ou reutilizados... mas teses assentes neste princípio particular⁶⁰ subsumem estes procedimentos a si e delineiam a possibilidade dessas ocorrências a apenas serem e apenas se darem por parentesco ou repetição ou mesmo confirmação de como estava construída e gerada. Neste sentido, pretendem muito mais do que apenas expor conceitos; pretendem que tal exposição seja, de certa maneira, um infiltrar-se, um inculcar-se, na processão do real e do concebível e alterar como este se possa dar consoante os seus termos. A pretensão é de conseguir imprimir no conceito uma nova maneira de concetualidade e no seu funcionamento uma nova maneira de funcionar.

(Consideração Estritamente Heurística #5 – A separação de características e o interligar possível na heurística geral – a manipulação relativa de meios.

No decurso desta caracterização da adaptação como tese central à nossa consideração descritiva de Hegel, apontámos como o modelo tensional de novo encontrou uma dificuldade nos seus propósitos – nomeadamente, de que embora conseguisse precisar a nível descritivo geral a força da adaptação e a sua figuração específica no caso hegeliano, não conseguia detalhar o suficiente o termo na sua riqueza, devido a este pressupor na sua definição uma procissão inúmera de casos executados enquanto execução. Logo, deparamo-nos de novo com a limitação própria deste modelo face ao algo com que lida, sustentando-se essa lacuna de novo no não poder considerar o uso enquanto uso e, em associação com esta característica, a incapacidade de manipulação de meios assente na contingência de conceitos. Devido à carência destes dois elementos, o modelo tensional sofre de duas dificuldades face ao seu propósito descritivo:

⁶⁰ Não se pressuponha que esta tese é superior a outras devido a esta construção de princípios – mas, e especialmente no caso hegeliano, há sem dúvida a assunção desta superioridade.

1. Incapacidade consoante regra dada a si mesma de associação de características – as características geradas no modelo tensional assentam num preceito descritivo, em que a única ênfase criativa é a deteção e construção dessas características e a sua síntese em funções. Todavia, devido a não poder encarar esses produtos como utensílios e recursos absolutos, mas apenas cingidos à particularidade de uso que lhe foi reportada, não pode verdadeiramente recorrer a estas características como parte constantemente modificável do processo.

2. Incapacidade de consideração dos meios em múltipla instanciação limita a sua aplicação – em associação com a restrição de recurso das características referidas no ponto anterior, a incapacidade de modificação dos termos de instanciação e casos de instanciação torna-lhe impossível testar e reconfigurar descrições consoante a sua aplicação a casos não pressupostos face ao algo que aborda. Por conseguinte, não consegue dar a si mesmo um teste efetivo das suas construções, e assim o seu estatuto enquanto meio tem ainda que ser complexificado e usado noutros contextos de consideração.

Na heurística geral, contudo, as características e o seu uso enquanto meios são amplos e tomados como uma parte variável do praticar nos termos dessa abordagem: a instanciação múltipla dos casos assumidos maximiza a sua capacidade de renovação e teste do meio considerado enquanto meio. A manipulação de recursos permite também a constante reformulação desses meios utilizados consoante a exigência do esforço, capacitando-nos a perceber melhor o estatuto de conceitos e termos enquanto recurso. A primeira leva a uma consideração de casos na sua especificidade e em vários contextos distintos; a segunda a uma maior criatividade e compreensão de como praticamos filosofia.

O próprio modelo tensional é uma associação de características para a caracterização de um recurso aplicativo – e neste sentido, a sua utilização permite-nos explicitar como a heurística geral é completamente distinta da mera aderência a um recurso ou padrão de funcionamento. Antes constitui-se como o exame da prática enquanto prática, do recurso enquanto recurso.) **(Fim deste apontamento heurístico)**

Retornando a Hegel: há que expor de que maneira esta construção teórica descritiva é uma parte integrante do seu propósito e projeto, nomeadamente a caracterização da

realização do projeto hegeliano enquanto Sistema e como ele próprio, ao trazer e exprimir efetivamente a vida própria do conceito, encarna uma solução do que constitui a prática filosófica – para tal, há que explicar o particular caso de prática filosófica (nas suas assunções) de Hegel.

Tópico #6 – Fundamentação-explicação e o esgotar do procedimento conceptual filosófico: figuras gerais de expressão e ocorrência

1) Fundamentação-explicação e a ausência de argumentação

A associação dos processos anteriormente descritos e a mentalidade filosófica concebida como fundamentação-explicação muta por completo aquilo a que corresponde o esforço filosófico – a face mais óbvia desta mudança é a ausência, em Hegel, de argumentação costumeira, da defesa por provas e resposta alheia do que é defendido. Contudo, este traço é também ele um procedimento particular do esforço filosófico hegeliano: não apenas essa ausência de argumentação corresponde a uma necessidade particular de construção do fundamental e explicar, cujo regramento obedece a princípios bastante distintos e não se adequa propriamente a este meio de exposição; como igualmente a ausência de argumentação é também ela um fator do que consiste a especificidade desse proceder, e uma força particular da sua maneira de construção.

A fundamentação-explicação é o proceder expressivo particular da execução do princípio-movimento anteriormente detalhado – corresponde à adequação de toda a construção filosófica em consonância com o deixar ser instanciado esse movimento em todas as suas consequências, primeiro como Fenomenologia ou o vir-a-ser e tornar-se da Ciência, e depois como Sistema. Esse ser instanciado no movimento corresponde, por conseguinte, à expressão de algo pelo movimento segundo o critério de medida autoditado no processar correspondente, sim, mas igualmente a subsunção própria dessa expressão ao que esta corresponde em processo: a fundamentação ou o sentido próprio do manifestar e efetivar do Espírito pelo que efetivou de e para si. Fundamentar e expressar são, então, facetas próprias da efetivação e do processo a serem dados: o segundo corresponde ao determinar e concretizar de algo pelo princípio mutuamente expressivo do processo e do processado; o primeiro equivale a essa expressão e determinar serem referentes à explicação própria do Espírito na sua realização e desse seu ser real e concebido, ou à faceta de explanação-fundamentação do que é o seu ser próprio e a execução e realização devida deste, rumo ao Sistema, onde a determinação e fundamentação são o que o compõe. Nessa resolução, “Esses momentos já não incidem na oposição entre ser e o saber, separadamente, mas ficam a simplicidade do saber – são o verdadeiro na forma do verdadeiro, e sua diversidade é só diversidade de conteúdo.

Seu movimento, que nesse elemento se organiza em um todo, é a Lógica ou Filosofia especulativa.”⁶¹, ou seja, o Sistema tem o elemento próprio de vivência e manutenção dos seus conteúdos e figuras de consciência, que o espírito produziu e fundamentou no seu dar-se rumo à sua autocompreensão e autodeterminação.

Assim sendo, a ausência de argumentação é, na verdade, pelo menos na assunção hegeliana daquilo a que corresponde tal esforço, uma consequência própria da especificidade de subsumir o proceder filosófico nesse auto-procedimento pleno; a argumentação costumeira é um recurso possível a utilizar, mas nunca podendo ser propriamente confundido com o fundamentar e determinar⁶². Esta união de atividade e definição e determinação conjuga efetivação e fundamentação – como a expressão e realização de algo sendo processos de fundamentar tal coisa na sua esfera particular, que depois o espírito relaciona para consigo como a sua construção da sua realidade e saber-se esse realidade como espírito. A fundamentação é, por isso, uma decorrência do realizar algo e o realizar algo é a sua fundamentação enquanto construção ativa, viva, capaz de relação e moção.

O processo da explicitação e fundamentação como a regra de argumentação hegeliana é assim um esforço altamente particular do “construir conceitos” e “criar teses filosóficas”, pois:

1.O construir conceitos assumido é feito por precisão do seu princípio lógico-ontológico total, pelo que explicitar conceitos é explicitar, pela sua própria construção, o real nos seus termos, e explicitá-lo é torná-lo propriamente no que é, capacitá-lo da sua vida própria, ou seja, determinar a sua configuração e âmbito. A fundamentação desses

⁶¹ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág. 47

⁶² Todo este parágrafo refere a construção e o esforço, e demais preceitos marcadamente heurísticos, mas apenas por referência ao uso no modelo tensional face ao que aborda e por aquilo que aborda – ou seja, não há aqui um compromisso heurístico da tese hegeliana, mas antes a abordagem aqui voltou-se para a descrição e a particularidade do caso que esta reporta. Para tal descrição ser o mais clara possível, alguns termos heurísticos, próprios para a exposição e detalhar da especificidade de casos, são aqui colocados. Mas, de fato, o modelo tensional está aqui a alcançar o limite das suas capacidades, pois, há medida que o nosso esforço descritivo se foi complexificando, mais e mais apercebemo-nos de que a sua limitação compromete a expansão absoluta das características que aborda. Contudo, ao mesmo tempo, apenas porque constituímos o modelo desta maneira é que conseguimos isolar tais características descritas, pelo que serviu um claro propósito na sua ocorrência interpretativa; assim, a circunscrição do algo considerado acabou por representar a circunscrição da força operativa do modelo face ao caso e segundo as descrições do próprio caso.

conceitos decorre do próprio princípio ativando-se em processo, em progressão da sua composição – é-lhe intrínseco esse dar-se enquanto o seu domínio relacional próprio;

2. Criar teses filosóficas não é senão capacitá-las a gerarem-se de si mesmas como precisões e propriedades funcionais daquilo que é expresso. Neste sentido, não são meras teses ou descrições possíveis, mas a co-expressão do real na sua totalidade e da filosofia na sua totalidade, esgotando a sua possibilidade construtiva e necessidade de fundamento e existência e realização.

A fundamentação-explicação, então, não carece de argumentos por completo – antes, porque a sua ênfase geral é o próprio desenvolver da filosofia, não pode ceder aos seus padrões e aos seus jogos, mas tem de lhe conferir o seu estatuto genuíno e para tal, tem de depreciar a sua particularidade prática e disciplinar em nome da sua especificidade universal conferindo todos os moldes, princípios e possibilidades da sua instanciação, conjuntamente com a necessidade de dar-se dessa maneira.

2) Fundamentação-explicação: necessidade e possibilidade

Pela descrição anterior, percebemos como a fundamentação-explicação equivale igualmente a uma reconfiguração dos termos da possibilidade e necessidade como conceitos filosóficos. A possibilidade não é tratada como um condicionalismo de construção ou de instanciação de algo – ou seja, há uma crítica subjacente à concepção do possível como a expansão do determinar no possível de ser concebido. A realização de algo é a correspondência própria do seu domínio do possível e a sua fundamentação da configuração particular desse dar-se possível – o que acaba por configurar, no fim do processo, a possibilidade como a restrição absoluta da determinação dada pela atualização, ou o dar-se da necessidade. O possível é então maximamente constrangido ao que é.

Neste sentido, a necessidade é apenas a autoexpressão dando-se nos seus termos próprios⁶³, graças à operação sistemática instanciada em todas as construções hegelianas – mas apenas se identifica plenamente com o gerado na sua realização devida, e mesmo

⁶³ Quanto à faceta expressiva do processo – no referente ao processo geral, a necessidade identifica-se com a sua efetivação; porque a efetivação requer a autoexpressão na realização do elemento próprio para a Ciência da Verdade poder dar-se realmente, esta necessidade envolve no seu realizar-se essa autoexpressão.

a realização devida desse algo, dado o primado da fundamentação, apenas é adequadamente concebido e determinado consoante a realização total do projeto. Todavia, a relação entre o possível e o necessário é de elevação da primeira à segunda – a precisão da determinação absoluta da possibilidade como identificação com a determinidade própria do espírito. Esta apenas se dá genuinamente com a precisão própria da necessidade e inserção geral desse possível no plano de realização da necessidade.

Como tal, o possível e o necessário dão-se rumo à sua identificação precisa em fundamentação e explicitação do espírito rumo à sua autoconsciência e da ciência em Sistema.

3) O esgotar do procedimento conceptual filosófico: figuras gerais de expressão e ocorrência

Uma das consequências mais relevantes desta concepção de como organizar o esforço filosófico é de que tem de se reportar à própria História da Filosofia⁶⁴ como uma função a implementar no próprio Sistema. O movimento e a configuração terão igualmente, para realizar o elemento próprio da Filosofia, de reduzir e implementar o seu desenvolvimento nas teorias e exposições de filósofos anteriores – e de conseguir subsumir adequadamente tais teses particulares na assunção própria do movimento e da configuração. A história é “(...)o vir-a-ser que-sabe e que se mediatiza – é o espírito extrusado no tempo (...) esse vir-a-ser apresenta um movimento lento e um suceder-se de espíritos, um ao outro (...) cada uma das coisas, dotada com a riqueza total do espírito, desfila (...) porque o Si tem de penetrar e de digerir toda essa riqueza de sua substância.”⁶⁵, ou seja: a história é a temporalidade do espírito na sua prossecução face à sua criação de múltiplos espíritos, concepções de mundo, submetidas ao processo como qualquer outra coisa; e a sua vivência e desenvolvimento constitui também a sua realização e especificação. Como tal, a história da filosofia é simultaneamente a sua

⁶⁴ Este tópico retoma a ideia do movimento como envolvendo e esgotando realizações filosóficas anteriores e fundamentando-as no Sistema para que alcancem o seu sentido genuíno – a particularidade, todavia, é de como aborda esta ideia do esgotar os recursos concetuais da Filosofia através também desta alusão histórica, ou a capacidade de adaptação e expressão do movimento gerando uma figuração absoluta do recurso filosófico, integrado no processo.

⁶⁵ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág. 544 (O Saber Absoluto)

processão temporal, o seu ser-aí histórico, como igualmente a sua produção filosófica, unificadas em processo como o vir-a-ser da filosofia, rumo ao seu fim próprio: a ciência da verdade, ou o Sistema. Para tal, a fundamentação não pode constituir apenas uma reformulação desses mesmos filósofos e da filosofia na fundamentação do Sistema, mas, através do movimento, tem de remodelar as suas teses e preceitos, compreendê-los no mesmo processo como figura e determinação integrada deste e, por estas figuras, assumir como próprios e relativos a si os preceitos filosóficos. Como tal, a história é o espírito se autorrevelando a si na sua autorrealização na sua criação e autocompreensão de si no seu ser-aí temporal, cujo fim, o conceito absoluto, é a compreensão desse mesmo processo de realização para si; a particularidade da Filosofia é de que a sua história é também a história rumo ao Sistema e, nesse sentido, tem que redimensionar, pelo movimento, o sentido genuíno das teses que criou, ou a verdade destas na Ciência.

Em geral, a expressão destes procedimentos corresponde, no Sistema, à precisão enquanto figuras gerais de construção e expressão que tiveram de se dar na sua especificidade para poderem realizar a própria Filosofia; e nesta dimensão, as suas próprias construções concetuais são, porque explicitadas e fundamentadas no projeto hegeliano, procedimentos e determinações assimiladas ao seu funcionamento e reportadas e expostas como atividades explicadas por e pelo seu projeto. Logo, o sentido próprio que a fundamentação, ao assumir tais preceitos e teses, garante a essas mesmas teses e preceitos, não apenas corresponde a um incorporar de determinação, mas de conceção de como se realiza a própria Filosofia. Não apenas isso, mas a razão explicativa própria de gerar esse fundamento corresponde ao esgotamento histórico e concetual do caminho dessas teses e preceitos rumo à sua realização plena, e essa realização plena corresponde à integração destas figuras no Sistema, que pressupõe o esgotamento da compreensão e expansão dos seus tipos de conceitos e execuções concetuais como os recursos da própria filosofia reconcebidos na sua verdade.

Por conseguinte, a conceitualidade que eles usavam torna-se uma propriedade e construção geral da Filosofia, mas igualmente reexplicada nos termos do processo hegeliano e segundo as características do mesmo. Poder-se-ia perguntar: em que medida é que isto não é apenas uma mutilação e destruição da própria conceitualidade usada? Ora, porque o desejo não é a sua precisão, mas a sua absorção; e o objetivo não é a sua descrição, mas a sua implementação enquanto fundamentação que, pela sua

reconstrução a partir do atentar à sua especificidade, lhe garante um maior princípio genuíno de construção e explicação do que possui de próprio no seu dar-se, e de geral na sua concretização, ou o sentido histórico-espiritual da sua manifestação.

Dê-se um exemplo (da Fenomenologia, ou do estatuto de figuras da consciência desta realização): a caracterização da consciência infeliz e a sua particularização enquanto estoicismo e ceticismo:

1. Enquanto reação à consciência infeliz e a modificação de concepção da consciência acerca de si mesma e do mundo – Tanto o estoicismo e o ceticismo, neste âmbito particular de consideração na Fenomenologia, são como que um prelúdio à exposição no âmbito já próprio da História da Filosofia enquanto tal; mas revelam um apelo similar de precisão de figuras de resposta e contexto na sua determinação. Ou seja, esta não é a devida consideração histórica destas questões e correntes filosóficas quanto à História da Filosofia, mas depositas no plano mais geral e amplo da elevação da consciência enquanto tal, e mais particularmente na progressão da consciência face a esta – a sua consideração primária é relativa à Fenomenologia, mas é igualmente passível de ser reportada à contusão e envolvimento de diversos planos de atividade do processo e, como tal, ao processo em geral. O que isto implica: o ceticismo e o estoicismo são reduzidos enquanto determinações e figuras concetuais e de resposta a contextos e concepções da consciência face a si mesma, a generalidades extensíveis fora do seu plano de determinação. Nesta aceção, são mais do que meras instâncias expressivas a assimilar; a sua assimilação tem o caráter de positividade construtiva extensível a âmbitos posteriores, em que características similares repetem um padrão de resposta em termos contextuais que motivam a sua distinção nesse repetir. Como tal, a fundamentação-explicação garante-nos padrões absolutos de resposta próprios da atividade no seu ser-aí e na sua determinação, que expõem a luta própria do Espírito a descobrir-se a si mesmo e a replicar-se nesse descobrir-se. O estoicismo é “essa liberdade da consciência-de-si, quando surgiu em sua manifestação consciente na história do espírito. Seu princípio é que a consciência é essência pensante e que uma coisa só tem essencialidade, ou só é boa e verdadeira para ela, na medida em que a consciência aí se comporta como essência pensante.”⁶⁶; o ceticismo, que lhe segue e é

⁶⁶ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág.153

redinamização do movimento da consciência na sua concepção de si, é “a realização do que o estoicismo era somente o conceito – e a experiência efetiva do que é a liberdade do pensamento; liberdade que em-si é o negativo, e que assim deve apresentar-se”⁶⁷. Logo, a menção e processar destas passagens na Fenomenologia é o sentido para a realização da consciência do estoicismo e do ceticismo como figura desta; mas face à sua posição de História de Filosofia, corresponde a dada configuração concetual extensível, ou maneira de configuração da relação da consciência do Espírito na concetualidade filosófica. E, porque a História da Filosofia se relaciona com a História geral, corresponde a um momento geral, ou concepção de mundo geral, que motiva e explica a sua determinação, e interpretá-lo é também fundamentar e explicitar a sua relação para com o Espírito como realização deste.

2. Enquanto figura da consciência acerca da concepção de si mesma e do mundo – Como dito, várias determinações integram-se mutuamente em relação para a construção da concepção de mundo e do mundo na concepção subjacentes a este processo – e a particular que mais aqui interessa é a reconstrução filosófica destes preceitos. O processar destes tópicos gera figuras e conceitualidade que se reportam à contingência do seu ser-aí; mas no serem readotadas segundo a mutação de âmbitos, tornam-se figuras gerais de construção e expressão do algo – ou seja, configurações gerais. Logo, o seu darem-se e a subsunção e absorção do seu darem-se corresponde ao elucidar da sua estrutura no e para o espírito total nesse momento da sua realização, tornam-se preceitos gerais da possibilidade do conceber. O ceticismo e o estoicismo, por exemplo, na Fenomenologia, revelam-se: “o estoicismo corresponde ao conceito da consciência independente, manifestada como relação de dominação e escravidão, assim como o ceticismo corresponde à realização da mesma consciência como atitude negativa para com o ser-Ouro, ao desejo e ao trabalho.”⁶⁸ – esta é a sua faceta de ser-aí histórico e da concetualidade possível dada no desenvolver da Filosofia como figuras da consciência; mas noutra domínio, têm outro sentido dessa efetivação. Os sentidos envolvem-se mutuamente no processo conservado e integrado geral do Espírito.

Assim sendo, a sua realização devida, conjuntamente com todos os demais componentes que realizam o elemento da Filosofia e posteriormente esta mesma

⁶⁷ **Hegel, Friedrich** 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002. Pág. 155

⁶⁸ **Idem**

enquanto ciência da verdade, são a precisão da necessidade de construção inalienável do conceber filosófico, fundamentado e garantido na sua manifestação ou no seu vir-a-ser.

É neste sentido que o Sistema esgota a Filosofia: porque conseguiu configurar todos os seus processos para a subsunção, absorção e reaplicação de todos os termos e aplicações filosóficas, sendo que tais termos pretendem construir o fundamento absoluto de como se pode fazer e dar filosofia (e, claro está, toda a criação do Espírito). Até agora, tenho caracterizado esta capacidade voltando-me para como o tratamento hegeliano reconfigura o passado, o já ocorrido, e toma-o em múltiplos âmbitos para precisar como foi que ocorreram, o sentido próprio de haverem ocorrido na sua efetivação e como tais descrições serão embebidas em procedimentos futuros como padrões de resposta e construção e tratamento de tópicos. Contudo, o Sistema pretende ter realizado devidamente a Filosofia: ou seja, ter já precisado toda a sua possibilidade e necessidade e como se poderia construir no futuro. É essa dimensão de projeção no vindouro e poder já determiná-lo, em toda a sua efetivação e construção, que falta reportar e descrever para que a imagem do Sistema Vivo possa finalmente ser reconstituída no seu funcionamento. A descrição tem agora que reunir estas funções na sua realização plena enquanto Sistema.

(Consideração Estritamente Heurística #6 – O modelo tensional de interpretação já está como que esgotado na sua maneira de consideração e abordagem – pois já descobriu para si a ideia que preside à sua execução, nomeadamente a modelação enquanto uso dos seus preceitos relacionais, enquanto ao mesmo tempo se apercebeu das suas limitações. Ou seja: o propósito segundo da sua criação e execução pode ser revelado, sendo que será precisado em maior detalhe no último tópico do desenvolvimento. Esse propósito era o de criar um modelo relativo nos seus preceitos de construção, ainda não precisados de maneira nenhuma, e forçar a sua aplicação como maneira de obter e precisar em que pode constituir tal aplicação, tendo em conta a instanciação particular em causa. Da precisão destes termos e fatores que o constituem, as suas dificuldades e algumas das peculiaridades da sua aplicação, obtemos certos preceitos gerais, predicáveis a esta função de modelo criado – e depois podemos congregar essa definição e isolá-la. Face a este isolamento, a heurística geral pode considerar e melhorar a sua constituição – e no caminho a esta reunião precisada de termos, fomos igualmente exposto como foi através da própria heurística geral que gerámos as

limitações do modelo. Através destas limitações, introduzimos a nossa própria capacidade de expor o melhor possível as suas características básicas (da heurística geral), por comparação a este modelo limitado. Falta-nos apenas, então, a caracterização geral do modelo, e detalhar minimamente em que medida tais falências são colmatadas na heurística geral e motivam até o seu esforço de execução próprio.) **(Fim deste apontamento heurístico)**

4) A envolvimento do vindouro

A grande particularidade todo este projeto hegeliano é a sua ideia de conclusão ou fim da Filosofia pela exposição e realização do Sistema – contudo, a sua conclusão não pode ser entendida fora dos processos já delineados, pelo que esta não corresponde a uma anedótica suspensão da Filosofia. O Sistema não foi criado para parar e impedir o desenvolvimento, a mobilidade, o progresso; o seu fim ou realização devida do Espírito é, algo paradoxalmente, mas coerente com o resto da exposição, o elemento próprio do Espírito. Ou seja: o Sistema não esgota a produção futura – esgota a fundamentação e expressão futura desta, pois esgotou o processo do real.

Ora, uma dificuldade parece surgir ao apresentar esta envolvimento do futuro pelo Sistema: em que sentido pode a Filosofia estar realizada e concluída no seu ser devido se prossegue, se resume, se continua? Como pode o princípio ter-se já realizado e concluído quando o dar-se e manifestar-se do real continua? Bem, esta dificuldade é de difícil resolução – e em termos da construção lógico-ontológica de Hegel, é possível que seja uma tensão insuperável da sua exposição⁶⁹. Contudo, a minha caracterização aqui está voltada para o que o Sistema gerou enquanto um tipo distinto de construção, de informação regrada. Por isso, tal dificuldade, nos termos desta análise, pode ser precisada segundo o conceito de elemento final e a construtividade que lhe é inerente como a solução de fundamento absoluto, o que caracteriza esse final de maneira distinta enquanto produto gerado nos seus termos de se ter gerado.

O elemento concluído esgotou todo o procedimento possível do Espírito e concretizou-o nesse novo elemento – o que significa que a vida espiritual deste se dá agora neste novo contexto. O trabalho de Hegel foi o de realizar e anunciar uma nova era – esse término

⁶⁹ Vejam-se as tensões entre o último Schelling e Hegel acerca da capacidade de resolução e conclusão do processo decorrente do princípio.

não corresponde a um cessar, mas à conquista do Espírito que se sabe e realiza-se enquanto tal, o que comporta uma Idade espiritual distinta, em que a execução do Sistema precisou os seus novos termos possíveis e necessários⁷⁰. Logo, o cessar aqui designado é o do Espírito enquanto buscando o seu elemento, a sua concretização – o seu novo elemento é uma reconstituição e perspectivação nova, mutada, que supostamente construiu as bases dessa integração e compreensão do que ocorre na descoberta total do que genuinamente se é.

E neste sentido descoberto ao realizarmos propriamente a Filosofia como ciência da verdade, todos os seus preceitos e procedimentos possíveis foram justificados na sua necessidade e recolocados na sua aceção plena neste novo elemento – o que implica também que, porque tal fundamentação restringe na sua exposição a construção que somos capazes de fazer em filosofia, todo e qualquer procedimento filosófico que instanciemos tem já, responsivamente, uma implicação de aderência e resposta e justificação pelo Sistema. Ao realizar o novo elemento de encarnar próprio do Espírito, todos os seus recursos são reinstanciação do que já fora integrado no decurso do desenvolvimento; pelo que é envolvido igualmente pelo Sistema em como se dá e segundo que construções, que princípios, que capacidade e necessidade de determinação e, em caso de ser uma tese filosófica, de construção.

O Sistema foi realizado para, no momento da sua realização, ter criado um plano geral de explicação e replicação independente do que surge para lá e de fora dele como envolvendo-o e sendo por ele, conseqüentemente, envolvido no elemento geral que criou e demonstrou. Enquanto fundamentação, tornou-se algo para lá de uma mera tese, mas algo capaz de modificação e adaptação pelos princípios próprios que assumiu. A sua vitória final, a sua derradeira glória, enquanto projeto, seria ele próprio, porque se realizou enquanto algo, tornar-se também ele independente e capaz de modificação. O projeto hegeliano realizar-se-ia, finalmente, como a derradeira integração de Mundo, Sujeito e Vida, simbolizada no seu Sistema e dada nela como concretização, de gerar algo unitariamente vivo nesse elemento.

Tese Central #6 – Envolvência

⁷⁰ A Fenomenologia, portanto, preparou este elemento, e a sua sucessão de figuras para a consciência pode agora ser reposta nos âmbitos de abordagem própria de outras matérias e precisá-las para o Sistema: a História, a Religião, a Arte, etc...

Se a envolvimento é, consoante a definição anteriormente dada, a reunião intrínseca e imanente de uma determinação/conceito por um outro em que se implicam mutuamente de dada maneira, quando aplicada ao plano de envolvimento do produzido e integrado enquanto tal face a outros produzidos e integrados enquanto tal, então ganha um novo cariz face à sua execução. Neste novo caso, o espaço lógico-ontológico estabelecido face à interação de algo não é determinado através dessa interação, pois a integração e conservação são o que constitui propriamente o seu plano-envolvimento de interação – e, nesse sentido, a envolvimento corresponde à dinamização desse integrado segundo os padrões e atividade próprios, mas igualmente face ao preservado e integrado anteriormente – ou a sua organização das várias partes que o determinaram como relacionalmente envolvidas. Ou seja: a envolvimento aqui em causa corresponde à readaptação da atividade de algo do produzido pelo processo face a outro algo produzido pelo processo, em que ambos mantêm a sua força e atividade, mas tais são tomadas como parte do próprio plano-envolvimento do processo face ao que ainda não reassumiu e positou como seu e efetivado por si. Neste sentido, quando implicamos que o processo ou o seu produzido integrado envolve algo, o que é o Processo estabelecendo a sua dominância ontológica-lógica no seu estabelecer de um campo de imanência face ao real, e esse estabelecer intersesta-se e co-relaciona-se num momento total do desenvolvimento. Por isso, a envolvimento permite a especificidade de âmbitos (o movimento na consciência fenomenal, o movimento na história,...) complementar-se num grau geral da efetivação do Espírito.

Tese Central #7 – Fundamentação como o estado gerado pelo processo

O fundamentar equivale não apenas à explicação adequada da razão própria de algo ser dado e estar através do processo, mas implica também o seu ser dado para e no processo enquanto por ele produzido – logo, esta efetivação é relativa à coisa enquanto tal a ser desenvolvida, sim, mas também à efetivação e a sua fundamentação como elevação da coisa para o processo enquanto tal. O que isto significa: a realização de algo pelo processo é relativa também ao processo. Este sentido próprio deriva da produtividade do espírito recriar aquilo com que lida no seu sentido e tipo de determinação, e renova-os por relação ao seu próprio processo e efetivação.

Tese Central #8 – A readaptação para si (a subsunção e controlo total para o Processo)

Na unificação das duas teses centrais anteriores, conseguimos perceber como o próprio processo tem que ser tomado em conta, pois a sua conclusão é-lhe igualmente relativa. Neste sentido, a sua processualidade é ela mesma um dar-se face ao que se lhe decorre na efetivação, tanto como produto, como algo sintetizado enquanto produto para o próprio processo. Devido a esta dimensão, não é que o Processo seja negado na sua fundamentação e determinação como observância genuína, mas face à sua realização plena enquanto fim, ou seja, o Sistema, que a sua atividade é reequacionada. Dado que não está a ser dado como processo de efetivação do espírito, mas reassunção de si face ao alcance do seu fim próprio, o Sistema tem que ser precisado como algo vivo, ou com a pretensão supra-orgânica de ter esgotado a Totalidade. É esta dimensão do Sistema vivo que falta detalhar, ou melhor, a sua independência relativa ao seu esgotamento próprio da figuração e configuração de tudo quanto se possa dar.

Tópico #7 - O Sistema Vivo e Independente ou a Realidade da Construção filosófica / Transição para a heurística geral

1) O Sistema-Vivo

Neste tópico, os modelos gerais de descrição e constituição criados são usados para a caracterização do Sistema adaptável e vivo, a derradeira variante construtiva de sistemas orgânicos em Filosofia: pois não apenas se organiza organicamente, mas assimila nisto a atividade de algo vivo. O enfoque deste tópico é a descrição da atividade de tais modelos como aplicados no decurso do trabalho e na sua execução de uma descrição da sua função quanto a esta “vivência” do Sistema. Estas descrições são aqui sintetizadas numa continuidade clara, para que possamos levá-las a bom porto e possamos explicar como se dão, enquanto funcionamento e funções descritivas, deste Sistema vivo.

O princípio, construído segundo a ligação de uma completude e perfeição criterial enquanto autoavaliação de como se dará e incorrerá tal atividade como autojustificada no movimento, aplica-se univocamente à efetivação na atividade-movimento, em que se especifica no seu proceder e determinar. O princípio ele próprio foi constituído para que possa lidar com essa plenitude e perfeição enquanto tal, ou na exigência que estas possam acometer à sua execução; estes critérios, portanto, são uma motivação de construção e também uma base de avaliação do que constitui tal completude e perfeição, que na Fenomenologia se identifica com a dialética ontológica a ser dada. A perfeição aqui em causa constitui-se apenas como a realização devida e plena de algo, e a completude de tal realização plena identifica-se com o esgotamento próprio dessa realização; o movimento, sendo o próprio dar-se lógico-ontológico destes, identifica o processo em curso como a auto-efetivação do processado. Ou seja: o perfeito e o completo (associando-se, configuram o pleno) são precisáveis através de uma *self-awareness* acerca das exigências teóricas ou disciplinares ou de propósitos de dada área – neste caso, a Filosofia, ditando o curso a realizar e subsumindo o que neste poderia ser apenas a mão de Hegel a levar ao que este pretende (torna difícil poder tecer esta crítica). Tomando esta tripla aceção do critério fundante, a avaliação do gerado no processo torna-se muito forte: esse auto-apercebimento relativo aos critérios faz com que estes sejam depositos como a própria coisa executada, e dificulta a discórdia ou aceção distinta sem que, de certa maneira, desconsideremos toda uma tradição e prática

de termos fundantes como verdade, ser e Absoluto. O auto-apercebimento depõe-se no algo abordado como a sua satisfação completa e, face à tradição, como o sentido revelado e própria de todo o curso desta enquanto Espírito. A perfeição e a completude também tornam a consideração do processo como realização absoluta: pois o perfeito é o algo como deve e tem que ser e a completude garante que esse ser necessário também se afigura e gera como completo, próprio de si.

A relação que o movimento-atividade estabelece com tais critérios e a plenitude decorrente do princípio verdadeiro faz com que estes critérios sejam apropriados como facetas desse mesmo movimento, que este justifica na sua própria execução. A força deste conceito é separável em dois planos distintos, que se conjugam no seu dar-se próprio:

1.O esforço expressivo – o movimento muda a sua configuração face ao algo considerado, dando-se no algo como o seu mero desenvolvimento e determinação por si. Nessa adequação de ambos acometida na realização dada, o movimento dá-se como expressivo face ao algo – e porque replica o próprio dar-se seu enquanto dar-se do algo, tal expressão figura-se como auto-expressão do algo considerado. Consoante o critério de medida, ditado pela relação construtiva entre saber-objeto e a consciência se apercebendo destes para si, varia o padrão do movimento por resposta interligada entre as facetas em causa no processo. Esta auto-expressão realiza devidamente a exigência geral do processo filosófico face à sua elevação até ao elemento da ciência – a observância genuína de como abordar e deixar ser executada a sua atividade;

2.O auto-movimento – todavia, a execução do movimento é também a sua preparação do movimento puro, ou Lógica, visto que o processo lhe é constantemente relativo como o seu gerar da forma da Razão especulativa – e, nesse sentido, o movimento é, na assunção geral do processo, a preparação do auto-movimento ou o dar-se por si do processo na sua necessidade própria, completamente implementado em todas as partes do Sistema.

No primeiro caso, estes padrões de movimento constituem-se face à determinação – e porque o seu dar-se implica uma lógica ontológica própria, efetivar, neste caso, não é apenas o determinar enquanto tal, mas o gerar o espaço devido desse efetivar. A assunção de ambos os fatores nesta constituição é a variabilidade do movimento quanto

ao seu dar-se; o espaço lógico das figuras da consciência que é delineado é o âmbito devido dessa prossecução. No processo, a determinação e atividade correspondem-se na configuração que vão gerando – e geram o espaço lógico próprio que decorre dessa interação de fatores, que, se mutado drasticamente, varia como grau do desenvolvimento. Esse espaço, como delinear imanente próprio, é o âmbito relativo à execução em curso segundo a especificidade da atividade do movimento que o exprime. Os âmbitos vão sendo envolvidos no decurso do processo – e essa envolvência, face ao que vai sendo produzido, capacita a preservação e integração ativa desse produto quanto ao processo que o gerou, sendo a sua fundamentação-determinação própria no percurso do Espírito. Essa fundamentação-determinação constitui a vertente própria de como o processo faz brotar a riqueza própria da vida do conceito – dota o considerado do seu sentido e constituição genuína para o Sistema. Este proceder aplica-se igualmente à consideração da própria História da Filosofia – o processo passa da sua consideração e compreensão específica até ao seu lugar próprio no processo rumo à sua superação e a sua motivação para com o que procede das suas teses e do seu ser-aí. Assim, são recolocadas teses como facetas do desenvolvimento do processo – e a sua prossecução corresponde ao esgotar da própria Filosofia nos seus recursos e na sua possibilidade de existir de dada maneira. Porque o processo reúne o conceber e considerar filosófico à determinação e efetivação de algo como contíguos e complementares, o racional é real e o racional é efetivo – e a possibilidade da Filosofia acaba por identificar-se com a sua necessidade de determinação.

O funcionamento que preside a toda esta conceção é a adaptabilidade como descrição heurística: como função, a adaptabilidade tanto permite a co-expressão variável através da adaptação do movimento e do algo considerado, como preside também à mutação entre âmbitos como uma continuidade. Através da sua operação permite a readequação a qualquer caso – face a esta capacidade, o princípio e processo hegeliano pode, constitutivamente, lidar e explicar tudo. A envolvência do vindouro assume todos estes processos já no elemento e realização própria, ou Sistema: o Sistema assume que esgotou já todas as possibilidades de conceção possíveis, incluindo os novos casos que serão já seus. A razão para este caso bizarro é o carácter pré-determinado do seu projeto: o Sistema detém um estatuto de independência própria após ter sido realizado, pois não é uma mera teoria, mas um estado absoluto de esgotamento do dar-se da realidade. O

Sistema não deriva a sua legitimidade e força de ser concebido como uma construção orgânica, mas supera até esta por readequar os seus propósitos como Espírito e verter a sua exposição na própria realidade dada (e que se deu no processo) de tudo quanto é – pois efetivou por completo o Absoluto, tudo quanto haja e possa haver. A envolvimento do vindouro está já pressuposta; é uma faceta inalienável daquilo a que corresponde o Sistema. O Sistema é vivo e possui a independência própria de deter a riqueza dessa vida, mas esta vitalidade que lhe corresponde é espiritual e total, pelo que a envolvimento não é senão repor o decurso do que é ao seu estatuto e elemento próprio – por outras palavras, o esgotamento da Filosofia é também um esgotamento do Real e do espiritual. Citando: “(...) o sistema em si é irrefutável, porque não é refutá-lo (...) fazer referência a “fatos” (mas que fatos do domínio da história das ciências, das culturas, dos povos ou simplesmente da História, podem valer contra uma teoria – contra uma ordem fundamentada do discurso – que estabelece, precisamente, o que há a estabelecer como “facto”?). A única refutação eficaz só pode seguir um caminho: mostrar o erro da conceção de conjunto adotada por Hegel. As doutrina propriamente filosóficas posteriores ao hegelianismo (...) caíram “dentro” dele (dentro das “atitudes”, das categorias que os sistema hegeliano tinha definido como momentos parciais do Espírito em devir). (...) O sistema (...) superação efetiva e integração real de todas as posições doutrinárias que o precederam (...) é a ordem a que qualquer discurso que se pretenda filosófico deve chegar, quando reflete sobre as normas que orientam legitimamente a sua produção como discurso.”⁷¹. Este é o Fim da história e da filosofia que Hegel prescreveu: não um cessar destas se darem e serem feitas, mas a sua inevitável referência e absorção pelo Sistema, quer como partes do que este já admite explica, ou desenvolvimentos que este pode explicar por si e que, em certa medida, são uma reatividade face a este que ele próprio prevê.

É esta a descrição que conferimos ao Sistema como decorrente da nossa execução do modelo tensional: por corresponder o seu processo tanto à realização, como à conceção filosófica, a tese criada não é senão a identificação com a estrita necessidade – a tese é tornada também absoluta. A leitura histórica é também reconvertida ao dar-se do processo e neste reposto como próprio – todas as facetas possíveis do ser convertem-se no Sistema a prenuciar-se ou a impor a marca da sua verdade. E a tese oposta, a

⁷¹ **Châtelet, François** 1925-1985, *O pensamento de Hegel* / François Châtelet; tradução Lemos de Azevedo, Editorial Presença, Lisboa, 1985. Pág. 143

contradição, o contra-argumento que cause dificuldades ao Sistema? Primeiro, é adaptado e reposto ao padrão de funcionamento próprio do Sistema, e visto como extensão da sua concepção própria e é reconfigurada aos seus preceitos; e depois, a sua expressão ou é reposta como preceito integrado ao próprio dar-se vivo do Sistema, ou a sua necessidade é tratada como necessidade do Sistema. Como construção e reunião informacional, o Sistema e a sua vivência tem sempre a verdade e a razão do seu lado pois protege (e capacitou) a sua razão e verdade contra toda e qualquer oposição – ou porque a remove ou a subsume a si. A sua necessidade confunde-se aqui com a sua envolvimento do vindouro – pois na sua realização absoluta, são uma e a mesma coisa. A vida do Sistema domina e esgota todo o recurso, possui independência, pois é concebido sempre nesse seu processo próprio como absoluto, e o controlo pleno sobre o que haja e possa haver – é tomado como sustentado e executado por si, na sua necessidade, na sua execução absoluta. O Sistema quase que violenta o que constitui o real e o conhecimento, na sua capacidade de se proteger e manter. É neste sentido, e na sua independência, que o seu absoluto corresponde a uma identificação com algo vivo, ou com a pretensão de ser vivo: pois modifica-se, e responde a situações, e perpetua-se, e detém a pretensão de se perpetuar, pois não é senão o Absoluto ou a verdade a dar-se, o Espírito a explicar... o Sistema ou é a tese posta como algo vivo e próprio, ou como que um vírus de informação – por vezes, e se não assentirmos aos seus requisitos, é difícil distinguir.

2) A apresentação da heurística geral

Esta foi a conclusão do processo aqui encetado acerca da descrição do processo hegeliano – mas pode ser motivo de interrogação se, nesta última passagem, não incorremos contra o modelo tensional ao fazer claros julgamentos acerca do estatuto do funcionamento hegeliano descrito. A resposta é simples: não, pois apenas reunimos as suas funções descritas; e porque, acabada essa síntese, já abandonámos o modelo tensional de interpretação – o que fizemos foi uma avaliação do seu produto decorrente da execução do seu uso. Ou seja: estamos a contemplar o modelo propriamente e as avaliações foram dadas foram da sua execução, pois já não é o seu uso que nos preocupa, mas avaliarmos a sua utilidade. Após a nossa concepção do produto e do nosso esforço ser esclarecido, o caminho traçado e a apresentação da abordagem heurística geral tornam-se um passo consequente do que fomos realizando.

O modelo tensional foi exposto na associação dessas características ao seu uso-funcionamento, e estas não são dados como se fossem meras aplicações neutras (pois alguém as executa e realiza), mas são tomados na constituição particular desta instância em causa. Face à necessidade de precisar esta particular aplicação e atenção ao seu funcionar, temos que precisamente caracterizar o nosso caso de uso, para que tais recursos consigam ser precisados o melhor possível. Ora, as determinações centrais ao modelo, face à sua específica aplicação, são:

1.A tensão como fator de manipulação de uso próprio ao modelo – Neste modelo, a tensão face ao seu propósito de interpretação serve como o uso primário para lidar com os fatores de determinação e problematização do recurso ao próprio modelo. Tendo em conta que o interpretado é adequado no contexto do próprio modelo (para evitar, por recurso a essa tese de contexto, que a interpretação e o interpretado não sejam ambos tomados em conta como faceta da prática e utilização de recursos em causa), o conceito de tensão lida com a necessidade de ambas se irem constituindo por responsividade comum das suas facetas, ou seja, em que ambos são encarados como estabelecendo um nexo de relações, em que o uso da tensão comunica a aparente oponência ou determinação relacional que precisa as dificuldades em causa. Assim sendo, a manipulação de recursos é uma característica altamente controlada e limitada na utilização do modelo, sendo que é completamente deposta face à identificação de uso de meios e tensão; e a tensão em questão é sempre um “como configurar” face à instância em causa. Enquanto característica própria à consideração e execução do modelo, esta sua capacidade e determinação é definível como a manipulação de fatores e o uso enquanto a ativação de um recurso tensional que regra e motiva todo o esforço que neste é efetuado;

2.A interpretação como posicionamento tensional – A utilização do recurso da tensão identificar-se com o limite do funcionamento do modelo e dessa utilização proceder a interpretação que constitui o seu fim próprio permite descrever o que constitui o seu interpretar como o posicionamento dessa tensão que observa, utiliza e descreve. Logo, o interpretar corresponde a como modificamos e tomamos em consideração a assunção dessa modificação face ao objeto que implementámos como dimensão de criação e manutenção dessa tensão; e é nessa responsividade que estabelecemos a sua utilização enquanto instrumento de construção filosófica que cria e considera fatores nessa tensão;

3. Interpretação-descrição – A interpretação em causa para a execução do modelo corresponde a este interpretar dar-se enquanto descrição do que deriva da utilização e execução de recursos – ou seja, o interpretado não é assumido como um algo dado no modelo, mas algo produtivamente gerado por este na sua execução. Esse produto é a descrição-constitutiva, pela qual maximiza a sua otimização e criação de conceitos e termos relativos à sua execução. A interpretação, ou o propósito próprio da execução do modelo, admite plenamente a sua intromissão positiva sobre o que interpreta, e esta assunção, face à tensão que acomete, é um recurso próprio do seu posicionamento. A descrição e a interpretação são, então, duas dimensões de manutenção e modificação da tensão enquanto recurso, ou os componentes imediatos sobre os quais exerce a sua natureza de ferramenta, mas nos quais igualmente ganha a sua possibilidade de configuração e utilização: pois estas delineiam também a limitação e determinação constituinte do recurso operado face ao que é enquanto modelo. A descrição incorpora todas estas facetas na sua execução como um jogo de forças, em que vai descrevendo a maneira de organização particular em causa, e apropria este seu contexto inescapável para a manipulação de instâncias e recursos, criando, nessas descrições, tanto uma interpretação sobre o algo considerado como, pela descrição, características isoláveis dessa operação e funcionamento. A interpretação é concebida como prescrição e detalhar de funcionamento face ao que, no interpretar, decorre em descrição.

4. O funcionamento face ao modelo – O encapsular do interpretado-descrito como característica isolável com dada aplicação particular corresponde à definição de funcionamento para o modelo e constitui a natureza própria do seu fim interpretativo. A caracterização exposta constitui essa execução tal como dada no modelo e segundo igualmente a constrição deste – estes são os elementos separáveis e caracterizáveis em que tal funcionamento foi exposto e uma imagem geral da associação desses elementos constitui a precisão de como a tese hegeliana se dá face a esta abordagem. Todavia, essa associação foi também dada segundo os parâmetros do modelo, ou seja, nos limites próprios da sua aceção de uso e manipulação de partes – esta deriva a sua coerência e força construtiva precisamente de ter tais determinações destacadas e imbuídas na tessitura do que gerou e no próprio gerar dado. Assim, o propósito final da sua execução é caracterizável como funcionamento relativo à sua própria construção – e nisto

distingue-se da heurística geral, pois esta pode conferir a regra do funcionamento na sua observação, ou o funcionamento enquanto funcionamento;

5.O critério da instância particular – Embora a verificação e modificação da tensionalidade como uso seja a determinação própria da execução do modelo, após o seu produto construído ser observável e constituído de dada maneira, o modelo tensional detém o critério de justificação do que gera na mentalidade de que o seu instanciar e manipulação constituem um caso e instância particular. Ou seja: apenas no isolamento do produto e na assunção da validade deste produto como constrangido por completo pela sua consideração e aplicação particular dá-se a sua justificação – mas apenas nessa isolada construção como momento particular de construção. Note-se que não referimos a instanciação como caso desse modelo, mas sim aplicação desse modelo: o produzido não lhe é relativo como uma verificação qualquer desse modelo, mas um usar dado e de dada maneira em que a justificação prender-se com esse dar singular cinge a sua validade de uso e do produzido nesse uso como utilização específica. Quem quiser referir este momento construtivo como prova da verdade e validade do modelo incorre contra este critério, que determina que tal validade e verdade são subalternizadas pela instanciação em recursos e meios para o favorecer de esforços mais concertados e detalhados neste campo. O modelo não garante a validade do produto – apenas capacita o produto como recurso para algo.

Face a esta apresentação, o modelo delineado pode, então, ser apropriado pela heurística geral para a execução das suas próprias pretensões – e posicionar-se criticamente face às assunções pelo uso enquanto uso e a prática enquanto prática, e assim esgotar em que sentido a constrição do modelo modifica a possibilidade de consideração do seu processo e esforço. Certos preceitos que o modelo enquanto tal nunca poderia considerar, como em que medida a sua abordagem é questionável e modificável quanto à sua própria construção, estão-lhe vedados precisamente porque, na sua criação, a heurística geral debilitou-o propositadamente nestas. Todavia, não podemos realizar esse esforço neste trabalho, por duas razões: em primeiro lugar, pois para compreender sequer em que medida a execução da heurística geral se dá, há que apresentar o seu esforço de construção dos seus preceitos e assunções de projeto. Para realizarmos essa preparação, a heurística geral tem que destruir completamente a sua própria execução de uso enquanto uso, para poder repor a sua consideração e o seu próprio contexto na

prática enquanto tal – este projeto será executado após este trabalho, e não pode nele ser integrado, devido à sua expansividade e ao fator do tempo face a esse próprio executar. Em segundo lugar, antes de executarmos o projeto da heurística geral, há que precisar em que consiste tal ambição na sua generalidade – e para tal, executámos um modelo tensional que, na sua execução, apresenta facetas dessa abordagem, e abre-nos o caminho à sua apresentação, face às limitações do próprio modelo, enquanto ao mesmo tempo realizando a descrição-interpretação-funcionamento de teses hegelianas. Face ao modelo, e assumindo apenas as características vagas da heurística geral, o modelo é-lhe, comparativamente, carregado de lacunas quanto a assunções práticas consideráveis na sua execução – por exemplo:

1.A tensão enquanto uso capacita a interpretação enquanto recurso construtivo, mas a sua execução compromete o sentido de interpretação literal, genuína e autêntica do algo considerado – se tal consideração é devida ou uma pretensão realizável, contudo, pode ser considerada na heurística geral, e o modelo tal como aqui delineado utilizado como fator de análise de procedimento;

2.A ausência na sua capacidade da compreensão e expansão do uso enquanto uso impossibilita o modelo de execução heurística plena;

3.A sua aplicação tensional possibilita a integração de mais do que um algo a considerar, mas torna essa mesma aplicação mais e mais desvirtuada face à tensão assumida;

4.A inespecificação dos termos do seu interpretar maximiza o seu propósito descritivo, mas secundariza o algo e a descrição em termos de igualdade de relação – ou seja, o seu contexto não pode ser assumido em termos de construção.

Contudo, foi graças à sua execução que percebemos melhor, após introdução, conceitos fundamentais como uso, contexto, prática e projeto, e como se organizam em modelos – e na fundação e legitimação da heurística geral, mesmo estas lacunas são móveis de construção e prática. Assim sendo, a conclusão do desenvolvimento do trabalho será a exposição da heurística geral enquanto projeto, que complementa a execução do modelo tensional através da precisão do seu lugar face a um projeto que motiva e organizou o tipo de esforço e interpretação realizado para tal propósito. Esta apresentação,

igualmente, esclarece a razão para a utilização desse modelo – pois dota-o do contexto próprio para a compreensão das suas lacunas e construção como facetas da prática e do uso consideráveis por si mesmos. A conclusão, então, adequa tudo o que realizamos até agora como caminho para a apresentação mínima da heurística geral e esta constitui o local próprio para o aqui executado revelar-se como, ele mesmo, utensílio prático.

2ª Parte do Desenvolvimento

Indagação heurística: a dúvida acerca da bizarria de tal projeto

Se ao longo do trabalho o desenvolvimento do projeto heurístico como que se replicava e identificava parcialmente com as teses expostas, não se tome por tal uma tese positiva⁷² acerca da sua construção ou mesmo fim total; antes veja-se nesse esforço o cingir da sua aplicação a dada propósito, que se preserva ou esgota ou com a mesma celeridade e certeza com que foi iniciado. Esta exposição tomada a cabo não foi, e nunca teve como cerne do seu desenvolvimento, uma apresentação de uma tese redutiva de teses hegelianas – este abandono do esforço⁷³ a que nos comprometemos e a estrita construção concetual instanciada é próprio à heurística geral.

O projeto heurístico vai-se dando enquanto é instanciado e usado e o que deste subsiste são os produtos⁷⁴ desse instanciar e nada mais: consiste na exposição do funcionamento e funcionalidade de conceitualidade, que toma como maximamente relevante a circunscrição contextual do expor e toma-o como um fator elementar da prática assumida. Nesse sentido, dá-se enquanto projeto apenas na medida em que é constantemente regulado e mesmo destruído consoante descobre os procedimentos que se deu a descobrir⁷⁵. Pode-se a tal aceção de “projeto” remover qualquer pretensão de que seja digno de um significado costumeiro do termo: nada implica de metodológico

⁷² A tese positiva em questão, claro, sendo a exposição acerca de Hegel – contudo, a interpretação instanciada é ela mesma um procedimento heurístico próprio o que é o mesmo que dizer: a tensão apresentada é um mero recurso e meio concetual e a precisão da distinção entre a heurística e as teses hegelianas foi propositadamente criada para precisar/descrever como funções a primeira e reconstruir a segunda.

⁷³ O abandono de esforço é a remodelação aporética do que constitui, nos termos que precisámos para nós mesmos do esforço heurístico considerado, o ultrapassar da capacidade de resposta e suporte que propusemos para tal esforço e que remodela as premissas do contexto para o cessar da sua execução.

⁷⁴ Os produtos em questão são os modelos que assumimos e gerámos, tomados no contexto do processo que os gerou e tendo em conta o seu instanciar particular e os princípios de construção que assumimos como relevantes – o que os constitui como especificidades aplicativas e não formalizações estanques quando tomadas fora da sua aplicação.

⁷⁵ Ou seja: a regra da heurística é conferida na manipulação dos fatores envolvidos na sua aplicação, o que permite a modelação do seu projeto e esforço consoante os princípios de construção tal reportam no contexto da sua criação. Tal aparenta não deter, portanto, uma marca clara de princípios de como se dá essa construção: mas porque se dá em contexto interno de contingência, terá que assumir o princípio de construção dessa característica, pelo que a possível manobra filosófica desse excesso é contextualizada como prática e função; e nisto, é constringida ao que o seu produto é quando encarado fora do esforço da sua criação. Portanto, a abordagem dá-se a sua própria regra, mas essa regra não é ela mesma senão construção de ferramenta para algo e a descoberta de um seu restringir possível da nossa prática.

ou de critério absoluto próprio⁷⁶ e carece de fundamentos e fundações que justifiquem o porquê de tal caracterização – ou seja, a absoluta determinação do teor desse projeto. Antes, o projeto é um mote de organização do nosso esforço prático. Ora, como o filósofo reage a tal e tal esforço e como compreender (senão padronizar) a reatividade do que vai criando é uma das razões para a formulação do projeto como dado: que tipo de criatura é tal filósofo e como se circunscreve ao apresentado em resposta e assunção teórica é de máxima importância para a heurística. A “bizarria” deste projeto é tomar como relevante para os seus propósitos e mesmo exposições o agir filosófico e como este se assume e toma a si mesmo enquanto praticado⁷⁷: invés do cotejar ou guerrear de teses, a cedência a como estas se vão dando especificamente é o agir assumido e construído⁷⁸.

Devido a este contexto expositivo, a apresentação de uma definição do projeto é imediatamente contradita pela sua aplicabilidade⁷⁹ ou, se não contradita, pelo menos reassumida imediatamente como mero vetor conceitual a ponderar; mas afim de não frustrar em demasia esta exposição primária, proponha-se uma base carente de relevância expositiva⁸⁰: a heurística é o proceder-do-procedimento da Filosofia ou a Filosofia feita como instanciar-instanciação⁸¹ do uso de conceitos e termos e da assunção⁸² de conceitos e termos nesse uso;

⁷⁶ Ora, não detém algo próximo de metodologia pois não é uma metodologia, mas uma abordagem a usos de conceitos: pode admitir na sua construção os princípios de uma metodologia, como princípios de construção; quanto a critérios de verificação de qualquer tipo, igualmente podem ser gerados no seu esforço, mas o que produzem são modelos e instrumentos e nada mais.

⁷⁷ O que é dizer que a configuração da heurística está otimizada para ser um espaço de aplicação e precisão do aplicar de conceitos filosóficos, o que, por sua vez, estabelece consoante o usar particular a aceção de consideração filosófica instanciada e em que bases assentam.

⁷⁸ Uma pequena tese subjacente (mas não necessária ou vital) a este preceito é a de que construções conceituais e, em geral, ideias e preceitos de informação gerados por humanos, têm um certo nível de padronização de resposta – designo esta tese por obrigatoriedade da construção, o que é dizer que a uma especificidade de construção e influência de ideias e argumentos têm, em certos padrões similares de resposta, uma execução de resposta similar devido a como estão construídos.

⁷⁹ Pois, na heurística, a uma premissa x a resposta pode ser constantemente a sua contradição, modificação ou reaplicação – o que implica que mesmo a heurística, como aqui descrita, enquanto abordagem, pode ser modificada ao ser aplicada ou contradizer-se intrinsecamente.

⁸⁰ Devido ao papel do contexto de aplicação e, como veremos em diante, a ideia de ciência da contingência, a heurística precisa-se ao ser usada – pelo que apenas na sua modificação e aplicação é precisada a sua definição corrente.

⁸¹ O instanciar é o uso tomado na sua aplicação, que tem que responder necessariamente ao contexto desse aplicar como atividade, ou seja, os padrões do que implicou construí-lo como construção, ou a instanciação contextual dessa atividade.

“Então, o que pretendes é fazer uma espécie de estudo de tendências da disciplina Filosofia e o que isso nos diz sobre esta?” – Não; o relatar e analisar tendências não esgota a Filosofia na repetição de mecanismos ou reações⁸³, mas aponta para uma certa mentalidade e aceção do que constitui o esforço encetado e essa mentalidade⁸⁴ revela-se de múltiplas maneiras nos instrumentos que filósofos usam para construir argumentos, teses, conceitos, modelos, sistemas... Que tal me diga algo sobre o que filósofos pretendem ou acreditam ou assumem e desejam, tal é uma inevitabilidade de sequer fazer Filosofia; mas em nada tal pressupõe uma centralidade psicológica ou sociológica desta atenção ao que nesta é feito (pode ser dada como fator, mas não é uma característica essencial e elementar). Tudo o que resulte de tal abordagem executada dirige-se eminentemente a compreender e querer avaliar qual a exigência e especificidade da prática filosófica⁸⁵ e como esta usa conceitos e, regra geral, constrói e destrói coisas. “Mas tal não é filosófico!” – muito bem, apresente-se nessa exigência e critério que construção sugere. O filósofo às vezes enclausura-se a si mesmo nas suas teses e é uma responsabilidade lhe intrínseca saber porquê ou avaliar essa sua prática para si mesmo, a fim de não ser surpreendido pelo que criou.

Há então um propósito geral à execução da abordagem: refinar o uso de conceitos e construções de teses filosóficas⁸⁶. Não tenho nenhuma pretensão de contaminar ou

⁸² Ou seja: como assumo e considero, ao considerar o funcionamento do meio utilizado, a “praticidade” da prática e a instanciação da instância, e como essa assunção é também um fator de gerar do que criei.

⁸³ Porque, de novo, um filósofo pode pura e simplesmente repetir e reagir de dada maneira por assunções distintas de como assumo estes fatores e reconfigurá-los teoricamente, modificando aquilo com que tenho que lidar. A verdadeira questão aqui não é “como paro isto”, pois apenas leva a mais fatores turvando a imagem; a boa questão é antes “porque modifica o filósofo isto e quem lhe deu tamanha liberdade” – pois isto obriga a dizer qual a legitimidade desta prática. Responder à legitimidade destes procedimentos não é senão dizer: o que é a filosofia e porque pode ela fazer isto?

⁸⁴ Essa mentalidade revela-se em como o filósofo, tomado como coletivo ou indivíduo, considera o seu esforço e precisa no que este constitui – o que influi necessariamente em como esse esforço se dá e os recursos que usa para a sua manutenção ou proteção.

⁸⁵ A tese positiva própria da heurística relativamente a esta especificidade e prática da filosofia não se dá na sua construção do seu proceder, mas nos seus produtos: instrumentos e padrões e modelos que precisam a como a filosofia, ao considerar-se a si mesma, precisa e restringe os termos dessa especificação. A utilização por filósofos dos modelos acaba por precisar em que constitui a filosofia como atividade, pois constringe-os a conceber a sua prática enquanto prática: na diversa aplicação, é precisada esta imagem para os próprios filósofos, que são quem consegue conferir à filosofia o que ela é.

⁸⁶ Que não se pode confundir com o seu projeto – pois é variável em aplicação e motivo de aplicação e propósito. Antes, o que produz permite a filósofos elucidar o que constitui o seu projeto e o projeto da filosofia; e é na submissão a este ideal de prática que a heurística se submete.

sabotar o proceder filosófico, mas reparar em que medida este nos apanha de surpresa. Somos todos escravos de conceitos (e de muitas maneiras).

“Mas tens então teses positivas? Estás a apresentar um modelo estrito de explicação concetual?” – Sim, mas não nos termos que seriam porventura desejáveis no imediato. A apresentação de teses e a análise de conceitos dá-se no expor ou produzir da própria apresentação e é mediada pelo contexto e determinação dessa apresentação, pois admite a limitação e especificidade do processo e a sua execução como fatores. Contudo, é no dar-se nesse contexto e segundo padrões variáveis de apresentação, manipuláveis em instanciação, que o genuinamente particular da abordagem é dado. Por exemplo: ao longo do trabalho, foi usado um modelo tensional para apresentar Hegel segundo critérios e padrões próprios, sendo que o propósito não era esgotar as teses hegelianas e expô-las “enquanto são”, mas mediá-las expositivamente para a construção de princípios e descrições filosoficamente proveitosas⁸⁷. O interesse era a construção e não uma hermenêutica estrita: o traçar desse perfil detém valor no que constitui enquanto esforço independente face a Hegel. Assumi (e isso como outro vetor mutável) como de maior interesse o estruturar desses elementos invés de uma mera leitura. Tal não implica que tal abordagem seja inútil ou até que a não pratique no futuro: mas, de novo, como dada função do processo, não foi nesta instância considerada. A não-neutralidade da leitura praticada atenta-se em critérios de construção assumidos e utilizados (e expostos no seu fator construtivo):

1. Os modelos e princípios criados não detêm forma explícita já dada⁸⁸ – o propósito era a criação de modelos autónomos em aplicação ao autor abordado, que possuem essa

⁸⁷ O que neste caso, se cingia a apresentar forças concetuais do Sistema Vivo e os preceitos de caracterização e funcionamento da sua dinâmica, segundo os seus propósitos.

⁸⁸ O conceito, assumido como instrumento, ou meio para algo, não é pressuposto como detendo necessariamente forma, ou construção lógica, ou qualquer outro padrão de construção usual – pois dá-se a si mesmo a regra e princípio de como está instanciado, o que eventualmente gera constrições de dada ordem, que pode igualmente manipular, dados os seus instrumentos de outra maneira. Contudo, não se julgue que este procedimento o remove de crítica, por três razões:

a) A contingência pressuposta na exposição de modelo e na criação e isolamento do modelo como unidade separada para utilização posterior não pressupõe que o que este indica seja verdade ou verdade em si – apenas indica que é um modelo a usar. Quem veja na manipulação de preceitos uma liberdade infinda está fadado a ser derrotado ou pela sua concetualidade, ou pela abordagem heurística em si. A sua criatividade é de uso e meios e a sua valência de recursos e opções e não de prova ou obrigatoriedade de consideração e legitimidade;

autonomia de uso precisamente pois podem ser utilizados fora deste contexto e em termos que os modifiquem *a posteriori*. Nenhum deles, portanto, subsume ou explora plenamente como estes conceitos funcionam, mas alude a princípios de funcionamento e modela-os para distintos propósitos;

2. Consequência do princípio 1: há uma desconsideração da generalidade da interpretação, pois esta é tomada no contexto de exposição como função e não como princípio fundante segundo critérios hermenêuticos da literalidade e preservação do texto. Neste sentido, é um atender a uma particularidade contextual da interpretação enquanto “função de construção”;

3. Consequência de 1 e 2 (na construção): Heurística aqui assumida não é uma redução de funcionamento concetual, mas uma assunção de organização, posicionamento e criação de conceitos-a-usar⁸⁹;

4. Recriação de preceitos e conceitos hegelianos para interligação entre o texto e os propósitos da heurística;

Face a tal “projeto”, poder-se-ia reagir questionando a sua utilidade – ora, ignoremos que já tal observação dá-se filosoficamente de dada maneira⁹⁰ e, cingindo-nos a tal questão enquanto exigência e demanda de propósito aplicativo, tomemos a sério essa

b) O modelo não é estanque em uso tanto para ser usado para refinar conceitos, como na sujeição ao seu próprio refinar crítico – logo, algo como a exigência de um critério lógico ou forma ou outro padrão de verificação é próprio do seu estatuto como recurso para a filosofia, sendo que, como esta vai dele exigindo algo, a exigência e o ônus da prova da sua utilidade e correção utilitária recai sobre ele, e não os demais;

c) A heurística é um esclarecimento da filosofia como atividade e não a cedência às suas pretensões mais delirantes, pelo que qualquer esforço heurístico confina-se quer na sua exposição, quer na sua aplicação; quem pretenda por ela ter criado princípios ou máximas absolutas sujeita-se ao tribunal alheio não por incapacidade destes, mas porque nada em si é prova do que quer que seja.

⁸⁹ Na precisão da construção, função e uso dos conceitos no contexto considerado, estes são reconfigurados enquanto disposições gerais de instrumentos e utensílios; ao atentarmos na maneira como os utilizámos em dada instância, como que os dispomos no espaço considerado, colocamo-los em dados locais em relação com outras facetas do contexto considerado e “vemos” estes a funcionar de dada maneira. Neste sentido, a precisão de funções equivale, na particularidade de aplicação, a prestar atenção a conceitos a operarem de dada maneira segundo as condições que vamos criando para que reajam variadamente. A heurística é, acima de tudo, pôr e ver conceitos a funcionar.

⁹⁰ Isto não implica que o termo seja necessariamente filosófico ou que seja apenas quando um filósofo que se torna filosoficamente comprometido; sem entrar no árduo tema de como o recurso quotidiano a termos e conceitos que podem reportar-se à filosofia é distinto do seu uso filosófico propositado, o máximo que se pode dizer, sem devida precisão, é de que a modificação de consideração e contexto pode levar a reavaliar como se está a usar o termo: é nesse sentido que utilidade é aqui considerada.

exortação. Pondo de lado qualquer observação acerca do que constitui tal utilidade ou até se a filosofia deve sequer preocupar-se com tal exigência, há que assumir a seriedade inerente à pergunta: tomada não nos termos de “exijo utilidade para isto”, mas antes enquanto “para que serve e como usá-lo?”. O propósito funcional e, numa aceção mais ampla, o mero uso e prática de tal apresentação enquanto algo usável e, nessa dimensão de utensílio e ferramenta praticamente engendrada para a prática, constituindo-se como algo capaz de afetar e acionar e voltar-se para a atividade enquanto produção de dadas coisas: é nesta aceção que tomaremos a pergunta.

Tomada nesta definição de “para que ato e atividade isto contribui”, parece-me incontestável pelo menos lidar com a exortação. Assim sendo, responda-se: a heurística é uma abordagem filosófica acerca da filosofia enquanto prática que se configura enquanto prática e, neste sentido, é variável em utilidade consoante a prática considerada. O que produz é, pelo menos imediatamente, dirigido para a aplicabilidade no lidar e criar questões filosóficas e constitui-la como esforço de dada maneira. Neste esforço, serve para a revisão e criação de construções concetuais; e o seu uso é variável consoante o desejo de utilidade⁹¹ que possua. A sua regulação dá-se no seu uso e o seu critério na sua execução e, se tomado seriamente, dá-se como procedimento de atenção⁹² ao fazer filosofia como algo de certo teor.

⁹¹ O desejo de utilidade não é uma justificação para outros e suas considerações da aplicação e uso da heurística – é uma pretensão que motiva ou pelo menos é um fator no fazer algo filosófico, e é a justificação do fazer enquanto fazer, mas não do feito enquanto relevante.

⁹² A atenção ao fazer filosofia é a capacidade de prestarmos devidamente o reparo próprio ao que a nossa atividade filosófica nos obriga, ao que nos compromete, o que nos exige. Se positada de tal maneira a genuinamente nos colocar face à nossa prática e o que esta implica e porque é feita assim e não de outro modo, expõe-nos a nossa aderência e compromisso para com o que fazemos em filosofia. Se elevada ao extremo, cria as condições para nos afiliarmos devidamente no nosso esforço e neste conseguirmos conciliar a sua exigência para com o projeto desse esforço, ou como o concebemos, justificamos e segundo que propósito. A marca própria da sabedoria na heurística geral é sabermos conciliar o esforço dos nossos feitos ao projeto ou conceção que temos da razão de tal esforço se constituir e dar.

Heurística enquanto abordagem filosófica acerca da filosofia

Mas em que sentido se caracteriza esse esforço de atenção ao fazer-se filosofia como constitutivo da proposta heurística e o que pode tal esforço providenciar à nossa conceção do que é fazer Filosofia? A precisão desse esforço exigiria a prossecução e desenvolvimento da própria abordagem⁹³, ou seja, sujeitá-la a instanciação e funcionamento e desse proceder incorrer na possibilidade de modelo contextual que se renove e permita conceber a especificidade de práticas⁹⁴, tendências⁹⁵, regularidades⁹⁶, padrões de usos⁹⁷, auto-conceção da atividade desenvolvida⁹⁸, etc... em geral, a caracterização da proposta heurística e desenvolvimento da proposta enquanto proposta e a análise desse propor enquanto propor, pelo que uma definição efetiva é impossível fora de um contexto próprio dessa tentativa⁹⁹ (que não é o cerne deste trabalho).

Contudo, e atendendo que a definição que se dê aqui corresponde a uma tese oca porque desprovida da execução lhe inerente e característica, enquanto tentativo objetivo, tal esforço constituíra-se como a tentativa de precisar mecanismos de uso e criação de conceitos que filósofos aplicam e na constrição desse aplicar define os teores da sua atividade. A particularidade teórica seria a tentativa de respeito¹⁰⁰ pelo processo

⁹³ Quando tomado no contexto de uma heurística da filosofia pelo fazer filosofia, a especificação do esforço, a sua contingência, o seu constrangimento, é uma das marcas distintivas da sua caracterização para quem o executa. O esforço é então o proceder heurístico total, o compromisso de tempo, de labor e de gasto de vida, compreendido nos propósitos construtivos da sua determinação, a devida contusão da prática com o constrangimento dado do praticar. No atender a esta limitação, percebemos o que dele constitui o nosso estar, e em que termos este estar dado é um fazer nosso ou para nós, e porquê.

⁹⁴ O executar algo na filosofia, posto na heurística para atendimento ao que desse executar é algo por nós executado e em que termos é executável.

⁹⁵ Reações e respostas gerais, repetitivas, padronizadas, que nos indica algo sobre o porquê do repetir, explicável de várias maneiras, mas sempre indicativo de algo constitutivo e próprio ao praticado.

⁹⁶ Especificação dos fatores repetitivos da tendência, que esclarecem porque se instancia de novo, mas não esgota o constitutivo dessa repetição.

⁹⁷ O tendencial não é apenas reativo ou responsivo, mas igualmente no como fazemos algo com os nossos utensílios e ferramentas, por que motivos, segundo que pretensões, etc...

⁹⁸ O esforço, quando tomado na justificação ou não-justificação o ter sido executado; o projeto, quando tomado no propósito geral do ter sido executado e justificado ou não justificado, face ao total desse esforço tomando-se a si mesmo na amplitude do que fez.

⁹⁹ Pois o contexto dessa tentativa é a constrição e contingência da prática, o que possibilita a especificação do que esta implica e permite igualmente o elencar dos fatores utilizados; possibilita a construção e mentalização do que é enquanto coisa e atividade.

¹⁰⁰ O respeito à atividade é o primado do conferir atenção a como é configurada; a filosofia não merece nenhum respeito intrínseco, mas tem que de justificá-lo enquanto atividade. O respeito próprio da atividade filosófica apenas nasce de atender genuinamente à sua execução e ver no seu esforço a marca distintiva do que é para si – a sinceridade como exigência é a única marca do respeito merecido pelo

inerente à aplicação. Mas quantas vezes é esse respeito depositado por uma mentalidade de confronto? Quantas manobras conceituais servem genuinamente o esforço filosófico e quantas antes servem o esforço de domínio do território argumentativo? E, mesmo removendo-nos deste sistema de oposição entre humanos pela preservação de argumentação, pelo perseverar da sua informação predileta, quantos filósofos, enquanto indivíduos, são enclausurados e depositados nas suas tentativas teóricas pela própria filosofia?

Enquanto disciplina e enquanto praticante dessa disciplina, o filósofo incorre neste enclausuramento: se tal é um padrão humano, uma base de relação e vivência humana elementar, a sua aceitabilidade varia consoante os propósitos e padrões de exigência que concernem a inaniidade e o engano – ora, na filosofia, a oposição agonística a tais tendências é uma das valências da sua importância e valor. Contudo, e por mais nobre que seja tal intenção, a ausência de precisão de meios e recursos¹⁰¹, mesmo que vagos, para a *nuance* e vida própria dessas tendências e repetições, torna impossível uma tarefa já de si do reino da impossibilidade.

“Ah, então queres fazer uma crítica de pressupostos da filosofia? Queres remover estas limitações e padrões?” – não, de todo; há algo de constitutivo nesses mecanismos filosóficos; a destruição dos mesmos não é verdadeira só porque se lhes opõe como inimigos, nem a sua observação e estudo necessariamente uma prova da sua inutilidade e ainda menos a indicação da sua existência uma prova de inteligência, relevância e vindicação do que quer que se faça após esse apontamento (embora que os filósofos tendam a julgá-lo é certamente um desses padrões). Antes, é um mecanismo, e uma ferramenta, do que constitui fazer filosofia que, por ser aplicado, configura o que se julga e se faz dessa atividade enquanto feita; o meu interesse é entender tais

filósofo; e todo o seu labor é a prova do que isso constitui e porque sequer o merece. Quando conseguir perceber os termos em que considera essa atividade e o que esta constitui e ver nisso nada mais, aí chegou, por fim, à resignação de que esse respeito pela filosofia é permitir tornar-se e ser o que é, quaisquer que sejam as cedências ou derrotas que tenha que admitir pelo caminho, como a marca própria de respeitar e conceber a sua exigência. Saber (o que é) é o único respeito devido à prática filosófica.

¹⁰¹ Muitas vezes, as falhas ou repetições de filósofos não brotam de malícia ou de truque de mão para afirmação do que é pretendido afirmar; antes, deriva de imprecisão dos meios que usa para construir o que constrói, de renovação e atenção à *nuance* de práticas que faz por tendência ou convenção, que em nada as invalida por si, mas cujo refinar não acarretaria senão ganhos para o que pretende realizar.

construções, o que elas nos dizem acerca da filosofia e, na dimensão da sua utilidade, como usamos conceitos, ou o que é dizer o mesmo, como praticamos fazer filosofia.

É devido à amplitude do que implica esse propósito que apenas na sua exposição pode ser dada efetivamente a sua caracterização, pois o seu caracterizar-se deve-se à própria exposição lhe inerente; todavia, a fim de precisão, pode-se especificar algumas características de como se constitui geralmente o seu esforço:

- 1) Heurística como abordagem e não como método;
- 2) A manipulação de contextos operacionais
- 3) Padrões filosóficos – construção de conceitos;
- 4) A Filosofia como ciência da contingência enquanto tal e “brincadeira” de conceitos;
- 5) O projeto heurístico e a resolução aporética do ceticismo e do cinismo;
- 6) O deleite na prática filosófica.

Heurística como abordagem ou distinção entre abordagem e método

A heurística, tomada na sua generalidade e enquanto orientação da prática e construção filosófica, não se coaduna com a caracterização metodológica, ou dito de outra maneira: a heurística, em virtude da sua determinação móbil e sujeita à circunstância do abordar-abordado, não pode ser descrita como um método. Esta distinção não parte de uma diferença qualitativa absoluta, mas antes de uma faceta inerente à metodologia (na verdade, a sua força): enquanto elementos determinados de dada maneira, eventualmente, a execução de procedimentos metodológicos terá um momento de suspensão de dado fator¹⁰² que, se não a comprometesse necessariamente, seria no seu antagonismo de nenhum interesse para o proceder metodológico. Isto porque a força do método reside, acima de tudo, na aceitação e prossecução de dadas características de procedimento que subalternizam como problema relevante toda a multiplicidade alternante de caracterizar as suas teses¹⁰³, ou as suas conclusões, ou os seus conceitos... enfim, o método permite dizer que não à possibilidade e desta negação ou secundarização, partir para a execução do trabalho em que se justifica realmente.

Esta distinção não é uma subvalorização do método; se algo, é o seu profundo elogio, enquanto proposta. Contudo, é inadequado para o objeto em questão, pois parte da força da sua construção brota precisamente de conseguir superar o problema de como começar o trabalho a fazer, e fazê-lo em termos que respondem adequadamente a tal problema. Na filosofia, todavia, é de uma tremenda utilidade, pois se há uma habilidade em que a filosofia supera amplamente as demais áreas científicas, é em conseguir a sua mutilação ao ponto de nunca começar, acabar ou mesmo desvalorizar o sequer fazer o que quer que seja; e, todavia, esta é uma particularidade tremenda daquilo em que

¹⁰² Esta não é a única característica que particulariza e distingue a abordagem face ao método, mas é um dos exemplos mais gritantes de como esta recorre à sua contingência como fator implícito no seu processo (pelo menos na heurística geral). O método é um controlo e padronização de avaliação e resposta e observação de casos, que detém a sua força precisamente porque se constringe e regra segundo a maximização da sua correção e autoavaliação; contudo, a filosofia tende a operar de distinta maneira. Que a esta maneira diferente se designe de não-científica e digna de ser posta de parte, não é necessariamente um repto que possa ser ignorado; todavia, há que primeiro precisar esta variabilidade de metodologia e de procedimentos na filosofia, antes de precisar em que constitui esse seu caráter científico ou não-científico de organização do seu esforço e projeto.

¹⁰³ Isto não é sugerir que o método é falso ou incompleto porque desconsidera a totalidade, ou a multiplicidade de perspetivas, ou demais conceitos que são também eles um critério e tese de exigência e avaliação de fatores, e um com muito menos provas de sucesso, coerência, relevância ou até interesse do que o método científico, por exemplo.

consiste praticar filosofia, não podendo ser olvidada¹⁰⁴, dada a sua força ou teórica ou retórica. Este é um dos elementos da sua especificidade, que na heurística (de novo, numa assunção geral), se reporta à contingência inerente à filosofia enquanto disciplina – mais à frente será explicado em que consiste esta contingência (mas a fim de breve clareza: isto em nada compromete o alcance da verdade ou teses credíveis; esta é uma contingência de construção).

Por oposição, tomada como abordagem, a heurística preserva a ideia de princípio organizacional do método e de atentar em estruturas de regulação, mas pode sempre destruí-las, preservá-las ou pô-las de parte em função de uma alternativa relevante (ou irrelevante) e tomar essa mesma mudança como fator próprio ao seu processo, pois o que a concerne genuinamente é a prática desse processo e a assunção desse processo como algo analisável de variadas maneiras¹⁰⁵. Na verdade, toda e qualquer coisa instanciada ao longo do processo assumido pode ser reconfigurado, mutado, expresso de maneira sucinta e violentamente reposta num contexto completamente distinto – ou mesmo cancelando por completo o instanciar em nome do que quer que seja (como uma temporária tranquilidade e paz de espírito, ou a simulação de uma crença¹⁰⁶ ou abandonar por um tempo o fazer filosofia).

Quando tomado no contexto gerado, todos estes momentos são funções filosóficas possíveis ou passivas de o ser; na heurística, todos os fatores são estruturas manipuláveis – incluindo o não poderem ser manipuladas de dada maneira, ou de todo. É neste sentido que, por oposição a como seria abordada se assumida

¹⁰⁴ A filosofia e esta capacidade de completa consideração de tudo segundo quaisquer termos assumidos não é a indicação de que a filosofia não deve seguir padrões de correção, de verificação, de seguir tudo quanto possível para conseguir precisar e alcançar o que toma por verdadeiro, nem que tal acabe por se coadunar com a restrição desta “ilimitação” de contexto e processo. Mas esta é a marca da sua especificidade, ou melhor, de como particularmente se dá ou não dá face a problemas, soluções e obrigatoriedades teóricas.

¹⁰⁵ A abordagem recontextualiza a prática filosófica e permite-lhe a atenção a si mesma enquanto procedimento e prática ciente, por construção, do que este proceder e praticar instanciam quando se dão.

¹⁰⁶ A crença é também ela um recurso a manipular na abordagem heurística, pois tenta quanto possível distorcê-la e reconfigura-la para que também ela possa servir o esforço encetado, também ela ser tomada como uma função e um meio, e assim também ela deposta nos termos da sua obrigatoriedade ou superficialidade e sujeita ao seu estatuto de utensílio. “Mas tal descarateriza o homem que faz filosofia, compromete a humanidade do fazer filosofia”, sugere alguém; bem: 1) tal descaraterização é um utensílio de quem usa a heurística pelo que, caso não sinta que tal seja necessário, pode coibir-se de fazê-lo e 2) A humanidade de algo é um critério possível de consideração em filosofia, mas não é o único, nem possui um estatuto especial porque acomete à moral e à continuidade de espécie.

metodologicamente, o seu genuíno objeto e procedimento é mutável e o mutar é um fator de como funciona; o retido e subjacente ao esforço (mas nem esse necessário como função) é a possível observação de como podemos usar conceitos de certas maneiras e as relações entre esses esforços. A prerrogativa que assumo como prioritária a este modelo, sem obrigatoriedade alheia, mas que preside à minha prática particular, é aprimorar e refinar como usar conceitos e saber em que consiste esse refinar e criar conceitos capazes de aplicações e de resolução de problemas.

Logo, em nada este procedimento pretende atentar contra o que a Filosofia foi, é e será; antes, parte da apreensão da sua necessidade para o conhecimento humano e de que se esta requer algo, mais do que nunca, é saber o que é e, acima de tudo, o que quer (e quis) ser.

A Manipulação de contextos operacionais

Tomada a definição exposta anteriormente, outra dúvida relevante que possa surgir seria questionar o procedimento e as suas bases. Ora, se tal problema é legítimo, é-lo apenas se, por tal questionar, não procurar saber o *modus operandi* como uma regularidade estanque qualquer, pois, dada a precisão da heurística como abordagem, tal foi já tacitamente recusado enquanto relevante. Todavia, se o repto procurar antes saber melhor como a operação da abordagem se dá, então a resposta à mesma está já dada no próprio indagar: pois a abordagem não consiste senão na obsessiva manipulação de conceitos e processares sem um rumo implícito que não dado enquanto vai sendo feito. O fazer enquanto feitura de algo e o fazendo qualquer dessa feitura é o elemento repetitivo¹⁰⁷ do seu procedimento; as ferramentas e maneiras de construção precisamente correspondem ao contexto da atividade em questão enquanto fatores para a atividade (e atividade igualmente). A esta falsa complementaridade, que não é senão a execução filosófica posta como elemento central e em que a aderência ao fazer da execução implicitamente permite a sujeição permanente dos seus recursos a serem dada função, chama-se a manipulação de contextos operacionais¹⁰⁸.

Tomemos, a modo de exemplo, o parágrafo anterior¹⁰⁹ como função a problematizar, nomeadamente a ideia de valência construível e de contexto operacional: ora, se a junção de conceitos x em instâncias y,z,t, e por aí adiante, após caracterização e exposição particular, correspondem a uma dada construção conceptual com dados valores e mecanismos ditados e implementados nessa exposição, em que sentido podemos outorgar deles que são um contexto operacional, isto é, uma instância

¹⁰⁷ Mas dada a manipulação das instâncias desse fazer, esta repetição é-lo apenas se ignorado o contexto particular da aplicação e manipulação de variáveis e funções.

¹⁰⁸ A manipulação de contextos operacionais é a designação geral do recurso a preceitos e meios na prática heurística, pelo que expressa a atividade e fazer particular da heurística; contudo, é também uma caracterização dos termos de construção pressuposta nesse agir, pois toma todos estes preceitos como completamente sujeitos a qualquer modificação consoante o seu uso, sendo que o seu uso reflete e restringe o contexto da sua valência em simultâneo. Contudo, esse manipular absoluto é apenas uma instância de construção e operação do contexto e dos meios – dando-se também ele como recurso, é restrito após a sua primeira instância, que é o balanço de aproximação e consideração do algo assumido, eventualmente fadado a ser, pelo mesmo preceito que lhe conferiu a amplitude, sujeito ao constrangimento de tornar-se qualquer coisa.

¹⁰⁹ Este caso é uma simplificação de uma possível consideração heurística – não é representativa de como a abordagem pode ser aplicada no pleno da sua utilidade, mas um exemplo demonstrativo propositadamente básico.

particularizada da sua execução? Quer isto dizer que um contexto operacional é essa instância?

Tal questão é propositadamente simplista – é um mecanismo retórico particular a que a Filosofia recorre múltiplas, vezes, que lhe permite restringir uma oposição latente em pormenores ou deficitários ou controversos de dada proposta e, no ambiente controlado de oposição criado, conseguir emancipar-se ao problema e antecipar-se às questões que prevê já que lhe serão imputadas *a posteriori*. Neste caso em particular, foi introduzido antes para aludir à prática desse mecanismo e, mais importante, para permitir caracterizar o contexto operacional não como instância, mas conceito que permite a abstração do processo encetado em favor do seu estudo como momento conceptual específico¹¹⁰. Neste caso em particular, a introdução da questão retórica alheia e dominada permitiu não apenas aludir e caracterizar em que consiste um contexto operacional, mas igualmente, na criação de um ambiente controlado e em que a “ambientalidade” do mesmo foi evidenciada¹¹¹, criar um exemplo de um contexto operacional, neste caso, um exemplo de como, face a um conceito de difícil precisão (o contexto operacional), introduzi um elemento de questão retórica básica e de resposta previsível que, porque instanciado na abordagem heurística executada, sujeitou-se a ser evidenciado como mecanismo e como função de alteração do contexto operacional aqui indicado¹¹². Nesta sujeição, pergunto: que está este elemento aqui a fazer? Quando usado por filósofos, porque é usado?

“Estás apenas a fugir a teres que definir melhor o que entendes por contexto operacional!”- sem dúvida; mas invés de assumir nisto uma derrota teórica, podia

¹¹⁰ Ou seja, porque carece de exposição, mas foi apenas apresentada, sem a execução devida da sua consideração e a própria aplicação enquanto instrumento, é apenas um exemplo abstrato, que pode, esse sim, ser usado como objeto de consideração heurística.

¹¹¹ O trabalho da heurística é precisar e pôr em funcionamento este tipo de observações e reparar como se dão especificamente – logo, o exemplo aqui assumido teria que ser submetido a casos e variedades de como controlar o ambiente de receção e exposição de algo através de recursos retóricos. Igualmente deve ser mencionado que esta manobra, esta prática, não é necessariamente errónea e detestável por si: é um recurso que, consoante os termos do contexto e do uso, pode ser distintivo de como é aqui negativamente apresentado.

¹¹² Assim referindo como, caso sujeito a exposição, este recurso seria precisado, neste caso, como construindo condições de interpretação e resposta que propositadamente distraem o leitor face ao problema que sequer motivou o seu uso – o caso é anedótico, mas se incrementada a sua complexidade e tamanho, seria muito mais difícil de precisar e criticar. Não devemos estar muito seguros de conseguirmos perceber e escapar a estes truques ou manobras; o ser humano não tem grande domínio ou conhecimento do que cria.

facilmente prosseguir o esforço para conseguir perceber melhor em que consiste esse fugir em filosofia, ou melhor, como podemos usar teses para realizarmos esse fugir à questão¹¹³. Esse possível não continuar diz-me já algo acerca de como tendencialmente reagiria a um interlocutor com um pouco mais de carne e osso que me fizesse tal exortação. Admitiria imediatamente a minha fuga, o que de certa maneira sugere que levo a sua exigência por definir melhor os termos que uso a sério, como algo que compreendo como não apenas lícito de exigir, mas próprio do praticar filosofia.

“Parece óbvio que um filósofo seguisse a exortação a sério.” - porque dirias isso? Tantas teorias podem ser congeminadas o bastante para indiciar o oposto: de que a definição de conceitos é na verdade antifilosófica ou apenas uma das maneiras de a fazer, que a vagueza de definição pode ser necessária para a cogitação do mundo. Nesta instância, lá voltaríamos à guerra de teorias; em tão arguto campo de batalha, o meu pobre interlocutor facilmente se perderia; é singelo derrotar o homem da exigência, pois este é menos flexível e plástico no lidar com o violentar da filosofia contra si mesma (o que quer que isto queira dizer).

Mas repare-se como estivemos aqui a brincar com duplos sentidos, admoestações a bodes expiatórios vagos e truques de termos vagos. A heurística poderia facilmente cair num inútil e ingrato conflito de ironias, desmanchando-se do que pretende e do que é por um outro ser algo pretendido a desmanchar no vindouro¹¹⁴. Mas porque todos estes esforços são, pela contingência e contexto de exposição, senão o prestar atenção a atividades, tendências e construções, e o seu fim próprio a subsunção em modelos otimizados para uso, toda esta ironia torna-se um mero fator para algo, e não uma construção já protegida de si mesma e da oposição expetável ao que criou. É por isso

¹¹³ A heurística deseja a precisão da especificidade e exigência da prática filosófica, mas tal é também um fator da sua construção e a abordagem, porque variável, permite outro tipo de práticas; dando-se conta da capacidade filosófica para a sua modificação e manipulação construtiva, seria ingénuo apenas ignorar que, caso alguém o deseje e considere proveitoso, a heurística possa ser usada por outras razões. Contudo, neste tópico, a fuga à questão pode ser tomada como parte do estudo dos padrões e tendências da filosofia ou ainda como esta fuga pode ser um recurso – logo, mesmo na sua aparente oposição ao “projeto” da heurística geral, os termos da sua consideração são por ela considerados, pelo que pode ser reequacionada para os seus propósitos (e mesmo estes propósitos podem ser modificados).

¹¹⁴ Este é o maior perigo da abertura da heurística ao fazer filosofia, o que não é senão a própria amplitude concedida a si mesma do fazer filosófico replicando-se na heurística, visto que também esta é fazer filosofia de dada maneira. Esse perigo é que potencie o devaneio da filosofia, que permita o refinar de conceitos para que a precisão do seu uso seja dificultada, enfim, que acabe apenas concedendo à filosofia o que esta quer e não o que esta necessita.

que a precisão destes elementos no seu uso é relevante, pois faz-nos manter a sua força de aplicação concetual¹¹⁵, mas permite-nos igualmente perceber que, pelos princípios assumidos, é uma organização de dado tipo escrutinável na maneira como foi gerado e usado. Poder-se-ia, contudo, objetar que então o contexto é uma separação artificial entre o filosofar e a filosofia e a heurística uma mera falsa suspensão de fatores que permite excessos filosóficos, que exclui a filosofia da exigência pretendida. “Mas assim parece que o queeres propor é uma maneira de estar acima da filosofia, como alguém que a vê simultaneamente de fora e de dentro, e assim, imune à crítica¹¹⁶, à oposição que não mediada – através dessa manipulação do recurso irónico de manipulação da crença vais-te alheando de ser também o filósofo que criticas.” – este reparo é pertinente, e obriga esclarecer como a heurística não está fora da filosofia e como a sua manipulação de fatores não é um “vale-tudo”.

Quanto à crítica que brotou do reparar no papel da ironia, responder a esta é apenas adequado aquando da exposição do que os seus preceitos implicam face à prática heurística, mas dada a sua relevância, é conveniente precisar como a variabilidade de construções da heurística responde a esta crítica:

1. O contexto é propositadamente amplo e, nesse sentido, “artificial¹¹⁷”, pois o seu sentido geral é observar e permitir a quem o usa os termos dessa observação de toda e

¹¹⁵ O elemento da especificidade de como executar conceitos permite a variedade de maneiras do uso da ironia como conceito: tendência de resposta, processo de diálogo, critério de avaliação... enfim, permite modificar o conceito e instanciá-lo consoante pretendido, ou segundo a capacidade e recurso e engenho de quem executa, pelo que à sua construção corresponde igualmente a compreensão da sua prática e critérios de construção.

¹¹⁶ Tudo na heurística geral foi configurado para possibilitar a autocrítica por quem efetuou os seus procedimentos, como igualmente a remodelação dos procedimentos considerados falíveis, e ainda circunscreve a sua produção a modelos e meios e instrumentos passíveis de opção alheia no seu uso, podendo ser ignorados consoante desejado. Assumamos, contudo, que alguém reconfigurou a heurística de tal maneira que atenta contra vários princípios da heurística geral, até descaraterizar o seu processo numa construção distinta o bastante para escapar aos propósitos e limitações elencados. Ora, em que sentido é que isto difere do que filósofos fazem já, com a particular distinção que nenhuma atenção é prestada à prática considerada, a criação concetual e a ausência de procedimentos da sua revisão e atenção ao que gera apenas possibilitarem o incremento em número e complexidade de tais esforços, até eles serem muitas vezes comprometidos pela própria complexidade que se encarregaram de executar? E porque o que da heurística sai é perpetuamente revisto e o seu propósito geral e de base a atenção ao fazer filosófico, este tipo de dificuldades são muito melhor precisáveis e evitam-se mais facilmente.

¹¹⁷ Ou seja, tal contexto é, na sua construção, uma remoção e manipulação de contexto de exposição e o assumir estrito das suas propriedades enquanto meios para e de conceitos, em que vamos refletindo por construção como assumimos essas modificações; caso eu pretendesse convencer que este contexto é todo o contexto filosófico, então sim, teria algo de artificial ou simulado numa aceção negativa. Contudo, este

qualquer prática filosófica, em todos e quaisquer termos da mesma – logo, teria que deter em si a contingência de princípios e fundamentação, pois de que outra maneira abordaria a especificidade do considerado e admitiria a prática se tivesse já em absoluto os elementos de abordagem desse algo? Acabaria reiterando o que já pretendia reiterar ou pelo menos não teria as condições para executar devidamente o que pretende e conseguir reparar adequadamente na prática em si. Além do mais, pode, mesmo assim, reconstruir os seus princípios na heurística e usá-los como abordagem e assim maximizar a *nuance* da tese que pretende desenvolver – isso não incorre contra os propósitos da abordagem, pois um dos mesmos é precisamente essa ajuda a filósofos de melhorarem o seu esforço e as suas teses;

2. Porque a contingência preside a esse conseguir englobar e precisar qualquer processo filosófico, nada do que saia da abordagem tem o mínimo de prova da sua utilidade ou correção¹¹⁸. Caso alguém manipule a heurística para propositadamente construir algo deste tipo, assim comprometendo a heurística geral, e desvirtuando as características que elenca, imediatamente tem que acabar por justificar e fundamentar a sua própria abordagem heurística – e nesse momento, a heurística apenas ajudou a criar um trabalho e tese que era já pretendido¹¹⁹, pelo que mesmo neste caso ajudou à utilidade filosófica. Logo, mesmo neste caso de absoluto desvirtuar, a heurística ajudou ainda a construir e a criar e a abordar o criado e construído. Que estes possam discordar com o projeto aqui apresentado ou mesmo com outros projetos filosóficos aceites é quase inevitável e é na heurística uma curiosidade – o que é que isto nos diz sobre a filosofia¹²⁰? Assim, a

contexto é um mero meio para a atividade, e não uma tese sobre como considerar conceitos por todos a ser seguida – é uma simulação otimizada para uma função de precisar a prática filosófica e, neste sentido, ganha uma aceção positiva de possibilitar criar experiências mentais reforçadas na sua força e aplicabilidade e extraíveis dessa constrição para casos futuros.

¹¹⁸ É na sua aplicação enquanto meio, o que corresponde geralmente ao produto e caracterização do esforço encetado, que a sua utilidade e correção é comprovada e precisada, pelo que o esforço heurístico é a capacitação a esse produzir, e não a garantia do produzido no seu valor.

¹¹⁹ Esta é a outra dimensão dessa utilidade – capacita quem quer que seja a criar e refinar os seus procedimentos, com julgamento mínimo aquando desse criar, pelo que, na realização desse propósito, é mera potenciação de recursos e meios. Aquando da sua aplicação, contudo, a heurística resguardou-se a quaisquer excessos do criado, pois não apenas os colocou enquanto mero meio, como obrigou à exposição precisa do caminho utilizado para a sua criação, expondo tanto quanto possível as fraquezas que decorram desse esforço.

¹²⁰ O que não implica que qualquer crítica à heurística lhe seja insignificante, assim reiterando o estar acima da filosofia atrás exposto como uma indevida conceção de como usar a heurística, que reflete já uma miríade de pretensões úteis à heurística, ao aplicá-las, para perceber de onde partem e com que pretensões; antes, é um assumir a crítica e tentar levá-la às suas últimas consequências, a fim de ou

marca da heurística é o prestar atenção à prática filosófica¹²¹: que alguém não o queira fazer por dados motivos acaba por ser também uma caracterização da filosofia por si mesma;

3. Dada a ideia de sinceridade¹²² de esforço e projeto, nenhum destes replicares e alterares da heurística são a prova da sua inutilidade, mas antes de como nos serve enquanto recurso. Por isso, que a filosofia use a heurística para algo mirabolante e demente, acabando por comprometer o seu futuro, é certamente possível – mas é também a marca desta se constituir como o que é. Se esse constituir acabar com a filosofia não se compreendendo e abandonando – bom, foi essa a sua realização, a única lhe própria. Portanto, nesta derrota da filosofia, mesmo assim a heurística cumpriu o seu propósito, que era ela esclarecer-se acerca do que é e o que tal implica – o não conseguir fazê-lo é, na aceção da heurística geral, a resignação a como a filosofia se constitui

aprimorar a crítica ou mesmo a heurística considerada. Caso, num momento extremo, a heurística nada possa face à crítica, então, tenta considerá-la nos seus termos, a fim de perceber a sua força e encará-la devidamente. Esta é a marca da sinceridade na abordagem heurística, que esta possibilita, e é a sua precisão particular do que constitui a exigência do esforço filosófico e o seu compromisso autêntico com as suas próprias pretensões e limites.

¹²¹ A execução da heurística acaba por mediar um esforço por nos constituirmos nas nossas asserções e práticas e, face à incapacidade ou maleita destas, nos modificarmos e reconfigurarmos a nós mesmos, postos também como elemento filosófico, tanto quanto necessário para a realização e melhoria dessa lacuna ou, caso no decurso do esforço nos apercebamos deste estatuto, percebermos as razões dessa falha e conseguirmos compreender a sua origem e atividade – e dessa individualidade gerarmos modelos para que tal problema consiga ser encarado de frente, e respondido apropriadamente.

¹²² O que é esta sinceridade? A unanimidade e identificação entre esforço e projeto? Mas isso é a sinceridade da prática heurística, especialmente quando os seus processos, na contingência, podem também ser manipulados de maneira mais ampla do que a considerada na heurística geral? Em que medida é que a manipulação de instrumentos pode comprometer estes esforços? De novo: há que positar enquanto esforço estas características. Isto implica que a abordagem heurística geral não pode ser provada? Sim, no sentido em que a sua forma e estrutura nunca pode ser universalizável – mas, de novo, essa variabilidade, na sua pretensão de atentividade à prática filosófica é também um recurso que lhe é próprio. Logo, pôr em atividade estes preceitos é também dar a marca da contingência, que foi a exigência feita a quem deseje modificar a heurística em geral: enunciar os seus preceitos de construção e contexto de criação, assumir os modelos desse esforço e assumir, temporariamente e consoante a constricção desejada e elencada de novas características, como essa determinação responde ao contexto em que foi gerado. Esta aparente duplicação da heurística em projeto e em prática não é senão a sua execução corresponder, pelo menos na exigência que assumo para com o meu esforço, a uma caracterização da mesma heurística como praticar filosofia de dada maneira – assim a depondo no nível de toda a restante filosofia e acabando com a dúvida de pretender colocar-se acima da filosofia. Logo, a heurística geral não tem um projeto – mas eu tenho, e uso-a para tal; e nestes reparos sinceros do que estou a fazer ao usar a heurística, inscrevo-me também, e sem ironia, na filosofia que, anteriormente, pus um interlocutor imaginário a imputar-me querer superar ou dela “estar acima”. Assim sendo, o papel da ironia e da modificação de contextos operacionais mencionado anteriormente foi simulado para poder mostrar como são também eles apenas recursos e meios e instrumentos.

nessa derrota/vitória/mera realização de si mesma. O seu trabalho e a sua exigência não são, e nunca deverão ser, a manutenção da relevância e importância da filosofia.

A particularidade deste modo de questionar heurístico é deter em todas as suas aplicações fatores e funções suscetíveis de serem modificados de dada maneira; por exemplo, se tal me aprouvesse, poderia tentar perceber que tipos de interlocutores filósofos criam e usam para ilustrar os seus pontos e como isso favorece a sua exposição (e como eu próprio fiz neste tópico). Ao gozar com o mesmo e instilar humor na abordagem a este, apenas para de seguida criar um outro com tremenda seriedade e *gravitas*, modelei uma receção, constitui a capacidade de resposta possível à mesma. Ao analisá-los, poderia ir criando outros interlocutores de dadas maneiras, alterar os critérios da sua criação consoante fosse proveitoso, de súbito parar com esta linha de inquérito e perguntar-me sobre a possível utilidade dos mesmos e dos exemplos dados extrair modelos, a usar quando pretendido, de tipos de interlocutores e, em traço mais geral, padrões de controlo de resposta e reação¹²³ a propostas através da recorrência a elementos retóricos que personalizam e “narrativizam” o esforço encetado¹²⁴. De seguida, estaria mais atento a como filósofos usam tais manobras e eu mesmo poderia ampliar como este é usado, ou precisar os seus perigos retóricos enquanto função instanciada. A filosofia, exposta a si mesma, percebe assim os componentes da sua atividade¹²⁵ que, por economia de tempo e informação tende a olvidar que possui, em nome de poder fazer o que faz.

¹²³ A heurística é eminentemente prática, pelo que não devemos tomá-la como executada apenas no registo da sua execução em papel ou reduto digital ou qualquer outro tipo de armazenamento da sua informação escrita; pode ser sujeita a mais imediatos e removidos pormenores do nosso dia-a-dia, como conversas com outras criaturas humanas, como nos movemos... em geral, a inquisição nunca cessa e a abordagem pode ser dada consoante queiramos jogar as características e preceitos aceites no dado momento que pretendamos associar e colocar como problema. Uma particularidade deste posicionamento é como a heurística pode ser otimizada para lidar com a minúcia, a *nuance* e o insignificante, o ridículo, o inane, o medíocre. O interesse nos pormenores suscita, por si mesmo, a capacidade para a sua abordagem e “brincadeira”.

¹²⁴ Estas manobras foram elencadas diversas vezes ao longo deste tópico da conclusão – também eles são apenas usos e procedimentos e práticas, e por isso igualmente merecem uma consideração devida de como procedem, os seus variados exemplos e como são usados. Como tal, não são automaticamente indignos da filosofia, o que quer que isso queira dizer; mas têm que ser bastante precisados, pois prestam-se a satisfazerem-se a si mesmos nas suas pretensões e construções.

¹²⁵ Este é um complemento à ideia de refinar e melhorar a *nuance* dos conceitos e teses que usamos ao fazer filosofia – ao expormos componentes do que realizamos ao realizar filosofia, conseguimos perceber melhor de que maneira são próprios ou não à prática filosófica e, ao estarmos cientes destas

Uma criança pega em duas pedras e raspa-as uma à outra até elas faiscarem¹²⁶, pois diverte-a; um adulto aborda-a neste seu comprazimento e pergunta-lhe o que está a fazer. A criança responde “estou a bater as pedras e a fazer faíscas” – está a par da sua ação de dada maneira, consoante vários fatores gerais que a motivam a tal e a fazem executá-la de dado modo. Contudo, de súbito o adulto pergunta-lhe “qual a gradatividade e grau do movimento que fazes para gerar esse impacto específico? E qual o local de impacto que consideras mais adequado para criar essas faíscas? Já tinhas feito isto antes e, caso o tenhas, com pedras distintas em formato ou não? Qual a moção geral do teu corpo é que usas para causar isto?”. A criança sabe fazer o que está a fazer (na medida em que o executa, o faz – melhor ou pior, claro está, mas feito de dada maneira), e até consegue explicar (dada a devida parcimónia ao seu ser criança) de que maneira o faz; mas, porque parte do agir é também o abandono de questionar os termos desse agir, não sabe responder às questões. Talvez não saiba o que significam ou não considerou estas variáveis ou então, mesmo sabendo-as todas, subalternizou-as na sua consideração plena para poder fazer o que queria fazer. E mesmo que consiga perceber todas as perguntas, entender todos os mecanismos em questão que lhe estão a ser inquiridos e consiga até respondê-las, em certa medida, como que lhe escapa algo do que fez, pois deu-se, pelo menos em certa instância da sua atividade, como mero fazer, fazer apenas, intuitivo ou imediato ou automático, enfim, foi mero fazer. A particularidade do filósofo é ser tanto o adulto como a criança do exemplo dado: mas eventualmente, o filósofo quer fazer, quer contemplar as faíscas, quer realizar algo – e para tal abandona a *nuance* até certa medida, pois cismar-se nela levaria ao ridículo de não agir como quer agir. Nessa tensão de policiar o que cria, mas querer acima de tudo criar, joga o filósofo o uso dos conceitos¹²⁷. E nesta situação, qualquer pormenor pode ser tomado em consideração: que tipo de pedra estava a ser usada; onde a criança e o

particularidades e mecanismos, conseguimos criar teses até então impossíveis, ou descobrir que o tomávamos como um problema filosófico era uma dificuldade de como encarávamos e lidávamos com os nossos conceitos, e assim continuando.

¹²⁶ Este exemplo procura esclarecer a ideia de que a prática filosófica possui tanto de preservação e compreensão do esforço e criação realizados, como igualmente de esquecimento e automatização de certos mecanismos e de subsunção de certas *nuances* – eventualmente, o filósofo ou abandona ou sistematiza ou resume o que gerou, nem que a tal seja forçado apenas pela morte.

¹²⁷ Incluindo a heurística; a sua particularidade é assumir essa tensão como seu objeto - a sua obsessão é perceber pela e na atividade o agir, e não necessariamente atuar. Ao assumir esta tensão, tenta desdobrar-se tanto quanto possível no fazer, na feitura desse fazer, no fazer enquanto fazer, na motivação desse fazer, e demais caracterizações desse agir, cuja complexidade de fatores teve a dada altura que abandonar ou pôr de parte, e consegue caracterizar os termos gerais dessa ação.

adulto estavam posicionados; como gesticulam e toam o dito; como se olham; em que sítio estão; porque estão lá; qual a diferença de idade; qual a sua relação de parentesco – enfim, tudo instrumento¹²⁸. E é essa composição variada, e que, ao ser proposta, gera um dado tipo de propor, tudo reunido, segundo o primado do atender à atividade e a sua relação com outras características, que se deu na contingência similar da atividade do adulto e da criança, e no prazer na mesma, faz o que faz como extensão do que o que eles estão a fazer – isso é um contexto operacional tal como se dá na heurística, tomado na sua generalidade. Ou seja: não um estar fora da filosofia, ou acima dela, ou apenas ironicamente lidar com a sua prática, mas algo também implicado no querer pegar em pedras e fazer faíscas.

¹²⁸ Que todos estes pormenores se tornem inconsequentes no decurso do seu recurso e análise continua a ser algo proveitoso e digno de ser explorado – além de que esta apreensão da minúcia constitui a filosofia em relação com esses detalhes ínfimos, com minúcias que, mesmo se reveladas como não particularmente úteis e em que o nosso esforço se esgote na sua mera apreensão, mesmo aqui está a heurística geral a jogar os trâmites dos seus propósitos. É nestes detalhes, supostamente inconsequentes, e na apreensão e adequação própria do que acarretam e qual o seu estatuto, que o fazer filosófico é como que suficiente ao seu mesmo esforço em termos de satisfação: essa satisfação é a prática bastando-se a si mesma como propósito filosófico. A genuína realização desta apreciação, aplicada quer a estas meras *nuances* ou a detalhes subtis que se provam úteis, são o deleite para com a prática filosófica indicando-lhe a satisfação de como se dá enquanto esforço.

A amplitude de contexto do instanciar filosófico – conceito como instrumento

Precisemos então em que sentido os conceitos, enquanto utilizados de dada maneira, servem dadas funções particulares e como, consoante a aceção em que é utilizado, corresponde a uma construção específica, no contexto operacional considerado, que influencia esse mesmo contexto na prossecução da heurística. Tomemos como exemplo algo simples: o mais próximo serve, pelo que os parágrafos anteriores reúnem as características necessárias. Foquemo-nos e exploremos a instância de interlocutor previamente aludida e reparemos na sua funcionalidade.

“Mas assim parece que o queeres propor é uma maneira de estar acima da filosofia, como alguém que a vê simultaneamente de fora e de dentro, e assim, imune à crítica, à oposição que não mediada!” – que podemos dizer da função desempenhada por isto? Já mencionámos como opera como uma oposição controlada ao argumento proposto, o que imediatamente controla as imposições de resposta e que, porque carece genuinamente de um oponente, mas é mero recurso retórico, controla a reatividade posterior¹²⁹. Mas a reação primária que tenho a este truque é: humanizaste o conflito, a discordância tornou-se emocional e condicionaste o recetor do escrito a apenas considerar a tua crítica a ti mesmo, o que carece da força de uma crítica efetiva¹³⁰. Removeste a

¹²⁹ O controlo de reatividade aqui precisado é uma indicação de como, pelo conceito, mediamos a reação alheia a dadas teses – isto por si nada tem de extraordinário a apontar, mas alude a uma possível mentalidade de como o conceito decorre e influencia a prática enquanto procedimento na heurística: a valência do gerado e construído, em geral, aponta a uma aplicação de força e influência pelo conceito, decorrente do que é enquanto construção, que possui padrões de resposta e funcionamento variáveis, mas que indicam algo sobre a sua natureza. Esta tese, claro está, teria que ser sujeita ao escrutínio da contingência de como exposta e encarada no procedimento em que fosse apresentada; mas preside à mera apresentação da heurística geral como abordagem, a sua precisão do conceito e da sua informação como instanciando maneiras de lidar e compreender coisas por construção e “forçosidade”. Tomando esta definição breve e vácuca, percebemos porque tem que ser exposto à contingência a ideia de controlo de reatividade, e quão vaga é e, neste estado, facilmente é criticável.

¹³⁰ Se dada nestes termos, claro está; ninguém consegue uma autocrítica absoluta de si ou do que quer que seja, mas tal não remove a necessidade dessa mesma crítica ser por nós mediada para connosco; e mesmo esta ideia de que apenas na “remoção da totalidade do que pressupomos” se encontra uma dada verdade, ou até superação desta, assenta já em certas precisões vagas do que é tal totalidade e no critério de validação desse remover ou “curá-la de si mesma”.

discussão conceptual do próprio conceito para a recetividade e hermenêutica geral do que é genuinamente importante no ler do que foi proposto¹³¹.

E apenas criaste um interlocutor – restringiste os fatores em jogo a uma contraposição estéril de 1 para 1 que simula um diálogo¹³², mas sem a força que um possa comportar. Criaste um personagem para uma trama onde uma não precisava de existir e nem usaste o fator numérico para complexificar essa mesma trama pois o seu propósito era esse controlo dos termos de apresentação da tua proposta e ao colocares¹³³ o elemento coloquial, aliado à auto depreciação, desconcertaste o leitor, pelo que este desconsidera até a oposição criada¹³⁴. Até mesmo esse personagem é já a sua derrota e contra-argumento, centrando a sua discordância num queixume invés do que é de facto: um problema com a maneira como estavas a reposicionar a tua proposta para lá desse criticar alheio. Ironia, gozo, distanciamento... ótimas manobras de evasão a como contextualizaste o que fizeste (e, de novo, apenas meios e funções). Impondo tal simplificação de elementos, reforçaste artificialmente a capacidade de seres imediatamente persuasivo e criaste uma instância que consegue comprometer propósitos que supostamente almejavas.

Mas agora tomemos estas coisas numa aceção mais geral das funções específicas que estavam a desempenhar:

¹³¹ Na heurística, obviamente, poderia modelar esta primeira objeção num caso secundário a abordar, em que perguntaria em que constitui este verter para a recetividade o caso através de um golpe retórico e porque tal diminui ou pode diminuir a argumentação – pois, de novo, as teses da heurística são gerar algo para teses, e não necessariamente converter-se ou ceder-se a teses.

¹³² O simular aqui descrito não é apenas a crítica à apresentação deficitária de um solilóquio, mas o fato de não assumir, em termos de construção, a prática que está a ser encetada, o que acaba por comprometer a própria efetividade e força de aplicação que pudesse deter, em nome da dissimulação do truque utilizado. A sinceridade de discurso e uso de conceitos não é apenas um imperativo da heurística por uma “bendade” genérica qualquer (nem tem dessas coisas), mas porque maximiza a força dos recursos e procedimentos gerados.

¹³³ Obviamente, quem colocou este recurso fui eu mesmo, para a apresentação de um truque e não para recorrer a esse truque – esta distância crítica é um recurso possível para a análise heurística.

¹³⁴ Este é um truque retórico – não é nem próprio nem exclusivo à filosofia e ao filósofo, mas um quotidiano recurso, e não necessariamente um inútil; mas para precisar em que medida é filosófico, teríamos de entrar na discussão acerca do que constitui a distinção entre o fazer filosófico e o de outro tipo ao nível de discurso, o que, como já explicitado, foge aos trâmites deste trabalho.

1. Porque é que dizer que algo “controla as imposições de resposta” me aparentou tão simultaneamente uma destruição do que estava a ser feito¹³⁵? Será que nada na minha prática filosófica usual e sem estes “truques”¹³⁶ não faz a mesma coisa? Ao querer opor-me contra tal imposição, faço-o porque sou contra a manipulação de reações e conclusões alheias através da construção e composição de elementos em filosofia ou porque discordo deste tipo de imposição? Ou será que é a sua “humanização”, os seus teores emocionais, o que possuí de retoricamente alusivo à aderência alheia, que me repugnou? Porque me repugnou? Como é que isto descambou tão facilmente para uma discussão sobre como considero o que é digno de ser feito ao fazer filosofia quando queria apenas atentar no instrumento¹³⁷?

2. Ao criticar a tese isolada, apercebi-me do recurso ao interlocutor enquanto recurso – por exemplo, ao aludir ao seu isolamento contextual, reparei que mudar o seu valor numérico provocaria efeitos distintos e que é uma valência a considerar no seu uso. Por exemplo, tomemos que usava invés de um interlocutor, três: o primeiro reiterava o já dito; o segundo, discordando do primeiro e do segundo, usava o tópico 1 como argumento; o terceiro indicava como o problema comum a todos era não terem definido

¹³⁵ Ou seja: porque é que controlar as condições de resposta é visto como algo que deprecia o argumento ou a tese? Tenho assim tanta certeza de que não o faço? Como pode uma construção de conceitos não ser já uma restrição de resposta e, se levamos esta implicação ao máximo das suas consequências, uma imposição de resposta?

¹³⁶ O estatuto até agora sem questionar do que constitui um truque ou uma manobra é então posto em cima da mesa como dúvida – pois, de novo, a única coisa que gerei nesta situação foi uma generalidade de contexto e de propiciar de tendências de resposta do leitor com o qual estou a lidar. Dado este procedimento, o seu assentimento ou recusa do aqui apontado pouco tem enquanto base uma efetiva discordância filosófica, mas uma resposta geral e particular de reforço das pretensões que pretendia ver confirmadas ou refutadas na sugestão. A figura de truque aqui criada não é uma definição do que constitui esse truque e por que deve ser depreciado ou valorizado, mas age aqui apenas como um preceito de medida da resposta do leitor, de súbito voltado contra ele para que consiga precisar porque respondeu de dada maneira. Pois, de novo: apenas na exposição e na contingência pode o conceito de truque ser aclarado.

¹³⁷ Por um lado, descambou pois o recurso utilizado foi posto precisamente para facilitar esse descarrilar; mas, por outro lado, a única razão pela qual tão facilmente gerou este caso foi porque essa utilização nada fez senão permitir ao leitor inculcar já o pretendido nos termos da discussão, assumir os seus termos de guerra. Mas mesmo eu próprio, ao criar tal estrutura, acabei fugindo implicitamente a tratar o instrumento enquanto instrumento – o conceito acabou por criar, no seu decorrer, dificuldades inerentes ao que pretendia fazer com ele. A manipulação de meios e contextos é, portanto ilimitada, mas apenas em criatividade idealizada; pois o conceito, o meio, dita também condições do seu utilizar. Como no exemplo da criança ao brincar com a pedra, tudo na situação é uma constrição, uma restrição do utensílio e de quem o usa – mas temos de soltar estes termos da sua aceção imediatamente negativa, para conseguirmos avaliar o que é tal condição e restringir apenas como prática, para podermos repor a sua valência no proceder e estar que decorrem.

adequadamente o que é controlar neste contexto e em que sentido corresponde a uma imposição e, por não haverem precisado como estavam a usar conceitos, acabaram a ter que se defender numa oposição que não lhes interessava¹³⁸. Ora, cada um destes desempenha agora uma função distinta: o primeiro impunha o começo vago da ideia de imposição e controlo desonesto na prática de conceitos, implicitamente indicando – há uma maneira correta e mais filosófica da sua utilização, isto é, um critério de prática; o segundo introduz a problematização do que é o critério de consideração e desconsideração destes recursos, isto é, recentra a dificuldade da discussão não na ideia de imposição, mas de como avaliar a imposição boa e a má; e o terceiro aponta como foi a imprecisão de definição que motivou a oposição, colocando o cerne da questão no como definir bem conceitos. Logo, ao sujeitar este discutir à abordagem, obtive uma consideração heurística geral da variabilidade e amplitude de usos deste preceito e como, no seu usar, não é nem necessariamente erróneo ou imediatamente digno de consideração; mas que, enquanto recurso, possui características de uso quaisquer que me são úteis saber utilizar e como é utilizado. A este conjunto de características obtidas, circunscritas e contingenciais foi posto um uso e nisso apercebi-me melhor de como o conceito é aplicado enquanto instrumento.

E sim, é circunscrito, contingente e em nada acarreta a força de legislação ou critério ou regra; mas quem diz que a filosofia não pode modificar o que faz e como faz consoante outros preceitos, e mesmo assim respondendo às suas exigências e servindo as suas pretensões? Descobrir a variabilidade de aplicações concetuais e as suas variadas relações entre si não é um padrão de aceitação de teses, e muito menos um argumento digno de ser elevado à força de uma tese. Essa amplitude de contexto, que permite sempre a readaptação, a reconsideração, a modificação ou aplicação em novos contextos, segundo distintos padrões e para propósitos distintos – por admitir essa modificação intrinsecamente, a abordagem heurística não pode servir para a padronização de esforços filosóficos, mas para a alusão à sua execução. Ao admitir e usar a sua contingência como elemento próprio de como se vai fazendo, pretende-se com ela atender à peculiaridade da prática conceptual em filosofia e a sua contingência

¹³⁸ Este caso é caricato, pois lida com propriedades muito simples e aqui apresentadas sem imensa modificação do recurso – mas isto deve-se a esta apresentação não ser um esforço expositivo, em que poderia modificar o contexto em causa sem limites.

construtiva enquanto utilizada – e nesse atentar, vai contribuindo modelos que permitam elucidar como essa especificidade se dá enquanto manipulação de instâncias e recursos.

A Filosofia e as suas tendências

Os exemplos até aqui apresentados foram propositadamente focados em indicar reações possíveis de filósofos a certas teses, mas como recursos, pois é uma tese para conceitos e não uma psicologia de filósofos¹³⁹ (embora sirva igualmente para isso). A razão para tal é dupla: por um lado, devido ao processo heurístico ser exaustivamente infinito, podendo ser alongado tanto quanto possível, a sua execução em domínios mais amplos e complexos seria morosa e excederia o balanço de temas proposto neste trabalho. Por outro lado, no decurso da apresentação, os exemplos foram escolhidos para permitir destacar e realçar uma das características centrais da abordagem: nomeadamente, de que pela observação de maneiras de usar conceitos, apontamentos acerca de regularidades no seu uso são possíveis: e isto apresenta-nos uma tendência na prática filosófica, cujo estatuto está sujeito a interrogação posterior.

Mas o que é uma tendência de uso de conceitos? Uma necessidade conceptual? Mera tradição? Convenções repetidas em demasia? Bem, a um nível primário, não é senão uma repetição de procedimento; contudo, uma repetição casual é bem distinta em teor do que o retorno da filosofia aos mesmos preceitos, termos, conceitos, ideias acerca de método, sistema, ou até a reutilização dos mesmos mecanismos e tópicos de abordagem a temas, em que a sua especificidade e determinação estrita mesmo assim está embebida em múltiplos termos. Quando instaurada já não enquanto mero recurso reutilizado, mas um maneirismo ou reação com um dado grau de constância, então deparamo-nos com

¹³⁹ A compreensão de figuras tendenciais de resposta, validação, oposição, questionar, e demais reações possíveis a como encaramos o nosso esforço em filosofia, é mais relevante que possa parecer para esta do que em demais disciplinas científicas, em virtude da sua natureza apontada anteriormente face à manipulação do conceito. Em todas as áreas de estudo, compreender a regularidade de quem a executa pode ser interessante para quem veja tais esforços de fora, mas de tremenda utilidade para quem enceta a sua pesquisa possa expor a si mesmo os termos de como a executa e assim refinar possíveis maneirismos imprevistos e que corresponderem a um detrimento para o alcance dos seus propósitos. Quanto ao filósofo, dado que muitos dos seus conflitos e batalhas se travam segundo que figura de filósofo, ou seja, que imagem de pressupostos, estão em causa face à organização geral do que cria ou interpreta dada tese (ao ponto que muita guerra filosófica torna-se acerca da constituição do caráter e de impulsos não referidos ou imprevistos pelo oponente que o levam a realizar algo que compromete a sua proposta), deter uma imagem mais ou menos clara da humanidade de quem realiza tais esforços, aqui numa aceção claramente negativa, apenas favoreceria o esclarecimento da atividade, para quem a realiza, para os demais que a encaram e, em geral, para um esclarecimento dos mecanismos usuais do ser humano particularizado na prática da filosofia. A pretensão deste propósito não é corrigir o ser humano – de novo, pouco importa aqui a suposta idoneidade e edificação, embora tal pretensão não seja proibida; o propósito é estarmos cientes das falhas a que retornamos.

uma mentalidade muito mais complexa e da qual sabemos muito menos, nos seus truques e instilar de atividade, do que gostaríamos de admitir. O apontar e esclarecer este tipo de constância desdobra-se em duas grandes preocupações, distinguidas a fim de esclarecimento pois, no cerne da atividade, confluem, servem-se uma à outra, ajudam à sua perpetuação e manutenção, como qualquer tipo de veículo de informação que se preze no contexto do ser preservado e tomado como autêntico:

a) a atenção aos conceitos e teses – como o meio preferencial do recurso filosófico, a construção e organização de conceitos e teses é uma das marcas de identificação das suas tendências. Todavia, neste plano particular, há que ter bastante atenção para que o apontar uma constância não se confunda com uma mera repetição de tese ou uso similar de conceitos entre duas ou mais teorias. Não é isso que o repetir implica: antes, temos que esclarecer os termos e critérios de como concebemos uma repetição como algo mais lato que apenas reutilizar elementos de maneira consciente e comedida, pois propõe-se que seja a maneira adequada de responder e abordar dada questão. Antes, podemos dividir igualmente esta atenção particular em duas características centrais, que precisam em que sentido a tendência e maneirismo são distintos da repetição:

1. A tendência é uma repetição de elementos e maneiras de construção de teses e conceitos – ou seja, a repetição dá-se fora do apercebimento claro e exposto pelo autor (sendo que os termos desta nossa imputação da sua tendência têm também que estar bem precisados) ou, o que é mais problemático, certos recursos concetuais são expostos e utilizados não porque estejamos certos do seu valor, mas porque são recursos clássicos da filosofia, ou construímos esses recursos por mera oposição a esses recursos clássicos da filosofia... a tendência não é só repetir, mas precisarmos razões para julgarmos e identificarmos em que sentido a prática encetada não só reutilizou recursos a história da filosofia, mas caiu num engano ou falha ou diminuição da tese por repetir um procedimento e construção de maneira ou pouco esclarecida, ou de maneira que conseguimos explicar como devendo mais a tradições do que à devida e apropriada utilização de meios.

2. A tendência de recurso concetual aponta para critérios, pressupostos, maneirismos, procedimentos, maneiras de construção e interpretação em que o tendencial pode ser apontado como tendo precedência sobre a construção enquanto tal – o seu apontamento

acaba por nos obrigar a depararmos-nos melhor e sem instância de salvaguarda com práticas e maneiras de construção em que repetimos a filosofia invés de filosofar e em que tal repetição é danosa para a construção encetada.

Estas duas características centrais precisam aquilo em que consiste a atenção aos conceitos e teses, quanto à tendência, como um deter tremenda atenção e cuidado a por que criámos dada tese e usámos dados conceitos, ou seja, o móbil e a motivação postas face ao que foi gerado; e, no atentar a padrões de uso concetual, percebermos em que consiste a ocorrência de teses e preceitos e conceitos em filosofia como fator próprio da prática disciplinar versus conceitos confortáveis ao nosso móbil, mas não necessariamente à exigência daquilo com que nos deparamos ao encetar a atividade. Esclarecendo essa dimensão, obtemos possíveis modelos de padrões de uso e construção; caso bem justificados, são tendências legítimas ou legitimadas em dado uso, embora elencadas a fim de que nenhum deslize seja posto fora da nossa vista quando podemos evitá-lo. Caso tal repetição indique uma fraqueza de construção, então deparámo-nos com conceitos fracos e imprecisos, que devemos refinar ou melhorar num esforço que apenas surge pois nos confrontámos precisamente com os termos do que a nossa prática inculca em nós, e não o oposto.

b) a atenção à reatividade – esta é mais precisamente a tal ênfase “psicológica” da indicação da prática, embora devamos esclarecer que é a caracterização de como o filósofo detém características repetitivas no que pretende, exige e deseja na sua prática, e como tais pretensões podem ser contraditórias ao seu esforço na sua sinceridade para consigo mesmo no que cria, ou mesmo em que sentido podemos tentar imputar esse seu encarar do seu esforço de maneira mais geral e coletiva, enquanto maneiras gerais de vários filósofos de responder às mesmas pretensões e dificuldades de maneira semelhante. Ora, o problema com esta abordagem, quando elevada a um excesso, é de que remove a separação entre o encarar da atividade e o total do produzido nessa atividade, como se todo um esforço fosse ilegítimo em argumentação ou mesmo recursos de construção pois o produto deste encarar é falso não porque em si é falso, mas porque certos padrões não óbvios a quem criou o produto são expostos e por completo invalidam o criado. A importância de perceber estes padrões de reação e os critérios e pretensões que os motivam é elucidar os perigos destas questões: pois uma tendência pode ir desde o mais geral maneirismo ao mais especializado, mas não

pressupõe no primeiro imediatamente o ser a grande continuidade explicativa, nem no segundo a mais inócua conciliação de movimentos. Estas tendências de reatividade indicam-nos a sinceridade da filosofia para consigo mesma – e, de novo, é neste domínio que a heurística pretende firmar o que constrói e acabará não por ganhar, pois que hipócrita seria se tivesse como pressuposto o estar certa, mas por cessar de acordo com a maneira como a atividade a encara.

Ora, continuando o que atrás foi referida acerca da tendência, da repetição e em que sentido devemos encarar ou regrar como as encaramos: nada na mera deteção e apontamento implica a sua falsidade, e muito menos a correção da tese que criticamente se constitua face a tais indicações. Há que compreender as variadas maneiras da repetição de termos e composição de respostas conceptuais no contexto do que é repetir e de como esse repetir pode implicar algo fundacional e próprio à filosofia, mas devemos estar cientes a não sermos nós mesmo, nesta pretensão, vítimas igualmente das nossas tendências, e sabermos distinguir o que é nosso constitucionalmente e pretendemos apresentar e legar, do que é algo igualmente constitucional mas que, exposto ao nosso escrutínio, percebemos como lacunar ou defeituoso e no qual não nos revemos enquanto projeto. Que tal implique possivelmente que o filósofo seja um profundo oponente de si mesmo para que possa fazer o que faz não é uma marca de uma conflitualidade da disciplina, mas uma distinção de como a sua atividade, e em geral toda a atividade humana, possa incorrer em profundas dificuldades cuja resolução nunca está prometida pois nada, que saibamos, no-la prometeu. A nossa coisa que extraímos disto foi: o processo e atividade é árduo e isso diz-nos algo sobre como podemos e tendemos a encará-lo – o demais requer desenvolvimento.

As tendências dão-se na Filosofia, então, segundo a marca de “procedimentos de construção e gestão de resposta similarmente padronizados” – não são apenas teses parecidas, ou respostas parecidas, ou mesmo objetivos e “valores” parecidos, mas são conceptualmente/enquanto esforço similares, isto é, nos instrumentos e meios que usam e como esses sim se relacionam com o contexto geral da proposta no seu gerar e como é encarada, que indiciam a força de uma repetição de prática em filosofia. Os tipos de repetição em questão são um sem fim de categorização, e as razões pelas quais se dão poderiam igualmente levar a cogitações múltiplas acerca da sua proveniência; contudo,

considerando a generalidade da apresentação em causa, três sucintas posições surgem como relevantes e a explorar:

1. A repetição-tendência sugere que a filosofia, inscrita numa tradição particular, tende a reutilizar conceitos e mecanismos e problemas e soluções devido simplesmente a reproduzir esses padrões gerais nos quais se inscreve – há que perceber se conseguimos distinguir e precisar e separar com consistência o repetir sem mais da tendência. Já indicámos como faríamos, em termos gerais, tal distinção – mas apenas no decurso do projeto poderíamos perceber em que sentido a tendência se dá e em que medida é constituinte da filosofia;

2. A repetição sugere um modelo fundacional geral de como a filosofia (ou mesmo o ser humano em geral) procede à sua execução e organização de conceitos e teses, e dentro destas limitações e constrangimentos, dá-se o repetir filosófico – o que, de novo, é a constituição a esclarecer do ponto anterior;

3. A repetição sugere que os filósofos usam uma conceitualidade que tendencialmente responde a outros filósofos e, nessa medida, o refinar de termos e a criação de conceitos é subalternizada ou, mesmo que não desejemos subalternizá-la, não podemos estar cientes de todos os fatores que incorrem na construção e na prática a toda a hora, e muito menos se pretendermos expor e compreender como se dão – e, de novo, os termos deste “responder a outros filósofos” têm que ser depositos e explorados, pois não queremos que desta observação necessariamente tombemos para uma teoria acerca da influência e do peso da herança.

Qualquer uma destas opções pode ser expandida consideravelmente, mas é a terceira que considero mais fascinante, pois nem necessita de explicar efetivamente a repetição em filosofia para suscitar um misto de curiosidade e confusão: o que significaria este nosso refinar de conceitos e a criação de conceitos?

No contexto da abordagem heurística, qualquer explicação do padrão repetitivo pode ser dada¹⁴⁰, mas o terceiro é particularmente próprio da mesma, pois nela ganha uma aceção distinta de como pode acometer à prática filosófica. Isto porque:

¹⁴⁰ Não, todavia, na abordagem heurística geral que pretendo aqui delinear, pois nesta a questão da legitimidade de indicação e definição desse padrão, e quando pode ser integrado como tendência, é

1. a criação de conceitos dar-se-ia no contexto do atentar geral de como conceitos funcionam, pelo que a sua criação não teria necessariamente de ser otimizada para responder à “contextualidade” de um tópico ou objeto particular. Por conseguinte, o seu criar responderia primariamente a dificuldades que conceitos tendam a ter face à sua utilização repetitiva no contexto em que foi apreciado. Logo, porque a problemática em causa é melhorada, para perceber como podemos reformular o conceito e a tese e responder não imediatamente às exigências de um problema de uso mas de um problema de uso de um meio, submeteríamos todo o contexto formulado especificamente para podermos observar devidamente o funcionamento desse meio. Após registarmos devidamente em que sentido como desse operar resulta uma dada dificuldade, modificamos quer a efetividade por melhorarmos o instrumento apenas, ou modificaríamos por completo como encarar a sua construção ou o problema a responder e alteraríamos significativamente a sua construção;

2. o refinar de termos dá-se na abordagem heurística através da sua atenção à especificidade: o específico, o particular, o singular e a *nuance* presidem primariamente à abordagem heurística tomada fora da sua aplicação como mote geral do porquê de ter sido criada. Conceitos são expostos a uma multiplicidade de contextos com o propósito de melhorar a sua função e aplicação e os seus modos de ser usada, e não enquanto adaptação a tese. A manobra deste tipo de especificidade é que corresponde somente à restrição de eventos e fatores – ou seja, a própria especificidade aqui delineada não é um princípio estanque, mas uma contextualização que permita regradar a generalidade das nossas asserções e acabar por atentar até contra a singularidade do abordado quando removido do contexto e tomado como produto decorrente desse esforço restrito. A especificidade, pelo menos na heurística geral, não é senão respeitar tanto quanto necessário o abordado como nos é dado, mas estando cientes que essa mesma especificidade não é um critério fora do esforço e do procedimento e que o seu decurso pode implicar a sua remoção enquanto construção. A especificidade da filosofia na heurística é, então, um móbil de construção que gerámos de maneira otimizada para favorecer a construção e avaliação do esforço e como este se concebe a si mesmo geralmente. Quanto à especificidade da filosofia enquanto disciplina, é dar-se neste

particularmente relevante; contudo, noutros planos de criação através da heurística, é lícito, quando indicado como princípio executado, ter definições menos detalhadas do que constitui este repetir e uma tendência; mas, claro, é-lhe fácil cair em certos riscos já delineados.

processo a tentar perceber como se concebe a si mesma e aos seus processos e se tal conceção é coerente e devida.

Logo, à indicação de tendências da filosofia dá-se heurísticamente o complemento de estas servirem não tanto para explicar o porquê dessas tendências, mas ver na sua função executada a capacidade da sua exposição à constante problematização das suas características. À questão pela especificidade da prática filosófica, responde-se pela abordagem heurística: na execução desta, criam-se modelos que esclarecem como usar conceitos, o que nos diz algo sobre o que fazemos com a prática filosófica; na caracterização desta prática segundo o modelo do padrão e repetição, a sua construção teórica volta-se para a melhoria dos instrumentos que usa e da prática enquanto prática. A heurística sublima o explicar e o descrever no “colocar em funcionamento”, termo que, quando conjugado com o deleite na prática filosófica enquanto tal e a contextualização geral da mesma na sua contingência como força da sua especificidade, caracteriza o projeto como brincadeira de conceitos¹⁴¹ – projeto este que acaba indiciando, em certa medida, a sua utilidade e, por tomá-la como parte integrante do procedimento, capacita a maximização e otimização dos meios, utensílios, procedimentos e propósitos que estão envolvidos na sua atividade.

¹⁴¹ O projeto pela especificidade da filosofia não se identifica nos seus motes com essa mesma especificidade – apenas através da sua suposição mínima conseguimos avaliar a atividade nos seus termos e desta, isso sim, esclarece-se a especificidade do procedimento filosófico, caso ele exista como um tipo de criação e estudo útil e a manter, ou seja a sua especificidade a marca de uma particularidade de como se organiza, mas tal organização seja indevida a certos propósitos que mantenha. Em todo o caso, melhoramos assim a nossa compreensão do que implica esta atividade e esforço e serve-se a sinceridade do projeto da sinceridade da filosofia para consigo mesma.

A Filosofia como ciência da contingência enquanto tal e “brincadeira” de conceitos.

Uma das especificidades inalienáveis da filosofia é a sua capacidade de instaurar, por conformidade própria e sem necessariamente uma aderência proibitiva e estrita¹⁴², os padrões próprios do seu inquérito científico, incluindo a consideração do que constitui tais padrões; isto não implica que a mutilação concertada desses critérios seja a sua vitória disciplinar, e muito menos que não possua nenhuma exigência e nobreza em ser feita segundo essa mentalidade. Este é simultaneamente o critério da abordagem heurística para a sua relação para com a filosofia (ou seja, uma sua admissão¹⁴³ primária e geral para começar a sua execução) e a indicação da especificidade do conceito filosófico na sua utilização, mas não na sua obrigatoriedade de uso e muito menos na sua validade. Um reparo quanto a esta contingência constituir a especificidade do conceito filosófico: dado que a compreensão da natureza do esforço filosófico escapamos ainda, a contingência aqui referida não determina a natureza efetiva desse esforço ou a singularidade dos seus procedimentos, mas é antes o capacitar para poder analisar a sua aplicação e construção. Esta contingência não é, igualmente, uma mera assunção de todas as possibilidades num espaço desprovido de exigência¹⁴⁴, pois verte-se

¹⁴² A particularidade é esta possibilidade enquanto base de criação de elencar e modificar os seus elementos com dada criatividade e ambiguidade de justificação – tal não implica, como será já referido, que seja preferível este estado para a sua constituição e preservação enquanto disciplina. Esta alusão esclarece uma certa aceção primária da abertura e ausência de comunidade na criação de teses filosóficas, quanto a princípios, critérios, propósitos, conceitos usados, e assim em diante. Que esta natureza historicamente dada da filosofia, aqui assumida, seja vista como a sua força específica ou a sua grande lacuna, é algo apenas averiguável aquando explorado; até então, serve, como já dito, os propósitos da heurística como uma base admissível para a sua consideração da atividade e prática filosófica, nem que a prossecução desta depois a tome como inválida. É a sua vagueza inicial que permite a sua consideração devida enquanto problema extremado – a ambiguidade e a vagueza podem também ser úteis.

¹⁴³ Esta admissão não constitui efetivamente um pressuposto, pois estruturalmente implica a reformulação desta assunção através da sua aplicação e desenvolvimento. Desta contingência pode irromper um contexto ou princípio completamente distinto, pois a sua valência é tomada apenas em aplicação e manuseio de elementos em primeira instância e não regra o esforço – antes capacita-o à sua construção e determinação em algo que a reformule ou repita, mas em termos dissimilares pois reúnem a atividade que a levou a ser gerada.

¹⁴⁴ Esta mentalidade constituiria a heurística como uma espécie de instrumentalização do ceticismo e da observância crítica de si, ambas sendo imputações que apenas esclarecem elementos do que a abordagem permite na sua execução e não precisões devidas do que genuinamente é. Quanto ao primeiro apontamento, será respondida num segmento seguinte do trabalho mais adequadamente, embora possamos referir porque é deficitária em termos gerais:

a) A heurística não requer a assunção cética ou a crença cética para operar, pelo que pode ceticamente lidar com ser-se cético de maneira a aprimorar, para nós mesmos, o que constitui esse ceticismo. Logo,

necessariamente em algo praticado, uma ação executada. É por esta dimensão simultânea de capacitar abertamente a algo mas igualmente, por constituição delineada, requerer que tal capacitar seja nomeado e esclarecido como algo feito de dada maneira, ou seja, como prática, que a sua definição retoma a abertura e autodefinição do esforço filosófico, mas depõe-no enquanto o que cria e é nesse esforço. Embora forneça o contexto para o manuseio de instrumentos e meios de infinitas maneiras, exige que requisitemos e elenquemos que instrumentos foram esses que manuseámos; e dada a sua exigência para com o como manuseámos, como que nos depõe face a um espelho com o qual joguemos e mediemos a nossa prática.

A contingência é ainda menos, nesta aplicação, a admissão da derrota da filosofia de alcançar propósitos usuais da mesma¹⁴⁵ - é antes uma indicação do contexto geral do conceito como suscetível a ser maleável para e em certas condições de tal e tal maneira. A filosofia constantemente depõe e contradiz-se no como usar o conceito, o que dificulta tentar considera-lo como algo usado por filósofos; pois é-lhes tão intrínseco fazer a filosofia como fazem que tais questões, no já dado da sua atividade, nunca lhes surge nestes termos (a tendência e o padrão) ou então essa incompatível pluralidade é admitida pois não requer a exigência que cesse esse ser como se faz filosofia. A contingência recria este estado de caos, desorganização e contraditoriedade do estado filosófico e volta-o para si mesmo como fator criado e exige que responda se se revê neste estado ou não. O projeto da filosofia não tem que ser unívoco, mas tem que ser preciso e posto para si mesma, mesmo que esse si mesmo mute ou varie – se a filosofia ignorar a sua sinceridade enquanto prática para consigo mesma, tais dificuldades acabarão por apenas atentar contra si mesma.

mesmo que fosse estritamente uma instrumentalização do ceticismo, estaria mais apta a executar o esforço cético do que a mera crença cética;

b) A instrumentalização aqui nomeada joga com o termo enquanto “uso de instrumentos” e a conotação “redução a uso de instrumentos”, como se algo de autêntico tivesse sido removido ao ceticismo porque modificou os termos para e nesse ceticismo. Contudo, o único sentido referido é o primeiro, e é porque possibilita que o seu uso de instrumentos seja igualmente a precisão do que constitui esse uso e atividade como fatores de construção eles mesmos recontextualizáveis;

c) A abordagem heurística lida melhor do que a mera crença ou assunção cética de como começar, desenvolver e cessar esse esforço cético, pois permite a precisão cética para o ceticismo de recursos e tendências céticas.

Quanto ao segundo apontamento, é respondido na exposição da auto propedêutica.

¹⁴⁵ Ou seja – não é a admissão do conceito tradicional de contingência e, por conseguinte, da ausência de validade por critério e exigência científica na criação filosófica, mas o criar posto como fator moldável e manipulável para seu próprio esclarecimento.

Obviamente, a abordagem heurística é uma tese sobre o que se faz com a concetualidade e as suas propostas seriam caracterizações da mesma – mas a principal distinção para com outras maneiras de abordar a questão é a sua admissão da contingência, ou seja, de que as suas teses não nos dizem o que conceitos são e muito menos esgota e proíbe o que estes possam vir a ser, mas apontam e registam variavelmente como podem ser usados se instanciados em dadas situações. Seria muito proveitoso para a filosofia se ela pudesse ter uma base de acordo mínimo sobre os conceitos que usa e como os usa, uma teoria geral do conceito¹⁴⁶ que abarcasse a variabilidade filosófica e a dotasse de uma regularidade teórica que preservasse a sua riqueza de material. Contudo, a filosofia tem feito todos os possíveis para que tal nunca ocorra – que detenha este medo de se definir ou assentir a um ser definida tem que ser encarado como um fator importante do que é; mas eventualmente temos que nos deparar com os termos desse retorno. Com a devida passagem do confronto e crítica em tédio e aborrecimento torna-se difícil de distinguir quem não se define por genuína afirmação ou por excessiva cobardia.

A filosofia deseja profundamente não saber o que é para que não possa deixar de ser o que pretende ser – e esta questão é vital: se admitirmos a exigência de uma era para com quem nela vive, a exigência para o filósofo hodierno é tentar compreender como e porque faz o que faz. A presença da contingência nesta proposta foi introduzida para criar uma maneira de conseguir expor o fazer filosófico para bem da filosofia (ou o seu mal, conforme tal seja concebido). E é nesse sentido que a abordagem heurística configura-se como filosofia enquanto ciência da contingência, ou melhor, que a admite intrinsecamente para poder movimentar-se no terreno filosófico e nele atentar, reparar, construir, usar, mostrar e fazer: nesse processo descobre na sua atividade o deleite na filosofia. Não enquanto princípio moral ou ético, ou mesmo uma tese de grandes implicações: mas o mero estar na atividade em questão, sem primados estéticos,

¹⁴⁶ Esta teoria geral não tem que ser uma definição ou determinação absoluta e inalterável, mas algo tão simples, por exemplo, como conseguir assentir em características de como o uso de conceitos se constitui de maneira x e y e como tal é um risco, ou algo desejável, e assim adiante. A concórdia não tem que ser uma submissão ou uma trégua – pode ser apenas um colocar instrumentos comuns na mesa e estar ciente de que tais instrumentos têm tal e tal propriedades e tendem a comportar-se de dada maneira e assim adiante. Não é uma aceitação de regras comuns, mas um estar ciente de situações comuns na atividade – é reconhecer que o martelo pode ser usado para coçar as costas, mas não é por isso que, por *design* e tendência, é usado para martelar e remover pregos.

ontológicos¹⁴⁷ ..., mas enquanto o gosto no fazer e, nesse gosto, o aprofundar de como faz essa atividade. Este mero estar na atividade corresponde à mais autêntica e genuína forma se executar a atividade heurística enquanto estrita atenção ao que é criado e porquê – o comprazimento estrito nesta atividade está para lá do desinteresse, mas compromete-se com o feito com a sinceridade tanto possível de reconhecimento do que foi implicado nesse processo. A heurística, obviamente, pode também gerar a miséria, o desespero, a contradição, a obsessão, a neurose, a loucura – mas tal não é oposto ao deleite exposto, pois este não é o ter prazer, mas sim a honestidade e sinceridade do estar de dada maneira no fazer filosofia. O esclarecer desta atividade é igualmente o esclarecer de como estamos e nos damos nela – e isto em nada implica o gosto ou a recompensa ou a satisfação; o estar é tudo o que há.

A ciência da contingência dá-se, portanto, para o manuseio de coisas e aprendizagem de como estes meios operam pelo seu estrito operar ou como se dão em múltiplas disposições. No cingir-se a essa fundação por si do que está a fazer, o que lhe surge, nesse esforço, é como que uma satisfação para a qual a filosofia não tem nome. Pego num conceito, como quem agarra um pau prostrado no chão; reparo nas suas características e escolho uma delas, por um critério qualquer que determino consoante a minha disposição corrente¹⁴⁸; digo para mim mesmo “assumo para com este conceito

¹⁴⁷ A força do estar não se encontra no abandono de princípios e na “neutralização” e “anulamento” de quem faz no fazer, mas a sua mediação mútua enquanto um dado tipo de atividade. Que a felicidade e a decepção sejam relevantes para essa atividade, tal parece-me inegável, nem que as reduzamos a mero fator a ter em conta na atividade considerada – mas isto são já relações para com o processo, e se efetivados em consonância com o fazer como delineado, é o estar no meio desse proceder, e por ele encontrar dada configuração que, quer contingente ou não em como se determinou e gerou, é a resposta autêntica ao momento geral que o motivou e gerou. Compreender a relação que detemos para com o que gerámos e em que medida reconhecemos o criado de dada maneira ou não, para connosco ou para com os outros, é a marca desse estar como a sinceridade do gerar o projeto e executá-lo, e nos reportarmos devidamente às suas exigências é a honra própria da heurística geral.

¹⁴⁸ A força da heurística é de que este escolher acaba, ou por reação imediata ou numa constrição posterior, por revelar-se não tanto como uma escolha, uma pessoal, completamente controlada e absolutamente variável opção, o que nos obriga a lidar quer com a obrigatoriedade de onde a execução de conceitos e teses nos leva; com o que a nossa opção diz-nos sobre como concebemos essa execução e em que medida acabamos opondo-nos a nós mesmos ou protegendo e reiterando as nossas escolhas feitas. Ambos os eventos nos dizem muito sobre como praticamos o que praticamos: acerca da maneira como manipulamos e lidamos com o contexto total que geramos, que esclarece não apenas o uso como algo, mas igualmente em que medida esse uso colocou-nos já em algo mais que nos escapa, quer em funcionamento ou determinação ou assunção face a ambas; múltiplos outros confrontos e dificuldades surgem e no nosso lidar, não nos removemos desse lidar, mas mesma na superação reforçámos o tipo de processo com que nos deparámos. A contingência permite muito, quase mais que muito, mas muitas

dada relação” e modelo como me estou a dar para com ele; de súbito, tal como uma criança que, segurando no galho, se aborrece deste por nenhuma razão em particular, tomo como relevante o completo oposto da relação estabelecida e crio outra, por um processo estabelecido com o mesmo tipo de abandono. Desta vez, contudo, sigo a motivação no seu curso e tento desenvolver essa relação; e depois mudo como me estou a dar com essa relação; paro, fatigado, e traço os meus passos, registando o feito até então; e, satisfeito ou insatisfeito, paro o processo e registo o que criei, depois, caso queira, voltando a ele com os modelos gerados e manipulando propositadamente todos os fatores envolvidos para serem o completo oposto e comparo-os; e verifico que tipo de oposição fazem e o que é serem opostos nesta instância específica e porquê – e assim adiante, até quando me aprouver. Esta absoluta manipulação de fatores pelo gosto intrínseco a tal é a natureza própria da filosofia no seu apelo à curiosidade e capacidade humana, o seu jogo permanente com o exceder-se e destruir-se e criar o que lhe aprouver e não o conseguir. A filosofia é, pela sua incerteza e inconstância de base, e amplitude de contexto e manuseio, capaz de todos estes excessos e apercebimentos dos seus procedimentos, pois pode dar-se a si mesma a sua lei e esta é a sua maior força e fraqueza. Mas dirigindo esta natureza para um assumir geral do contingente e focado primariamente no uso enquanto uso e não na sua exponencial amplidão possível, a tensão dessa capacidade é deposta na atividade: nesse brincar alheado de conceitos vai descobrindo como se quer fazer e porquê. A eminentemente prática ênfase da abordagem, face à filosofia, expõe-se como, acima de tudo, uma auto-propedêutica, um sistema não realizado, mas sempre realizável de como sujeitar o meu conhecer a si mesmo e a ser conhecido. Na medida em que caracterizámos a atividade também como essa luta e esclarecimento dado ao fazer-se dado de certa maneira, e nessa maneira colocamos, propositamos e afirmamos algo, o próprio algo exige e a nossa aparente liberdade é posta como outro fator em cima da mesa. Como respondemos a isto? Porque respondemos a isto? De que maneira é que a reação x é legítima e não a y? O que constitui aqui responder? A constrição forçou-nos a mão e fez-nos ter que encarar o nosso dispor na atividade e a própria atividade sugerindo, forçando-nos a encarar o que fizemos como, precisamente, algo que nós fizemos (quer a nível individual, coletivo,

vezes somos surpreendidos não pela amplitude de meios, mas como estes nos exigem e restringem, obrigando-nos a rever o executado. O perceber esta tensão e como com ela lidamos em prática é a obrigatoriedade do conceito posto como o meio e o criado impondo-se enquanto algo, e a nossa atividade exortando-nos a perceber porque se deu como se deu.

etc...) e pela valência da construção, surpreendemo-nos ou não com o que gerámos enquanto gerado. Os meios foram organizados e isto diz-nos algo sobre nós e o nosso esforço – o encará-lo mostra-nos os nossos truques, manias, delírios, excessos, falhas, tendências, debilidades, ou então não conseguimos vê-los nesta instância e apenas apontamos o favorável, o benéfico, o proveitoso; mas dada a preservação do modelo, de súbito, do nada, surge-nos a sua oposição e restrição, ou a sua confirmação, recontextualizando o gerado para lá de algo que fizemos, para algo que revela o nosso fazer, de maneiras imprevisíveis, e expõe maximamente a prática encetada. Tomando estes movimentos e fatores, correspondendo a algo que executámos, somos forçados a depararmo-nos com o criado enquanto tal – e retomando a ideia de que foi de dada maneira feito, e percebendo de que maneira, compreendemos o nosso potencial de modelar e aplicar de novo, para algo distinto, que responda ao que nós mesmos fizemos como resposta. Esta recursividade, aplicada à nossa conceção de nós mesmos, do nosso esforço aponta-nos para o potencial propedêutico de nós mesmos e para outros da heurística.

A auto-propedêutica

Toda esta exposição foi apenas uma maneira de apresentar a abordagem heurística e todas as suas características são meros componentes, a extrair de dada maneira para outros fins; e por outras maneiras de manipulação de elementos, podem estes componentes ser engajados para servir outro propósito de outra maneira, tornando até a abordagem um fator de si mesma (embora, a dado ponto, fora da heurística geral) Façamos, a fim de exemplo, a reunião de algumas geradas até aqui (na aceção geral lhes correspondente):

1. Aplicação intrínseca da contingência como critério mínimo para a construção de conceitos como apontamento de fatores (carácter instrumental da contingência). Todavia, o critério mínimo detém apenas uma valência digna de nota aquando da sua assunção para a manipulação de elementos, nos quais é integrada no processo e atividade como condição para algo, e não padrão ou restrição do fazer;

2. Manipulação e registo de manipulação de todos os fatores, na aceção da contingência como possibilitando a perpétua contusão do esforço encetado – contudo, o manipular é tomado igualmente como prática e uso de dados componentes, pelo que é na assunção do seu uso instrumental mero proceder e não o esgotar do esforço no que criou (manipulação como aceção instrumental da contingência). Igualmente, tal manipulação pressupõe a inscrição do gerado enquanto dimensão da prática e atividade que o criou; por conseguinte, a manipulação sem restrições acaba sendo, igualmente, uma inscrição e avaliação dessa manipulação para si mesma;

3. Elemento construtivo do esforço ou uso de dados como construção de modelos de relações de padrões e apontamentos de práticas¹⁴⁹, e não necessariamente constrições e determinações de procedimentos (retenção do esforço como modelos variáveis de caracterização do esforço). Esta retenção do esforço, contudo, reconfigura o criado, quando posto fora do seu contexto de gerar para a sua aplicação e avaliação alheia, como igualmente instrumento e meio, ou seja, recurso para a prática filosófica, para a replicação ou alteração de outros, consoante outros propósitos e dimensões do seu próprio esforço (com tudo o que isto possui de monstruoso);

¹⁴⁹ Tais modelos são, igualmente, um jogo entre o registo adequado do esforço que os motivou, e a precisão crítica das falências e especificidades desse esforço na sua determinação.

4.Assunção dupla do propósito da abordagem: a geral (exposta enquanto apresentação geral de como caracteriza o seu esforço – nomeadamente o atender à especificidade da prática filosófica) e a específica (dada enquanto observação particular e específica do desenlace do caso instanciado). A específica particulariza-se ainda em duas facetas: a relativa à instância, que se concerne apenas com a particularidade de como é usada; e a relativa à abordagem, em que se assume dinamicamente e como fator de mutação qual o propósito com que se lida com o caso particular. No caso da heurística geral, a segunda consideração reporta-se a como manter genuinamente a abordagem na sua exigência, e quando pode ser comprometida ou mutada nos seus preceitos para respeitar a especificidade assumida enquanto retendo a exigência e atenção à atividade que a motiva¹⁵⁰. Fora da heurística geral, como esta mutação, como fator, é tomada ou manipulada de dada maneira, varia consoante os preceitos que motivaram a sua construção;

5.Distinção que separa o seu esforço de uma metodologia, em função da conceção de abordagem, em que a variabilidade de configurações e maneiras de lidar com dado objeto considerado é tomado na sua faceta de construção de conceitos e na sua variabilidade como atender à atividade de uso de conceitos. Esta motivação justifica e é ao mesmo tempo a execução da contingência que permite o atentar à atividade como amplitude especificada, enquanto ao mesmo tempo readapta a questão como também ela um fator construtivo;

6.Esforço geral da abordagem tal como assim caracterizada: compreender as variadas maneiras de usar conceitos e assim elucidar procedimentos e especificidades da prática filosófica. A partir desta compreensão, múltiplos usos ou maneiras de melhorar essa compreensão são possíveis: o refinar de conceitos, melhoria de como concebemos a nossa atividade face à filosofia enquanto projeto, criação de teses radicais, etc... e assim, otimiza-se o criar filosófico através dele próprio, e percebe-se, eventualmente, como a filosofia se concebe e o que vê como próprio e lícito do que é;

¹⁵⁰ Logo, a heurística geral permite subsumir a sua própria constituição como fator construtivo, mas apenas ou reiterando os seus propósitos ou tomando a sua mutação como o favorecimento da atividade e da prática – é nesta restrição contingente, tomada como meio e recurso, que joga o seu próprio valor particular como prestar atenção a como executamos e abordamos o que vamos gerando.

7. Centralidade da caracterização da especificidade como contexto, em que se podem construir os constrangimentos contextuais de abordagem do conceito, como pode reagir a estes variados fatores e perceber nisso padrões gerais;

8. Associação de característica 1, 6 e 7 – assunção da abordagem como motivada no praticar da filosofia enquanto brincadeira de conceitos. Esta norteia a atividade na generalidade da sua execução e caracteriza-a como liberdade de manipulação de elementos e fatores, pelos quais determinamos os seus termos assumidos; a autossuficiência do esforço enquanto esforço, prosseguindo e desenvolvendo-se face a si mesmo e por si mesmo, nem que esse si mesmo acabe na sua restrição e determinação que se avalia a si mesma; o reportar-se a si mesmo constante da brincadeira, possibilitando-a manter-se, cessar e jogar consoante pretendido e nesse pretendido acabar especificando a valência do que decorreu do seu esforço, reportando-se a si mesma na expansão de como se desenvolve; e a assunção de como essa atividade se dá para conosco e por seu funcionamento enquanto deleite;

9. Desenvolvimento da característica 8 – elucidar do deleite autossuficiente e neutro na prática filosófica, acabando por contextualiza-lo enquanto o estar tomado nos seus preceitos e quem gera e faz face a esses e a si mesmo como reportado e reportando-se a esse próprio estar. Contudo, tal deleite não é um comprazimento nem felicidade nem um “bem” – é mero reconhecimento da prática enquanto se dando na sua restrição e dificuldade sem mais, ou a agonística da prática filosófica;

10. Desenvolvimento da característica 6 – fim próprio da abordagem como auto-propedêutica, sendo esta variável consoante a especificação de como se toma a si mesma face ao esforço.

A conjugação destas características enquanto aplicação e desenvolvimento caracteriza a abordagem heurística geral como a brincadeira de conceitos propedêutica; para perceber esta sua caracterização, contudo, falta-nos descrever melhor em que consiste a característica 10, nomeadamente, o fim próprio da abordagem na sua resolução como auto-propedêutica¹⁵¹.

¹⁵¹ A propedêutica e a brincadeira de conceitos são complementos, enquanto facetas, de um mesmo preceito geral que concretiza e suma a heurística geral: o estar como expressão da atividade e esclarecimento da atividade, na sua execução e reconhecimento face a si mesmo, que reúne a sua

Na execução da abordagem e o registo do que foi verificado ao longo desse processo, a abordagem heurística prende-se de maneira irreversível ao indivíduo que instanciou a totalidade desse processo – a constrição contingente que iniciou e executou reporta-se à sua própria capacidade e escolha de fatores e manipulação dos mesmos e do contexto em que se dão. Neste sentido, a abordagem heurística geral, porque assume seriamente que o seu atender à especificidade requer uma submissão de propósito à exigência e nobreza da filosofia e do seu esforço, tem que envolver necessariamente que 1) ou o processo constitui uma crítica de pressupostos¹⁵² ou 2) o processo deve constantemente estar ciente da contingência como mote para a precisão e construção de conceitos, e nunca para o favorecimento de quem a executa. Tal não é uma ausência de subjetividade, mas a submissão desta enquanto fator permanente à execução; e, o que é particularmente relevante, o desafio de si enquanto desafio de conceito. O colocar este fator de si enquanto meio não é a sua desconsideração, mas a sua assunção enquanto parte da atividade necessária não apenas para esta se configurar, mas para nós mesmos nos avaliarmos face à atividade. Por isso mesmo, mesmo o eu, a subjetividade, a crença, são fatores, e nunca detêm precedência face ao gerado, nunca podem, fora do processo, procurar proteger-se da sua execução – pois isso mesmo é já o desmerecer da abordagem.

A execução da abordagem não é um terreno seguro à certeza, qualquer que seja o teor desta; precisamente porque o que a concerne enquanto brincadeira de conceitos é, no deleite da filosofia, conseguir caracterizar como para com esta, na sua atividade, nos conseguimos relacionar autenticamente com a nossa própria limitação. É na perpétua valência da contingência e na sua renovação permanente que a heurística garante a capacidade de ser sempre reduzida a meio, e mesmo capaz de constranger e criticar e

liberdade de procedimento como concretização explícita e que parte da sua própria configuração e desenvolvimento e se satisfaz nesse proceder. Mas porque esse estar apenas obtém a sinceridade própria de como se dá, a tal satisfação sem nome, através da atenção devidamente considerada de si mesmo na especificação da prática necessária a dar-se devidamente, necessita de voltar-se ao que, no decorrer do executado, corresponde ao que o praticante exortou – o refinar e otimizar considerado não são apenas do operar do instrumento, mas igualmente do que, no usar, corresponde à subsunção de prática e praticante num processo tensional e agregador. Esta faceta, que eleva a brincadeira de conceitos ao estar sincero, a sua forma devida, é a propedêutica, a correção e compreensão de si enquanto proceder.

¹⁵² Foi já anteriormente explicado como esta crítica de pressupostos é um termo questionável, quando tomamos a execução heurística, pois desvirtua a possibilidade de algo ser constituinte e próprio enquanto pressuposto – o pressuposto é, na heurística, sempre tomado como fator, e elemento da sinceridade no reconhecer da atividade enquanto o que é.

aperfeiçoar esse meio. Exposta a carga de exigência e de valorização da atividade, a avaliação absoluta, constante e sempre tomada como fator a ponderar, não pode ser tomada senão enquanto um longo trabalho que se prolonga e nunca se esgota, pois a sua operação nunca será, em virtude de quem a utiliza, a satisfação da contingência aplicada à mera pretensão sem senão ou réplica. Poder-se-ia questionar se deve ser um fator relevante para a heurística este seu prolongar-se no tempo, e se esse nunca cessar não é antes apenas a natureza da modificação do conhecimento – ora, tal admoestação apenas funciona se removermos esse conhecimento da atividade, e especialmente se, ao fazê-lo, olvidamos como a heurística envolve igualmente a conceção de quem opera face ao seu esforço. Tendo em conta essa determinação, o tempo e a sua manipulação e o tomar em conta de como as nossas ações se refletem e prolongam e como isso afeta a auto-conceção do esforço são essenciais a como podemos entender a própria heurística.

Mas então quando cessa esse esforço? E como pode o indivíduo lidar com a variabilidade dessa construção de conhecimento? A resposta foi já dada anteriormente: quando tal lhe aprouver, pois é na genuinidade de como encara o sacrifício e continuidade desse esforço que o próprio esforço se justifica para si¹⁵³. A dúvida pode ser quebrada ou reconsiderada noutros termos, para que possa ser produtiva sem ser descaracterizada; a descrença pode ser complexificada enquanto fator conceptual; e crer ou não crer em algo é perspetivado como a relação que temos para com o nosso conhecer e pensar filosóficos. A crença, como assunção de algo, o valor, como propósito dessa assunção, e demais conceitos reportáveis a esta mesma situação, não são senão fatores, igualmente meios e instrumentos, pormenores do esforço e do que criamos – e nada mais, pelo menos no processo heurístico. Quem tiver problemas com tais questões, terá que justificar em que medida assumir o meio no seu funcionamento descompromete a crença e o valor – e terá que ter em conta que a heurística pode

¹⁵³ Não o que esse esforço preserva, ou seja, a totalidade do que foi gerado a partir da heurística enquanto modelos ou outras construções que decorram desta; uma das grandes dificuldades, em geral, da criação humana é que esta lhe escapa e assume uma “vida própria” na utilização por outrem. Como o próprio projeto ou auto-conceção da filosofia acaba por escapar à nossa instância, à nossa consideração, e em que medida estamos confortáveis com o que legamos, estando plenamente cientes de que o criado, na posse alheia, já nada tem a ver connosco, em nada nos preserva a nós mesmos, mas apenas ao que é enquanto meio (e mesmo este é muito variável). A heurística permite a avaliação desse projeto face a si mesmo e à atividade que o gerou – mas nunca conseguirá controlar o que decorra do processo para favorecer os nossos desejos face à vida ou a morte.

igualmente lidar com isto modificando o meio, ou seja, reassumindo o seu funcionamento e uso.

Que a filosofia resolva ou não tais questões é uma faceta em suspenso de como opera e se dá e observar os termos com que nós lidamos e criamos tais questões é a sua valência geral, na heurística, face ao problema. É nesta tensão constante que a auto-propedêutica, como a sujeição e modificação de como lidamos com o conhecer e pensar e a concetualidade, porque posto como processo, dá-se como resolução (e não, atente-se, solução) aporética do ceticismo (a dúvida enquanto meio para a dúvida e esta como propósito face a como avaliar e julgar meios) e do cinismo (a dúvida enquanto meio para a destruição da suficiência e propósito dos meios e a tensão absoluta na dúvida).

É pela reunião da tensão inerente a qualquer afirmação e precisão de fatores à capacidade abordá-la enquanto tal, e nas minúcias de como compreendemos e valorizamos os nossos esforços que a abordagem heurística permite, intrinsecamente:

1.A suspensão do juízo - Esta suspensão de juízo corresponde não apenas a um parar do juízo, mas ao processamento e operação dessa suspensão enquanto aporia, e esta vertida como recurso que nos permite lidar com o esforço e o projeto pretendido. O abandonar o esforço, o reconhecimento e respeito pela sua dificuldade que nos impele a sujeitarmos-nos à sua exigência, mas ao mesmo tempo correspondendo à execução do nosso próprio poder e expressão, enquanto executantes, face ao gerado, é uma das mais extraordinárias possibilidades da filosofia. No seu poder, acaba por encarnar, melhor do qualquer outro recurso que me ocorra, o jogo da filosofia com a sua liberdade e vastezas de consideração e o seu compromisso subjacente ao que esta é não como atividade que constrói o que é e nessa faceta revela a mais inalienável característica que a constitui;

2.A admissão temporária do jogo – a heurística pode modificar as características da sua abordagem, reassumindo as regras do jogo e tomando a constituição dessas regras como fator – mas a particularidade desta manipulação, face à exposição da aporia aqui delineada, é que o ser temporário é um fator admissível para essa construção. Este recurso é a maximização da dúvida enquanto meio cético, da dúvida como destruição cínica do meio e, na atividade costumeira, a mediação entre o gerado no esforço como mera determinação desse esforço e a capacidade desse mesmo esforço ter que envolver, pela contingência, a destruição de si mesmo;

3.A sujeição ou remoção face ao termo – a aporia parece contradizer a tensão anteriormente delineada entre o executante do processo e a construção do processo, mas não é senão a prova extrema dessa tensão e dependência. O poder cessar o esforço é a marca absoluta da liberdade face ao conceito, mas é igualmente expressão da determinação do conceito, incapacitando essa liberdade poder deter comprazimento com o gerado, pois foi cessado não por si e atenção à determinação, mas um motivo derivado da atividade, que instaura a dúvida acerca dessa liberdade.

Estas são apenas algumas possibilidades deste recurso prático vasto, que aludem como a heurística pode e deve instanciar o uso na sua possibilidade consoante a assunção, como fator, do que é usado – está-lhe disponível a manipulação e intercalar de fatores como prática que se dá, que se estende no tempo¹⁵⁴ e, por princípio próprio, nos capacita de abortá-la no seu rumo, preservando quando dela não rompeu toda a nossa capacidade ou inviabilizou ou totalizou o nosso esforço, atenção e vida¹⁵⁵. E porque admite por si a relevância absoluta de como construímos conceptualmente enquanto atividade, atende e configura-se segundo as particularidades do esforço encetado, enquanto capacitando o filósofo e indivíduo os termos com que lida com algo, ou melhor, a configuração desse próprio lidar. Essa resolução não impossibilita a exigência de problemáticas, a imposição alheia, mas possibilita-nos a tomá-las como engajamento de tudo quanto fazemos e de como nesse fazer especificámos um fazer algo próprio do questionar-questão, em que compreendemos o processo que gerámos. A aporética é o mais misterioso “golpe de asa” de que a filosofia consegue: no cerne do tumultuoso questionar, o filósofo compromete-se à suspensão do que faz, por motivos imensos, mas cada um nos reportando algo sobre a atividade realizada. A contingência enquanto núcleo da especificidade filosófica admitida encontra na suspensão da aporia a sua face própria: cessar, por alguma ou nenhuma razão; parar, quando era tão ou mais aceitável prosseguir; estancar a atividade, quando já toda ela se configurou tanto e tanto tempo nos consumiu e nisso encontrar deleite: é a marca da sabedoria filosófica.

¹⁵⁴ A aporia, como aqui mencionada, é um jogo entre a nossa capacidade, a atenção particular aos termos de possibilidade da questão considerada e ao tempo como fator na morosidade e modificação de como encaramos o esforço.

¹⁵⁵ Porque a atividade necessariamente volta-se, quer pela auto-propedêutica, quer pela ênfase na precisão e reconhecimento do esforço por quem o opera, a quem a executa, a vida e o tempo podem (e em certas ocasiões devem) ser tomados como relevantes em motivação da questão abordada.

E nesse suspender, questionamo-nos: será que parar não tornou o feito em farsa, numa incapacidade? A isto, responde-se com a abordagem: porque acho isto? E prossegue o esforço, porque tem que prosseguir na sua contingência. A sua oferta é possibilitar os contextos em que nos deparemos constantemente com o que estamos a fazer enquanto algo feito, mas não uma solução para as maleitas que surjam – o esforço é deposto como o que é face ao que conseguiu, pelo que em nada acarreta, pelo menos na geral aceção, um propósito eminentemente terapêutico. Mas essa recontextualização oferece-nos a capacidade do esforço não ser a causa da derrota dos nossos propósitos ou mesmo do comprazimento na filosofia – e é nesse resgate do comprazimento como resolução do ceticismo e do cinismo que a abordagem capacita e acomete-nos a realizar devidamente considerações filosóficas e como com ela lidamos. Esta expansão do proceder, aparentemente apenas nos favorecendo nos nossos desejos e pretensões, acaba por obrigar-nos a encarar devidamente o realizado e encarnar a cisão do proceder como cisão da nossa própria assunção. Dilatando-nos neste proceder, a abordagem é uma abertura propedêutica a como construímos e consideramos, e refinar essas crenças e conceitos, e incessantemente: o seu término apenas pode ser dado quando ao homem já a filosofia de nada servir ou nada lhe providenciar e quando ser crítica de si e do que acha nada lhe garantir de construtivo e próprio.

Falta-nos agora apenas detalhar melhor qual a face primária e imediata do projeto no seu propósito agregador, ou seja, o sentido para a abordagem da sua preservação e manutenção dos seus recursos – onde a brincadeira de conceitos se alia à exigência enquanto projeto externo ao mero processo heurístico, uma reunião das suas instruções, elas mesmas perpetuação. Este é o seu estar próprio, essa sua relação de continuidade para com o seu dar-se no tempo e vida gerais: e com esta observação, concluímos o trabalho.

Conclusão: O manual de instruções ambulante

Dada a associação das características de brincadeira de conceitos, o deleite na filosofia e a auto-propedêutica, o projeto para o qual foi propositadamente cogitado e que realiza é a construção de uma conjugação de modelos e observações acerca do uso de conceitos em filosofia, que possa nortear adições posteriores, que possibilite e coadune esforços mais específicos e de abordagens heurísticas caracterizadas de maneira completamente distinta. A sua estrutura geral seria a de um manual de instruções, que indica partes componentes, relações, associações tendenciais, maneiras de criar modelos particulares ... apontamentos e indicações acerca da atividade da filosofia, que expanda o material utilizável, o que, nesta apresentação, a fim de ser o mais sucinta possível e atendendo às limitações de espaço, não foi possível realizar.

A designação de manual de conceitos reporta-se assim, não a um mero registo de adições de eventos e instâncias, mas à construção de conceitos e teses temporariamente assumidos, que podem depois ser ligados a outros conceitos e teses, precisando e complexificando os termos das suas relações – enfim, concretizando-os na figura de mecanismos e utensílios a utilizar, que nessa utilização aludem às vicissitudes ou benefícios associados ao serem utilizados, sugerindo elementos posteriores. Não apenas, contudo, detém a capacidade de “recombinatoriedade” dos seus elementos, como igualmente nunca esgota as suas tarefas, desígnios e construções: cada um surge não apenas como meio a usar, mas a ampliar, pelo que cada utilizador que se sujeite à mesma prontifica a sua recolção, modificação e alteração.

Logo, é um manual de amplificação de disposições filosóficas – não é um projeto de adição de conceitos, elencar de termos ou da sua desconstrução, mas de precisão e amplificação de modos de criar conceitos e do que é e como criar o criar de conceitos, e assim adiante, rumo à sofisticação de meios. Ao admitir a ação alheia sobre o que é, capacita a sua evolução e modificação, A sujeição ao capricho do outro, a reunião de esforços ou mesmo uma mera aplicação pontual – foi feita como o meio do filósofo poder aprimorar e gerar, readequar o seu esforço e mentalidade e, assim, aperfeiçoar os seus propósitos.

O próprio modo de registo e organização destes elementos é digno de consideração – diversos tipos de meios teriam designações distintas, sendo o objetivo não apenas o

refinar de conceitos, mas uma faceta que serve como que necessariamente tal propósito, conseguir perceber o criado em si e face a demais. Por conseguinte, a precisão das características dos modelos não pode ter como preocupação meramente a preservação do esforço que os gerou, mas igualmente a organização-função que desempenham ou que determinam. Este propósito não tem que cair numa obsessão taxonómica – basta dizer o seu uso mais claro que decorra do esforço, tal como um martelo pode ser usado para mais do que apenas martelar, mas certamente acarreta no seu desenho e tendência de uso e esforço normativo um maior favor ao martelar do que servir outro propósito. A organização pode até variar consoante o desejo pessoal de quem organiza o seu próprio registo heurístico.

A realização deste projeto não é senão a possibilidade de a filosofia constituir, se tal pretender, o seu esforço como pretende que ele seja, para que se possa rever naquilo que se quer tornar. Que consiga fazê-lo é inevitável – cabe-lhe é que seja ela a alcançar a conclusão e não apenas cair no ser ignorada face ao que realiza; a marca do seu determinar-se é-lhe inescapável. O que se questiona aqui é se a filosofia pretende encontrar o escopo da sua ação ou manter-se apenas na sua tradição e repetição, sofrendo o risco de ser mero escombro ou outra área abandonada, pelo menos nas suas pretensões, o que acaba por ser dizer o mesmo. Enquanto ignorada, ou enquanto ignorável, este processo será, mesmo assim, a marca do que a filosofia se tornará, possivelmente com exigência, honra e respeito pelo que é – e nada mais interessa.

Quanto ao projeto da heurística, nesta conclusão apercebemo-nos de que carece ainda da sua exposição plena, como foi sendo dito ao longo do trabalho; e que, no decurso da sua apresentação neste trabalho, fomos verificando como requer a concretização destas suas características gerais num esforço que as apresente *in loco*, enquanto a prática que propriamente a caracteriza. Logo, no final do trabalho apercebemo-nos de quais os seus propósitos; mas, ao mesmo tempo, tais propósitos estão ainda distantes de serem devidamente alcançados. A heurística geral tem, por fim, de se projetar enquanto esforço – aí ganhará o seu sentido genuíno (como toda a atividade filosófica).

FIM

Bibliografia

a) Fenomenologia do Espírito

Hegel, Friedrich 1770-1831, *Fenomenologia do espírito* / G. W. F. Hegel; tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, Vozes, Petrópolis, 2002;

Hegel, Friedrich 1770-1831, *Phénoménologie de l'esprit* / G. W. Hegel, Gallimard, Paris, 1993;

Hegel, Friedrich 1770-1831, *Phänomenologie des Geistes* / Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1973;

Hegel, Friedrich 1770-1831, *Phenomenology of Spirit*; translated by A.V. Miller; analysis of the text and foreword by J.N. Findlay, Oxford University Press, Oxford, 1977.

b) Outras obras de Hegel centrais para o trabalho

Hegel, Friedrich 1770-1831, *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome* / Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Edições 70, Lisboa, 1988-1992;

Hegel, Friedrich 1770-1831, *A razão na história: introdução à filosofia da história universal* / Georg Wilhelm Friedrich Hegel; tradução de Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 1995.

c) Dicionário Crítico

Inwood, Michael, *Dicionário Hegel* / Michael Inwood, Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997.

d) Bibliografia secundária

Hartmann, Nicolai, *A filosofia do idealismo alemão* / Nicolai Hartmann; tradução de José Gonçalves Belo, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983;

The Cambridge companion to Hegel / edited by Frederick C. Beiser, Cambridge University Press, Cambridge, 1993;

Heidegger, Martin 1889-1976, *La phénoménologie de l'esprit de Hegel* / Martin Heidegger; texte établi par Intraud Görland; tradução Emmanuel Martineau, Gallimard, Paris, 2001;

Hyppolite, Jean, *Genèse et structure de la phénoménologie de l'esprit de Hegel* / Jean Hyppolite, Aubier, Paris, 1963;

Hyppolite, Jean, *Logique et existence: essai sur la logique de Hegel* / Jean Hyppolite, Presses Universitaires de France, Paris, 1961;

Chiereghin, Franco, *Introdução à leitura de fenomenologia do espírito de Hegel* / Franco Chiereghin; tradução de Abílio Queirós, Edições 70, Lisboa, 1998;

Houlgate, Stephen, *The Hegel reader* / ed. by Stephen Houlgate, Blackwell, Oxford, 1998;

Taylor, Charles, *Hegel* / Charles Taylor, Cambridge University Press, Cambridge, 1977;

Hegel, Friedrich, *Prefácios* / G. W. F. Hegel; tradução, introdução e notas de Manuel J. Carmo Ferreira, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1989;

Châtelet, François 1925-1985, *O pensamento de Hegel* / François Châtelet; tradução Lemos de Azevedo, Editorial Presença, Lisboa, 1985.